

ESTUDOS JAPONESSES

VI

1986

**REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Estudos Japoneses	São Paulo	Vol. 6	Págs. 1 a 154	1986
--------------------------	------------------	---------------	----------------------	-------------

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: PROF. DR. JOSÉ GOLDEMBERG
Vice-Reitor: PROF. DR. ANDRÉ RICCIARDI CRUZ
Secretário: DR. FABIO PRADO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: PROF. DR. JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA
Vice-Diretor: PROF. DR. JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO
Assistente Téc. p/Assuntos Acadêmicos: JOSÉ ALDO PASQUARELLI
Assistente Téc. p/Assuntos Administrativos: CÍCERO SANTANA MARQUES

CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES

Diretor: PROF. DR. KENSUKE TAMAI

Toda correspondência deverá ser enviada ao
Centro de Estudos Japoneses da Universidade
de São Paulo
AV. PROF. LINEU PRESTES, 159
CEP 05508
CIDADE UNIVERSITÁRIA
SÃO PAULO - BRASIL

ÍNDICE

BEATRIZ SHIZUKO TAKENAGA

O *kakujoshi* NI: nuances da língua japonesa 5

HELENA HISAKO TOIDA

Laboratório de Línguas no ensino do língua japonesa 15

KENSUKE TAMAI

Tanka e o sentimento dos japoneses 25

LUIZA NANA YOSHIDA

As quatro estações de Sei Shônagon 31

LÍDIA MASUMI FUKASAWA

Dêixis e anáfora na língua japonesa — um estudo gramatical e lingüístico dos mostrativos 37

MADALENA NATSUKO HASHIMOTO

Kawabata: pequenas traduções 79

TAE SUZUKI

As expressões de tratamento da língua japonesa no Brasil: uso e processo de aculturação 89

O KAKUJOSHI NI: NUAÑÇAS DA LÍNGUA JAPONESA

Beatriz Shizuko Takenaga

Jespersen observou que quando uma criança começa a aprender a falar, ela emprega estruturas que assimilou mas não conhece de modo consciente as regras gramaticais ⁽¹⁾. Na aprendizagem da língua materna, todos nós passamos por esse processo natural de assimilação das estruturas. Mais tarde, através da escola, de posse de noções simplificadas de gramática, passamos a ter consciência das regras. Entretanto o fato de termos consciência das regras nem sempre contribui para a assimilação de estruturas mais complexas. Na verdade, o processo que vigorou no início da aprendizagem da língua materna vai continuar pela vida afora. A maioria das pessoas não faz reflexões sobre a língua que fala no dia a dia. As estruturas que são utilizadas ainda são produtos da imitação e repetição de frases ouvidas, como acontece durante a infância. Como consequência da ausência de reflexão e da presença do automatismo, muitas pessoas não se dão conta das nuances e sutilezas de suas línguas maternas. Se um brasileiro, por exemplo, usa a expressão “cerveja estupidamente gelada”, outro brasileiro normalmente capta de imediato a mensagem. E ao ser indagado sobre o significado da expressão “estupidamente gelada”, o brasileiro certamente diria que é o mesmo que dizer que é bem gelada. Contudo, ao dizê-lo, este mesmo brasileiro provavelmente sentirá que há algo de insatisfatório em sua explicação pois sabe haver uma diferença sutil entre dizer “estupidamente gelada” e “bem gelada”.

Na aprendizagem de uma segunda língua, mais especificamente num estágio avançado desse aprendizado, surgem problemas do tipo a que nos referimos anteriormente, ou seja, em certo estágio do aprendizado de uma língua estrangeira, torna-se necessário entrarmos em contato com estruturas que apresentam sutilezas da língua.

No caso do ensino e aprendizagem da língua japonesa no Brasil, o problema referente a nuances parece muito maior, dada a considerável distância que existe entre o português e o japonês, não apenas quanto à estrutura da língua, mas também quanto à visão do mundo.

(1) Renzo Titone, *Psicolinguística Aplicada*, p. 177.

Como consequência das diferenças entre as duas línguas, as sutilezas tornam-se quase impenetráveis como demonstraremos a seguir através de uma amostragem sintética de um estudo do *kakujoshi* NI ⁽²⁾.

EMPREGO DO KAKUJOSHI NI

Existem na língua japonesa, partículas gramaticais indicativas de casos. São chamados *kakujoshi* e podem indicar sujeito, posse, etc. ⁽³⁾.

O NI é um *kakojoshi* e pode ser considerado como um dos mais difíceis, inicialmente pela variedade de casos que indica. Ele pode ser empregado nos seguintes casos:

- A. para indicar o lugar onde algo ou alguém está ou existe.

Exemplo:

Niwani ikega aru.

No jardim — um lago — há ⁽⁴⁾

/Há um lago no jardim./

- B. indica direção e ponto de chegada. Exemplo:

Ôsakani iku.

Para Osaka — vou

/Vou para Osaka./

- C. indica a pessoa que dá ou recebe algo. Exemplo:

Kareni tegamio okuru.

Para ele — uma carta — vou enviar

/Vou enviar uma carta para ele./

- D. o destinatário a quem se dirige determinada ação ou comportamento. Exemplos:

Inuga tsúkôninni hoeru.

O cachorro — para os transeuntes — late

/O cachorro late para os transeuntes./

Eiyuni akogareru.

Pelos heróis — tenho admiração

/Tenho admiração pelos heróis./

- E. indica causa. Exemplo:

Ganni shinu.

De câncer — morre

/Morre de câncer./

(2) Os exemplos e as explicações a respeito do *kakujoshi* NI foram retirados do *Nihongo Kyôiku Jiten (Encyclopedia of Japanese Language Teaching)* p. 393 e pp. 454-457.

(3) Ver artigo publicado na Rev. Estudos Japoneses IV, São Paulo, Centro de Estudos Japoneses da USP, 1984, p. 50.

(4) Após cada frase que servir de exemplo, haverá duas traduções literais: a primeira seguindo a ordem da língua japonesa, na qual separaremos por hífen, os sintagmas; a segunda tradução estará entre barras (/.../) e obedecerá à ordem natural da língua portuguesa. Isto está sendo feito com o objetivo de mostrar ao leitor, as diferenças estruturais entre o português e o japonês.

- F. objeto que resultou de uma transformação. Exemplo:
Misuga kôrini naru.
 A água — em gelo — vai se transformar
 /A água vai se transformar em gelo./
- G. indica o elemento que serve como referência para completar o sentido de um *keiyôshi*, que são palavras que indicam qualidade ou estado e que em japonês são flexionados; os *keiyôshi* quase sempre correspondem aos adjetivos em português.
 Exemplo:
Yamani chikai.
 Da montanha — é perto
 /É perto da montanha./
- H. indica o objetivo, a finalidade de uma ação. Exemplo:
Nihone kenkyûni yattekita.
 Ao Japão — para pesquisas — veio
 /Veio ao Japão para pesquisas./
- I. indica tempo. Exemplo:
Shichijini okiru.
 Às 7 horas — vou acordar
 /Vou acordar às 7 horas./
- J. numa oração em que o verbo está na voz passiva, o NI indica a pessoa que exerceu a ação, ou seja, o agente da passiva.
 Exemplo:
Kareni nagurareta.
 Por ele — foi espancado.
 /Foi espancado por ele./
- L. indica o agente da causativa. O NI indica a pessoa que pratica uma ação movida por outra pessoa. Exemplo: .
Kareni sono shigotoo yarasete.
 Ele — esse trabalho — fiz com que fizesse
 /Fiz com que ele fizesse esse trabalho./

A variedade e a quantidade de casos que o *kakujoshi* NI indica já causam problemas na aprendizagem, pelo menos nos primeiros estágios, mas paralelamente a isso ou à medida que esses estágios vão sendo transpostos, outros embaraços mais intrincados vêm à tona, como veremos a seguir.

Em alguns casos, o NI não é o único *kakujoshi* que pode ser empregado. Vejamos quais são esses casos:

NI e DE

O *kakujoshi* NI como já vimos, pode indicar o lugar onde algo ou alguém está ou existe. O DE também é um *kakujoshi* e indica o

lugar onde se realiza uma ação. Via de regra, o NI liga-se a verbos de estado e o DE a verbos de movimento. Mas na realidade seus empregos não estão tão limitados. Exemplos:

(a) *Watashiwa sokoni gomio suteta.*

Eu — aí — o pó — joguei
/Eu joguei o pó aí./

(b) *Watashiwa sokode gomio suteta.*

Eu — aí — o pó — joguei
/Eu joguei o pó aí./

Se nos prendêssemos à regra básica, diríamos que o exemplo (b) estaria correto e o (a) não. Entretanto os dois estão corretos. Na tradução para o português, podemos usar as mesmas palavras mas existe uma sutil diferença entre ambas. O uso do NI na frase (a) implica que em consequência da ação de “jogar o pó aí”, o “aí” passou a ser o lugar de existência do pó. Já em (b), o *kakujoshi* DE indica apenas o lugar onde se realizou a ação de “jogar o pó”, o que não quer dizer que o pó esteja necessariamente aí.

Para destacarmos melhor as diferenças, podemos utilizar o seguinte expediente: com relação à frase (a), poderíamos fazer perguntas como — onde você jogou o pó? — e — onde está o pó?; para a frase (b), a pergunta adequada seria — onde você jogou o pó? — ou melhor — onde você realizou a ação de jogar o pó?.

Já vimos que o NI pode-se ligar a verbos de movimento. Porém em alguns casos não é simples classificar um verbo como sendo de estado ou de movimento. É o que ocorre nos seguintes exemplos:

(c) *Karewa ano beddoni neteiru.*

Ele — naquele cama — está dormindo
/Ele está dormindo naquela cama./

(d) *Karewa ano beddode neteiru.*

Ele — naquela cama — está dormindo
/Ele está dormindo naquela cama./

O ato de dormir sugere imobilidade ou pelo menos pouca mobilidade, se tomarmos como pontos de referência, atos de andar, correr, etc. No entanto, por outro lado, o ato de dormir não deixa de expressar ação, se tomarmos ação no sentido de “ato de fazer alguma coisa”.

De qualquer forma, independente da natureza do verbo, o emprego do NI e do DE nas frases (c) e (d) pode ser explicado da mesma forma que fizemos com (a) e (b). Se alguém perguntasse: — Onde ele está? — o exemplo (c) seria a resposta mais correta. Para a pergunta: — O que ele está fazendo? — o exemplo (d) é que seria a resposta mais apropriada.

Em suma, quando um falante nativo usa frases como a (a) e a (c), está enfatizando o lugar e quando usa a (b) e a (d), está enfatizando a ação.

NI e O

Vejamos exemplos em que o NI indica o ponto de chegada ou o destino:

(a) *Karewa ano michini itta.*

Ele — para aquela estrada — foi
/Ele foi para aquela estrada./

Agora usaremos a mesma oração, substituindo apenas o NI pelo *kakujoshi* O:

(b) *Karewa ano michio itta.*

Ele — por aquela estrada — foi
/Ele foi por aquela estrada./

Da permuta dos *kakujoshi*, resultou uma mudança de sentido. O *ano michi* (aquela estrada) que era o ponto de chegada da oração (a), passou na oração (b) a ser apenas o lugar de passagem. É fácil, portanto fazer a distinção, pois o NI e o O estão expressando coisas completamente diferentes — o NI está expressando o ponto de chegada e o O, o lugar de passagem.

Há entretanto casos em que a distinção não é tão clara. Exemplos:

(c) *Watashiwa ano yamani nobottakotoga aru.*

Eu — aquela montanha — já subi
/Eu já subi aquela montanha./

(d) *Watashiwa ano yamao nobottakotoga aru.*

Eu — aquela montanha — já subi
/Eu já subi aquela montanha./

Também aqui as duas frases podem ser traduzidas com os mesmos vocábulos para o português. O que difere uma da outra é que em (c) o que está sendo salientado é o destino, o ponto de chegada que é o topo da montanha. Evidentemente em (d) também há um ponto de chegada, mas o *ano yama* (aquela montanha) passa a ser o lugar onde se realizou a ação da escalada. O O assemelha-se ao DE nesse ponto (ver NI e DE), mas aquele é usado com verbos que exprimem movimento como andar, correr, escalar, etc. Como existe movimento, o lugar da ação expresso pelo *kakujoshi* O é diferente do lugar da ação expresso pelo DE. O lugar da ação expresso pelo O é sempre o lugar de passagem como vimos no exemplo (b). Assim, mais do que o lugar, o desenvolvimento da ação é que está sendo salientado.

NI e E

De modo geral com verbos que exprimem movimento, os dois *kakujoshi* NI e E são usados igualmente, indicando ponto de chegada e direção. Antigamente a distinção era mais clara. O NI era usado para indicar o ponto de chegada e o E para indicar a direção. Atualmente o NI é usado também para indicar direção e o E, o ponto de chegada. Exemplos:

- (a) *Kariga minamino hōni tondeiku.*
Os gansos selvagens — do sul — em direção — voam
/Os gansos selvagens voam em direção ao sul./
- (b) *Kimiwa itsu kokoe tsuitano.*
Você — quando — aqui — chegou
/Quando você chegou aqui?/

Há casos em que como tendência geral, usa-se o E:

1) com verbos como “iku” (ir), “dekakeru” (sair), quando ocultos na oração. Exemplo:

- (c) *Okusama, kyōwa dochirae.*
Senhora — hoje — aonde
/Para onde hoje, senhora?/

No caso acima, a presença do *kakujoshi* E é necessária para indicar o sentido de direção, já que o verbo não está expresso.

2) quando deseja-se expressar que o objetivo ou melhor o ponto onde se quer chegar está distante. Exemplo:

- (d) *Ano umino mukoe ittemitai.*
Daquele mar — para o outro lado — gostaria de ir
/Gostaria de ir para o outro lado daquele mar./

3) para reforçar a idéia de movimento de certos verbos. Exemplo:

- (e) *Karewa dadadadato nikaie agatta.*
Ele — apressadamente, fazendo barulho — para o 1º andar — subiu
/Ele subiu apressadamente para o 1º andar./

É conveniente notar que a idéia de movimento não é só reforçada pelo *kakujoshi* E. Existe na frase um termo — *dadadato* — uma onomatopéia, que também contribui tanto quanto ou talvez até mais do que o *kakujoshi* E, para reforçar a idéia de movimento. Esta onomatopéia é primária, isto é, imita o som pelo som⁽⁵⁾. Traduzir uma onomatopéia da língua japonesa é uma tarefa arriscada porque

(5) Stephen Ullmann, *Semântica: uma introdução à ciência do significado*, p. 175.

os significados nunca são muito precisos. É o tipo de palavra que exige compreensão intuitiva.

4) em orações, onde aparece o *kakujoshi* NI com um sentido que não é nem o de direção nem o de ponto de chegada. Exemplo:

(f) *Watashiwa kyonenno gogatsuni Nihone kita.*

Eu — do ano passado — em maio — ao Japão — vim
/Eu vim ao Japão em maio do ano passado./

No sintagma ⁽⁶⁾ *Nihone* (ao Japão), o *kakujoshi* E poderia ser substituído por NI, sem que isso modificasse o sentido da frase. Mas se assim fosse feito, na oração apareceriam dois NI — um indicando tempo e o outro direção, ponto de chegada. Por uma questão de estilo, é preferível evitar a repetição já que o NI e o E podem ser usados igualmente.

NI e O

O NI pode ser usado para indicar o agente da causativa. Esta também é outra função do O ⁽⁷⁾. Assim como em casos anteriores, eles podem ser utilizados com a mesma função mas não exprimirão exatamente a mesma coisa. Exemplos:

(a) *Daredemo ii, otokono koo hitori ikaseyô.*

Pode ser qualquer um — menino — um — faça com que vá
/Pode ser qualquer um, faça com que um menino vá./

(b) *Daredemo ii, otokono koni hitori ikaseyô.*

Pode ser qualquer um — menino — um — faça com que vá
/Pode ser qualquer um, faça com que um menino vá./

Na oração (a) não está se considerando o desejo do menino. Alguém vai fazer com que o menino vá mesmo que não queira. Na oração (b), esse alguém vai fazer com que o menino vá mas de uma maneira mais sutil. O menino será levado a praticar tal ação por sua vontade. A decisão dele será levada em conta, o que não quer dizer que goste ou não do que vai fazer. Além disso, transmite-se a idéia de que esse menino foi escolhido no lugar de outro ou no meio de muitos.

Em algumas orações, mesmo quando o verbo está na voz causativa, o NI não pode ser usado. No lugar dele, usa-se o *kakujoshi* O. Isso ocorre quando:

(6) Estamos considerando *sintagma* como “a fusão de elementos mínimos (determinante e determinado) numa unidade lingüística superior”, conforme Ferdinand de Saussure. Ver Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira S.A.

(7) Não estão sendo apresentados todos os detalhes dos *kakujoshi* surgidos neste artigo. Faremos referência apenas aos casos que tiverem relação com as funções do *kakujoshi* NI.

1) há um objeto inanimado e portanto não tem vontade própria.
Exemplo:

- (c) *Kurumao hashiraseru.*
O carro — faz correr
/Faz o carro correr./

De acordo com o que dissemos anteriormente, ao ser usado o NI, levou-se em consideração a vontade do agente da causativa. Obedecendo esse raciocínio, é natural não utilizar o NI, já que o carro é um objeto inanimado.

2) o agente da causativa é um ser animado mas seu comportamento muitas vezes independe de vontade própria. Exemplos:

- (d) *Otôtoo nakaseru.*
Meu irmão mais novo — faz chorar
/(Alguém) faz meu irmão mais novo chorar./
- (e) *Hitoo yorokobaseru.*
Pessoas — alegre
/(Alguém) alegre as pessoas./

3) há algo que impede que o agente da causativa pratique uma ação sozinho. Exemplo:

- (f) *Karewa, netsude furafurano watashio arukasetekureta.*
Ele — por causa da febre — debilitado — eu — fez andar
/Ele fez com que eu, debilitado pela febre, andasse./

NI e TO

Outra função do NI, assemelha-se ao objeto indireto em português (ver D). Exemplo:

- (a) *Watashiwa karenî sono shashino miseta.*
Eu — para ele — essa fotografia — mostrei
/Eu mostrei essa fotografia para ele./

A ação do exemplo (a) é unilateral, ou seja, seguiria o esquema:

A —→ B

Há entretanto casos em que ocorre reciprocidade na ação e nesses casos usa-se o *kakujoshi* TO. Exemplos:

- (b) *Otôtowa mainichi imôtoto kenkasuru.*
Meu irmão mais novo — todos os dias — com minha irmã mais nova — briga
/Meu irmão mais novo briga todos os dias com minha irmã mais nova./
- (c) *Korewa areto chigau.*
Isto — daquilo — difere
/Isto difere daquilo./

Os exemplos (b) e (c) seguiriam o esquema:

A $\overleftarrow{\quad}$ B
A $\overrightarrow{\quad}$ B

Também há casos em que é possível utilizar tanto o NI como o TO. Exemplos:

(d) *Watashiwa kareni hanashita.*
Eu — com ele — falei (disse)
/Eu falei com ele./

(e) *Watashiwa kareto hanashita.*
Eu — com ele — conversei
/Eu conversei com ele./

O verbo *hanasu* — que aparece nas orações (d) e (e) flexionado na forma do passado — pode ser traduzido em português como “falar”, “dizer” ou “conversar”. Em (d) traduzimos o verbo como “falar” porque esse verbo em português exprime melhor a unilateralidade indicada pelo *kakujoshi* NI. Para o falante japonês fica bem clara a idéia de que o emissor (*watashi* = eu) está falando e o receptor (*kare* = ele) está apenas ouvindo. Em (e), utilizou-se na tradução o verbo “conversar” porque este exprime melhor a reciprocidade indicada pelo *kakujoshi* TO. A idéia transmitida é de que o emissor está falando para o receptor e este está ouvindo e também respondendo.

Há outros casos que não são tão facilmente explicáveis. Exemplos:

(f) *Karewa Yamadani atta.*
Ele — com Yamada — encontrou-se
/Ele encontrou-se com Yamada./

(g) *Karewa Yamadato atta.*
Ele — com Yamada — encontrou-se
/Ele se encontrou com Yamada./

A diferença entre as frases (f) e (g) pode ser explicada da seguinte forma: a frase (f) expressa uma situação em que *kare* (ele) foi à casa de Yamada ou ao seu local de trabalho e se encontrou com Yamada; a frase (g) expressa uma situação em que *kare* (ele) se encontrou com Yamada a caminho de um lugar qualquer.

Em outras palavras, na oração (f), *kare* (ele) encontrou-se intencionalmente com Yamada além de ter dado o primeiro passo. Justifica-se o emprego do *kakujoshi* NI porque a ação de *kare* (ele) é unilateral. Em (g), o encontro foi casual e tanto poderíamos dizer que *kare* encontrou-se com Yamada como que Yamada encontrou-se com *kare*. Houve um movimento convergente.

Os casos que foram apresentados até aqui representam apenas uma pequena amostra das sutilezas da língua japonesa. Se quisésse-

mos nos estender mais sobre o assunto — *kakujohi* NI — teríamos uma fonte inesgotável de exemplos, mas pelo que foi mostrado até aqui, podemos observar que a maioria dos exemplos são dificilmente explicáveis e as explicações quase sempre insatisfatórias, talvez porque sejam produtos de pesquisas de teóricos japoneses, o que faz com que nem sempre sejam suficientemente esclarecedoras para estrangeiros.

No terreno das nuances, uma compreensão completa é praticamente impossível. Nesse sentido não seria exagero dizer que seria preciso ser japonês para compreender as nuances da língua japonesa, assim como seria preciso ser brasileiro para compreender verdadeiramente o significado da expressão “estupidamente gelada”.

Já se disse uma vez que o indivíduo japonês comunica aos outros, sem falar muito; por esse motivo devemos saber explorar as entrelinhas, ou seja, o que se encontra no nível profundo ou subjacente ao discurso⁽⁸⁾. Isso seria necessário para fazer uma análise mais profunda dos exemplos mostrados.

Nas entrelinhas é que se encontra a mensagem viva que vem à tona na forma de linguagem verbal e como o processo em que a linguagem verbal torna-se mensagem ou palavra viva é objeto de estudo da psicolingüística⁽⁹⁾, esta ciência seria de fundamental importância para o estudo das nuances.

BIBLIOGRAFIA

NIHONGO KYÔIKU GAKKAI — *Nihongo Kyôiku Jiten (Encyclopedia of Japanese Language Teaching)*. Taishûkan, 1982.

TITONE, Renzo — *Psicolingüística Aplicada: introdução psicológica à didática das línguas*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo, Summus, 1983.

ULLMANN, Stephen — *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad. J. A. Osório Mateus. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977 (4ª ed.).

(8) Ver artigo publicado na Rev. *Estudos Japoneses III*, São Paulo, Centro de Estudos Japoneses da USP, 1983.

(9) Renzo Titone, *Psicolingüística Aplicada*, p. 24.

LABORATÓRIO DE LÍNGUAS NO ENSINO DA LÍNGUA JAPONESA

Helena Hisako Toida

Hoje, quando o ensino de uma língua estrangeira está tão em pauta — com diversas metodologias inovadoras, recursos técnicos cada vez mais sofisticados — vimos por meio deste apresentar uma visão geral do que vem a ser um curso de língua japonesa com o auxílio de um laboratório de línguas (doravante denominado L.L.).

O presente artigo se propõe a expor, em linhas gerais, os trabalhos desenvolvidos pelo curso extra-curricular e experimental de L.L., ministrado no Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo (período de 1977 a 1982), no campo de ensino de língua japonesa para adultos (principalmente estudantes universitários), descrevendo rapidamente sobre as metodologias aplicadas no referido curso e suas dificuldades. E por fim, submeter a um exame crítico quanto aos objetivos desse tipo de ensino, suas metodologias, ao emprego de L.L. e de recursos audiovisuais e sua validade, levando-se em consideração o tipo de pessoal a qua atendemos.

O referido curso foi implantado em 1977 com a finalidade de complementar o Curso de Língua e Literatura Japonesa da USP (doravante denominado Curso Básico) auxiliando os alunos que não tivessem prévio e razoável conhecimento da língua japonesa ⁽¹⁾. Referimo-nos ao conhecimento prévio a aquisição da língua falada em família, em maior ou menor grau. Esse fenômeno era freqüente até aproximadamente 1980, e a partir de então, gradativamente, o número de alunos sem qualquer conhecimento prévio veio se acentuando, o que levou-nos a refletir e a reconsiderar sobre as metodologias e os recursos empregados na ministração das aulas.

A intenção de proporcionar contato com a língua falada foi muito válida, no entanto, não houve grande aproveitamento por parte dos alunos do Curso Básico, devido à incompatibilidade de horário, sendo as vagas oferecidas e preenchidas pelos alunos de outras unidades da USP.

Este curso de L.L. foi bastante procurado pela massa estudantil, pois era a primeira vez que a língua japonesa estava sendo ensinada com auxílio de um L.L. — inovação considerável no campo do ensino da língua japonesa no Brasil.

(1) As informações nos foram fornecidas pela Profa. Neida Kokubo, responsável pelo L.L. na época.

— Como funciona o laboratório de línguas.

Explicando resumidamente o funcionamento do nosso laboratório de línguas, temos o seguinte:

1 — Cabines contendo *booth recorder*, ou seja, gravadores devidamente equipados a fim de permitir exercícios individuais aos alunos: sistema de gravação por parte do aluno, sem que interfira na gravação do programa propriamente dito, fones de ouvido e microfones apropriados para esse fim. A cabine e a fita individuais têm a finalidade de proporcionar um estudo conforme a velocidade de cada aluno, sem prejudicá-lo, pois dessa forma, o aluno não perderia nenhuma frase por não poder acompanhar a velocidade da classe: ele poderá parar a fita, voltar e ouvir quantas vezes for necessário, naturalmente estabelecido um tempo-limite para terminar uma lição.

2 — Cabine de monitoragem, onde há o *console* de controle geral, ou seja, de todas as cabines dos estudantes, permitindo que o professor ou o monitor ouça os alunos durante os *drills* e faça correções de pronúncia, erros de estruturas, comentários, observações etc. Nesse processo, o aluno é ouvido sem que ele perceba, justamente para evitar inibições, pois é comum os alunos que, eventualmente, percebendo que estão sendo ouvidos, interromperem imediatamente sua fala. O sistema utilizado no curso é o LLC-2.

Até que o curso de conversação com L.L. se transformasse num curso para atender os principiantes (estudantes começando da estaca zero), foram necessárias muitas pesquisas e reflexões a cada etapa, que podemos dividir em 3 fases:

1 — de 1977 a 1978

Esta fase corresponde à etapa de estudo de materiais para L.L. organizados e publicados no Japão, na sua maioria destinados aos falantes de inglês. Portanto, houve necessidade de adaptações para o português em determinados trechos das lições, gravadas em fitas magnéticas (cassette), para possibilitar seu uso visando os brasileiros. Foi a fase preparatória do material propriamente dito e concomitantemente, da aplicação do mesmo e verificação de sua viabilidade no meio estudantil.

1.1. Carga horária: 1 a 2 horas semanais, proporcionadas de acordo com as possibilidades e necessidades do aluno.

1.2. Objetivos: a) aperfeiçoamento das estruturas previamente adquiridas em família pelos estudantes;

b) treinar a compreensão auditiva, para que os alunos pudessem compreender melhor as aulas que seriam dadas em japonês nos anos superiores do Curso Básico ⁽²⁾.

(2) Essas informações nos foram fornecidas pela Profa. Neida Kokubo.

Resumidamente, o L.L. apenas serviu como um auxílio àqueles que já possuíam alguma noção, principalmente em prol dos alunos do Curso Básico.

2 — de 1979 a 1980

Nesta fase ocorre a instituição do Curso de conversação em língua japonesa com auxílio do L.L., visando atender naturalmente os alunos do Curso Básico, mas reconsiderando o fato de que nem todos, ou pelo menos a grande parte, possuem conhecimento prévio da língua ⁽³⁾. Dessa reflexão resultou na seguinte estruturação do curso:

- 2.1. Carga horária: 2 aulas semanais de 2 h em 4 estágios com 1 semestre de duração cada.
- 2.2. Objetivos: Lado a lado com a metodologia utilizada no Curso Básico — “método da descrição formal da língua” ⁽⁴⁾ — este curso pretendeu proporcionar ao aluno maior oportunidade de contato com a língua japonesa falada, a nível padrão ⁽⁵⁾. Como já é do conhecimento de todos, a “língua é contato” e por isso, um curso de conversação desenvolvido paralelamente ao Curso Básico, proporcionaria maior aproveitamento dele próprio e ao mesmo tempo, adquirindo razoável capacidade de o indivíduo se comunicar na língua em questão, mesmo num nível elementar.

3 — de 1981 a 1982

Seguindo a carga horária de 2 aulas semanais de 1 h e 30 m, e considerando os mesmos objetivos da fase 2, apenas queremos ressaltar que esta corresponde à época de experiências com materiais novos e intensa utilização sistematizada de material de apoio como: gravuras, desenhos, slides e inclusive, vídeo-cassettes, ótimos para apresentação de vários aspectos sobre o comportamento e o costume do povo japonês ⁽⁶⁾.

Na etapa anterior, foi utilizado o material *Intensive Course in Japanese* e nesta fase, a título de experiência e estudo contrastivo com o primeiro, utilizamos o *Japanese Language Patterns* e o *Japanese for Today*.

Assim rapidamente descritas as fases por que passou o curso, gostaríamos de ater-nos agora ao programa do curso, aos problemas e dificuldades de cada estágio. Este programa corresponde às etapas

(3) Algumas informações nos foram fornecidas pela Profa. Alice Tamie Joko, responsável pelo L.L. na época.

(4) Vide “O ensino da língua japonesa para estudantes de nível superior” — Lídia M. Fukazawa. In: Estudos Japoneses IV, 1984.

(5) Nível padrão refere-se ao estilo DESU/MASU, ou seja TEINEITAI (estilo polido).

(6) Trabalho desenvolvido em conjunto com Junko Ota.

2 e 3, ou seja, de 1979 a 1982, com algumas complementações na etapa 3.

1 — Silabarização

Atualmente há diversos cursos que não dão a parte escrita, restringindo-se à parte oral baseada em L.L. ou fazem uma apostila com transliteração da língua-objeto no alfabeto. No caso do japonês, isso seria perfeitamente possível, pois ele próprio possui o sistema *RÔMAJI* (escrita romana). No entanto, nesse caso surge o problema da necessidade de “alfabetizar” conforme as regras do *RÔMAJI* que difere um pouco da grafia em português⁽⁷⁾. Assim, optamos por reservar algumas aulas para silabarização direta do que “alfabetizar” em *RÔMAJI*⁽⁸⁾.

Por outro lado, tratando-se de ensino para adultos, é impossível de proibir-lhes de tomarem qualquer nota (transcrição fonética conforme o português) sobre a matéria dada, e isso pode acabar tornando-se um vício. Isso só viria a dificultar a assimilação da escrita quando o aluno se ver frente à real necessidade dela, uma vez que a aprendizagem de qualquer língua estrangeira se completa com as quatro funções em uso: ouvir — falar — ler — escrever.

Levando-se em consideração tais fatos, optamos pela silabarização no início do 1º estágio. O material utilizado foi *Nihongo: KANA — Uma introdução ao silabário japonês* (The Japan Foundation — texto e fita).

Cada aluno possui uma apostila em que possa treinar a escrita, ouvindo a fita e repetindo cada palavra para ir assimilando os caracteres e sua respectiva pronúncia. O melhor exercício para isso é o ditado dado ao término de cada lição.

Algumas das dificuldades apresentadas pelos alunos são:

- a) quando um determinado fonema não existe no sistema fonético do português. Exemplos:
 - /ga/, /gi/, /gu/, /ge/, /go/ quando aparecem a partir da segunda sílaba, tornam-se nasalados e os alunos trocam muito com /m/ ou /n/: *migi* com *mimi*, *kagu* com *kanu*;
 - /ya/, /yu/, /yo/ que muitos pronunciam /ia/, /iu/, /io/: *yane* como *iane*.
- b) sons ejectives — distinguir a pronúncia de consoantes dobradas onde há uma pausa entre as sílabas com duração de 1 sílaba.

(7) *Hebonshiki* — Sistema Hepburn - sistema utilizado para fazer a transliteração do japonês em alfabeto.

(8) Vide “Reflexões sobre o emprego da escritura no ensino de japonês” — Elza T. Doi. In: *Estudos Japoneses* V, 1985.

Ex.: *kitte* “selo”, *sekken* “sabonete”. Na verdade, esse tipo de pronúncia ocorre em determinadas pronúncias no português também, por exemplo, quando dizemos: *quite* ou *seca* só que não tão acentuadas como no japonês.

- c) sons longos — distinguir o alongamento da mesma vogal com duração de uma sílaba. Ex.: *koori* “gelo”, *oneesan* “irmã mais velha dos outros”.
- d) muitas vezes o aluno sente dificuldade em pronunciar os termos estrangeiros com adaptação fonética ao japonês, pois o termo é transcrito em *katakana*, o mais semelhante possível da pronúncia original. Assim, por exemplo: *milk* (ing.) passa para *miruku* no japonês e *coup d'État* (fr.) passa para *kûdetâ*.

O aluno aprendeu em inglês *milk* e essa pronúncia fixada interfere na do japonês *miruku*, fazendo com que ele sinta certa resistência em pronunciar *miruku*. O mesmo fenômeno ocorre com nomes próprios. Os casos mais frequentes são: *Tôkyô* sendo pronunciado *Tóquio* e *Amerika*, *América*.

2 — Programa de ensino das estruturas da língua japonesa

O processo para dar 1 lição nesse curso é o seguinte:

A — pré-laboratório

Esta etapa constitui de aulas expositivas em sala de aula. São dadas explicações sobre as estruturas básicas e o vocabulário sem traduções na medida do possível. Nesta etapa é preciso muita habilidade do professor para fazer os alunos entenderem as estruturas através da mímica (*body language*), gravuras, flash cards, slides, organizados devidamente de acordo com o uso. A lista de vocabulário é distribuída somente após a explicação de estruturas. Quanto às noções de cultura, são dadas em português pois neste caso, o destaque passa a ser dado ao contexto cultural.

B — Treinamento em L.L.

Cada aluno possui sua própria fita cassette com as lições previamente gravadas, possibilitando dessa forma, progressão de estudo individual para cada um. Cada lição é estruturada conforme o que segue:

— Primeira parte: Diálogos (situação da cena explicada em português)

Ex.: “De manhã, o Prof. Yamakawa entra na sala de aula”

— *Ohayô gozaimasu.* /Bom dia/

— *Ohayô gozaimasu. Watashi-wa Yamakawa desu.* /Bom dia. Eu sou Yamakawa/ ...

AGORA REPITA:

— *Ohayô gozaimasu.*

— (pausa para o aluno repetir) etc.

— Segunda parte: Exercícios (*drills*) para automatização

1. de substituição de um ou mais elementos, estes podendo ser substantivos, adjetivos, verbos formas flexionadas etc., sempre com os exemplos indicados no início de cada exercício. Ex.:

— Responda conforme o exemplo a seguir: (...)

— *Watashi-wa amerikajin desu. (nihonjin) /Eu sou americano. (japonês)/*

— (pausa para o aluno responder)

— *Watashi-wa nihonjin desu. /Eu sou japonês/ (resposta correta)*

2. de repetição de frases para maior fixação. Ex.:

— Ouça com atenção e repita as seguintes frases:

— *Yamakawasan-wa sensei de, ano hito-wa gakusei desu. /Sr. Yamakawa é professor e aquela pessoa é estudante/*

— (pausa para repetição)

3. de formulação de perguntas. Ex.:

— Formule perguntas adequadas às respostas dadas a seguir:

— *Koko-wa Shinjukueki desu. /Aqui é estação Shinjuku/*

— (pausa para resposta)

— *Koko-wa doko desu ka? /Onde é aqui?/ (resposta correta)*

A resposta correta gravada a seguir possibilita o aluno a fazer correção imediata do erro caso haja (sistema *fourphase*) e também o estudo comparativo realizado pelo aluno entre a sua voz gravada e a do *native-speaker*, tarefa muitas vezes realizada em casa. Esse sistema de comparação é ótimo pois leva o aluno a estudar sozinho, e ouvindo várias vezes, acabará por assimilar não só a estrutura como também a entonação correta.

C — pós-laboratório

Há a retomada das estruturas automatizadas em L.L., sob forma de perguntas e respostas entre o professor e o aluno ou entre dois alunos, e também por meio de exercícios escritos para fixação das estruturas básicas. Diálogos livres só teriam lugar após considerável aquisição de estruturas e vocabulário.

Como foi dito anteriormente, entre 1981 e 1982, houve adaptações dos programas de vídeo-cassettes para complementar as lições na medida do possível. Mesmo não havendo uma compreensão total (termo por termo) dos diálogos de um determinado programa ou filme, o vídeo tornou-se um grande auxiliar para ilustrar o comportamento e os hábitos inerentes ao povo japonês.

Na fase de assimilação de estruturas mais elementares (centralizada nos 2 primeiros estágios), podemos citar algumas dificuldades surgidas durante o curso:

— *quanto às estruturas:*

- 1) uso de *joshi* (partículas indicativas de casos ou enfáticas).

Ex.:

— *Watashi-WA* Paulo *desu*. /Eu sou Paulo/

— *Tsukue-NO* *wa-NI* *hon-GA* *arimasu*. /Há um livro em cima da mesa/

— *Kuji-NI* *okimasu*. /Acordo às 9 h/

Erros mais freqüentes são a sua omissão e o uso indevido delas. Por exemplo, podemos citar a troca do *NI* e *DE*: *NI* indica lugar fixo e *DE*, lugar onde ocorre a ação. Ex.:

— *Doko-DE* *sunde imasu ka?* /Onde você mora/

— *Kado-DE* *ii restoran-ga arimasu*. /Há um restaurante bom na esquina/

Em ambas as frases, a partícula correta a ser utilizada deveria ser o *NI* ao invés de *DE*.

- 2) flexão de *keiyôshi* (adjet.), *junmeishi* (adjet.), *dôshi* (verbos)

— *samui desu* /está frio/ na forma conclusa, p. ex.: *samui-deshita* ao invés de *samukatta desu*;

— *kirei desu* /É bonito/ na forma conclusa: *kirekatta* ao invés de *kireideshita*;

— *ikimasu* /vou/ na forma conclusa negativa: *ikimasenkatta* ao invés de *ikimasendeshita*;

— *atarashii-NA* *hon* ao invés de *atarashii hon* /livro novo/;

— *kirei hana* ao invés de *kirei-na hana* /flor bonita/.

- 3) sufixos numerais, peculiares à língua japonesa e além do mais que são em grande quantidade. Ex.:

— *Enpitsu-ga san-MAI arimasu*. /Há três lápis/, usando o sufixo para contagem de folhas de papel *MAI* ao invés de *BON* que seria o correto no caso ⁽⁹⁾.

— *quanto às condições sócio-culturais*

Os *nisei* possuem o conhecimento oral passivo em escala muito maior que o oral ativo — entendem bem mas não conseguem se expressar na mesma medida da compreensão. Este fenômeno chega a ser um bloqueio até que o aluno se conscientize de que a fala não treinada devidamente para tal fim, não obedecerá ao comando do racio-

(9) Para maiores detalhes sobre as características de língua japonesa, vide: "Sobre a estrutura da língua japonesa" — Tae Naito. In: Estudos Japoneses I, 1973 e o artigo referido na nota (3).

cínio, embora esteja entendendo perfeitamente o que lhe está sendo dito.

Nos dois primeiros estágios o diálogo livre dado em sala de aula é baseado principalmente nas estruturas dadas durante o curso e nos dois últimos, ele se torna literalmente mais livre. O aluno tem a liberdade de ir complementando o diálogo com seu conhecimento extra-curso com o auxílio do professor ou introduzindo novas estruturas necessárias àquela situação de fala. A finalidade destes diálogos é desenvolver no aluno o desembaraço, a espontaneidade de expressão, fazendo-o criar situações com maior toque de realismo possível — seria um mini-teatro, onde ele terá que representar bem o seu papel. Para que uma sala de aula se transforme num cenário — salão de chá, escritório, casa de um amigo — e os alunos, em ótimos atores — garçons, clientes, pais de um amigo — o professor deve se empenhar em fazer com que cada aluno se sinta à vontade para qualquer manifestação, considerando-se que é uma etapa importante para verificar o nível de assimilação de cada aluno, talvez mais importante do que uma avaliação.

Nesta etapa, normalmente os alunos que tenham alguma noção adquirida no meio familiar ou em outros cursos, parecem demonstrar maior desembaraço diante das situações criadas. No entanto, ocorre um problema, particularmente em relação aos descendentes de japoneses:

- a) interferência da linguagem familiar, muitas vezes coloquial (destituída de polidez), dificultando a *reassimilação* do estilo padronizado. Ex.: *shiyoru* ao invés de *shiteiru* /Está fazendo/;
- b) interferência de uma linguagem criada entre os integrantes da “colônia japonesa”: tradução literal de alguns termos, por exemplo. Usa-se o *nageru* /jogar bola/ ao invés de *suteru* /jogar fora (lixo)/, *toranpu-o nageru* /jogar cartas ao longe/ ao invés de *toranpu-o suru* /jogar carta/.

Esses são alguns dos problemas que pudemos observar durante as horas reservadas para diálogo livre dos estágios mais avançados. Isso era mais freqüente nesses estágios pois havia alunos com razoável conhecimento que ingressavam neles sem passar pelos estágios 1 e 2.

No final de 4 estágios assim estruturados, o aluno chegaria a que nível? Teoricamente, no caso do programa ser cumprido com 10 lições cada estágio, perfazendo o total de 40 lições, o aluno poderá atingir nível razoável para se comunicar, transmitir suas idéias, opinar sobre algum fato. Mas o que é mais importante é que nível a alcançar depende do aluno, da sua disposição em relação ao curso, e também da sua adaptabilidade ao método. Não haverá uma fórmula perfeita para resultar na assimilação total quando se trata de aprendizagem de uma língua estrangeira, da mesma forma que não existe um método de ensino perfeito.

Como já referimos anteriormente, a partir de 1980 parece haver uma tendência geral para a diminuição do número de pessoas que têm conhecimento prévio da língua japonesa, o que não era tão acentuado antes de 1980. Este fenômeno nos levou à maior conscientização em considerar a língua japonesa como qualquer outra língua estrangeira, independente de o aluno ser ou não descendente, servindo de grande orientação para implantar o Japonês Audio-Visual como curso optativo da Faculdade de Letras da USP.

O ensino de japonês com o auxílio do laboratório não se resume em apenas 4 estágios, de maneira alguma, e nem as metodologias de ensino se restringem às que foram descritas. Esse campo sempre estará sujeito às modificações, às inovações que teremos de acompanhar passo a passo. Mas se esses dois anos de curso de L.L. serviram de iniciação para que o aluno tivesse noções da língua falada com a finalidade de facilitar seus estudos posteriores sobre a língua japonesa, podemos dizer que o L.L. cumpriu com sua missão dentro das expectativas que lhe foram atribuídas.

BIBLIOGRAFIA

- ALFONSO, Anthony — *Japanese Language Patterns*. Tokyo, Sophia Univ., 1974.
- DE GRÈVE, M. e PASSEL, F. — *Linguística e Ensino de Línguas Estrangeiras*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- DOI, Elza T. — "Reflexões sobre o emprego da escrita no ensino do japonês". In: *Estudos Japoneses V*, CEJ, 1985, p. 5-10.
- FUKAZAWA, Lídia M. — "O ensino da língua japonesa para estudantes brasileiros de nível superior". In: *Estudos Japoneses IV*, CEJ, 1984, p. 49-59.
- JAPAN FOUNDATION — *Nihongo: KANA - an introduction to the japanese syllabary*. Tokyo, J. F., 1978.
- JAPAN FOUNDATION — *Nihongo: KANA - uma introdução ao silabário japonês*, Tokyo, J. F., 1979.
- JAPANESE LANGUAGE PROMOTION CENTER — *Intesive Course in Japanese - Elementary Part. I & II*. Tokyo, J.L.P.C., 1971.
- LAMÉRAND, Raymond — *Teorias de Instrução Programada e Laboratórios de Línguas*. São Paulo, Pioneira, 1977.
- NAITO, Tae — "Sobre a estrutura da língua japonesa". In: *Estudos Japoneses I*, 1979, pp. 77-90.
- OSAKA UNIV. FOR FOREIGN STUDIES — *Japanese for Today*. Tokyo, Gakken, 1973.
- PASSEL, Frans van — *Ensino de línguas para adultos*. São Paulo, Pioneira - Edusp, 1983.
- STACK, Edward M. — *The Language Laboratory and Modern Language Teaching*. New York, Oxford Univ. Press, 1960.

TANKA E O SENTIMENTO DOS JAPONESES

Kensuke Tamai

Palestra proferida em 22 de outubro de 1985, no Centro de Estudos Nipo-Brasileiros

Meu tema de hoje: “*Tanka* e o sentimento dos japoneses” é um tema um tanto vago, mas o que vou falar hoje, seria, em resumo, qual o papel que o *tanka* veio desempenhando na sociedade japonesa, e também, qual o papel que ele desempenha atualmente. Como o sr. Nojiri vai proferir depois sobre a história do próprio *tanka* e do haikai, originário do *tanka* e ainda mais curto do que esse, aqui vou dizer apenas que o *tanka* é um poema curto japonês de 31 sílabas distribuídas em 5 - 7 - 5 - 7 - 7 sílabas.

Os livros históricos antigos do Japão do começo do século VIII registram que o *tanka* mais antigo é de autoria do deus chamado Susanoonomikoto:

YAKUMOTATSU IZUMOYAEGAKI TSUMAGOMENI
YAEGAKITSUKURU SONOYAEGAKIO

Como as espessas nuvens que crescem,
no país de Izumo, construo os múltiplos cercados ao redor da casa,
onde irei alojar minha esposa,
construo os múltiplos cercados ⁽¹⁾.

Este Susanoonomikoto é a divinização do mundo das trevas do subsolo, doenças, violências e vendavais. O fato de ele ter composto o primeiro *tanka* e justamente um poema de amor, me parece que os japoneses pensavam que o *tanka* não era exclusivo das pessoas meigas, mas também, até deus do mal, como Susanoo podia compor, ou seja, sendo ser humano, qualquer um podia compor *tanka*, e ainda, a alma humana podia se tornar meiga pelo ato de compô-lo.

Na metade do século VIII, é compilada a antologia *Manyôshû* e nela estão contidos 4.516 poemas que foram compostos e transmitidos oralmente há 450 anos. Dentre os quais 4.208 poemas que correspondem a 93% do total pertencem ao estilo *tanka*. Aproximadamente a sua metade é de autoria desconhecida mas os 530 autores restantes pertencem a uma gama variada de camada social que vão desde impe-

(1) Todos os poemas foram traduzidos literalmente, apenas para transmitir a idéia geral.

radores, nobres, guerreiros, agricultores, pescadores, prostitutas até mendigos. Com isto, os senhores podem perceber o quanto já nessa época o *tanka* estava em voga. O *Manyôshû* é considerado a maior antologia poética do mundo, pelo número de poemas compilados e seus autores e da grande variação de camada social.

O *Manyôshû* contém poemas sobre a beleza da natureza e tristeza da separação ou da morte, mas dentre eles, o poema de amor corresponde a 42%. Os mais interessantes dentre esses são o poema da declaração de amor e da sua resposta. Vamos citar apenas um exemplo. O autor do poema, Ôtsunomiko, foi envolvido numa disputa política e obrigado a se suicidar aos 24 anos. Ele ofertou o seguinte *tanka* de amor a certa jovem:

ASHIHIKINO YAMANOSHIZUKUNI IMOMATSUTO
WARETACHINURENU YAMANOSHIZUKUNI

Nos orvalhos da montanha,
banhei-me à espera de ti,
nos orvalhos da montanha

O poema-resposta dessa jovem foi:

AOMATSUTO KIMIGANUREKEMU ASHIHIKINO
YAMANOSHIZUKUNI NARIMASHIMONOO

Nos orvalhos da montanha,
em que tu te banhaste à espera de mim,
desejo de me tornar esses orvalhos

Nessa época, era comum declarar amor através de *tanka* e sua resposta também deveria ser dada em *tanka*. Ouvindo esses dois poemas, os senhores poderão notar que o poema da jovem declara o seu amor, utilizando habilmente as palavras contidas no poema de Ôtsunomiko. É essa a profundidade do amor contida no *tanka*.

Após o *Manyôshû*, em 905, foi compilado o *Kokinwakashû* sob a ordem do Imperador e desde então, aproximadamente durante 500 anos, até 1435, foram compiladas 21 antologias poéticas sob ordem imperial, sendo a honra máxima como poeta (*kajin*) ser um dos escolhidos. Neste *Kokinshû* estão compilados 1.100 poemas, mas exce-tuando-se 10, todo o resto pertence ao estilo *tanka*. Nesta época, o *tanka* já havia se tornado o principal estilo absoluto da poética japonesa.

Há um prefácio do seu compilador Kino Tsurayuki onde ele define o que é *waka* e o que é o belo. Este prefácio recebeu influências da estética de *Shih Ching*, obra chinesa produzida entre século XI e VI a.C. O referido prefácio justamente constitui a primeira teoria literária do Japão que definiu o belo da literatura japonesa através do *tanka* e que posteriormente, durante vários séculos, até a segunda metade do século XIX, foi a estrela de Belém das Letras japonesas.

E com isso, os senhores poderão notar o quanto foi grande a força do *tanka* na Arte japonesa.

Há cerca de 10 anos, a UNESCO selecionou os 100 maiores artistas do mundo inteiro. Dentre esses, do Japão foi escolhida apenas a Murasaki Shikibu, autora de *Genji Monogatari*, que viveu entre fim do século X e começo do XI. Este *Genji Monogatari* é um longo romance que narra as aventuras amorosas de Hikaru Genji, um nobre famoso e homem ideal, e em que aparecem mais de 400 personagens. O orientalista da Inglaterra, Arthur David Waley, traduziu para o inglês consumindo 10 anos, desde 1923 a 1933, influenciando grandemente os estudos sobre o Japão desenvolvidos no Ocidente. No *Genji Monogatari* encontramos 1.001 *tanka* que estão inseridos em vários trechos de extrema importância, constituindo uma espécie de *utamonoogatari* (narrativa poética). Assim, o *tanka* ocupava uma importante posição a este ponto, mesmo dentro do gênero da narrativa no Japão.

O personagem Hikaru Genji é o modelo ideal de homem da época. As condições para tanto, logicamente deveria ser formoso, mas além disso, deveria também preencher plenamente as seguintes condições: ser perito em literatura clássica chinesa e em caligrafia, ter dons musicais, ou seja, saber tocar *koto* ⁽²⁾ e ser um exímio poeta.

Atualmente, o silabário japonês que corresponde ao A, B, C do alfabeto do português é o *GOJŪON'HYŌ* (silabário de 50 sons: A, I, U, E, O, KA, KI, KU, KE, KO etc.) mas este começou a ser usado depois de 1880, inclusive para ordenar a distribuição das palavras no dicionário. Até então, geralmente usava-se a ordem de "I - RO - HA - NI - HO - HE - TO ...". Este "I - RO - HA - NI - HO - HE - TO ..." é um *imayō*, poema constituído de 4 versos com 7 e 5 sílabas, que pertence à época de transição do *chōka* ⁽³⁾ para *tanka*. Foi composto na segunda metade do século XII e versa sobre a efemeridade da vida sob o ponto de vista budista:

IROHANIHOHETO CHIRINURUO
WAGAYOTAREZO TSUNENARAMU
UINO OKUYAMA KEFU KOETE
ASAKIYUMEMISHI YOHIMOSEZU

A vida nos apresenta momentos de esplendor e de decadência,
nela ninguém permanecendo imutável,
transpondo a efemeridade do momento,
não há nem o sonho fugaz, nem embriaguez

Neste poema, cada som é diferente do outro, não havendo nenhuma repetição de um mesmo som. Acredito que dentre os dicionários

(2) *koto* — denominação genérica de instrumentos de corda.

(3) *chōka* — poema longo constituído de vários versos de 5 e 7 sílabas, terminando com 7 e 7 sílabas.

do mundo, o Japão tenha sido único país a utilizar um poema para ordenar palavras do dicionário.

E como prova de que atualmente o *tanka* ainda subsiste na vida dos japoneses, podemos citar o seu hino nacional. O hino japonês foi tocado pela primeira vez no aniversário do Imperador Meiji, em 1880, e instituído como hino nacional em 1893. Sua letra é um *tanka* que resultou de modificações efetuadas no século XVI em cima de um poema de autor desconhecido, que aparece no anteriormente referido *Kokinshû*:

KIMIGAYOWA CHİYONI YACHIYONI SAZAREISHINO
IWAOTO NARITE KOKENO MUSUMADE

Que sejam vossos dez mil anos de reinado feliz
Governai, meu senhor, até que os que agora são seixos,
Transformem-se, unidos pelas idades, em rochedos poderosos
Cujos lados veneráveis o musgo cobre ⁽⁴⁾

Esta letra foi usada na sua íntegra como hino nacional japonês e segundo o Guinness Book, é o mais curto hino nacional do mundo. Apenas como informação, o hino mais longo infelizmente não é o do Brasil, mas da Grécia.

Atualmente, uma parte do povo japonês combate fortemente o *Kimigayo*, alegando ser uma exaltação do imperador, ter uma forte coloração de imperialismo japonês, mas acredito que continuará sendo cantado como hino nacional.

Citei anteriormente que o *tanka* desempenha um importante papel na expressão de amor dos japoneses, mas por outro lado, ele veio desempenhando papel semelhante com relação à morte. Isto porque os japoneses compõem *jisei* (poema de despedida com a aproximação da morte), não só quando morrem por doença ou morte natural, mas também nos casos de execução de pena de morte e, principalmente, no suicídio por *seppuku* (haraquiri). Podemos citar vários exemplos antigos, mas o Yukio Mishima, escritor muito conhecido dos senhores, que se suicidou por *seppuku* em 1970 aos 45 anos, no dia do seu suicídio compôs um *tanka* que em comparação ao resto de suas obras, julgo ser muito infantil:

CHIRUO ITOHU YONIMO HITONIMO SAKIGAKETE
CHIRUKOSOHANATO FUKUSAYOARASHI

Morrer — à frente das pessoas e do mundo
que temem o fim da vida —
é como o despetalar numa tempestade

(4) Esta tradução é conforme *Fatos sobre o Japão*, de junho/77 publicado pelo Consulado do Japão.

Basicamente o *tanka* é uma literatura, mas por outro lado, não podemos negar que os *tanka* foram utilizados em cerimônias, em convivência social e ainda, na política, devido à sua força de apelar aos sentimentos humanos por possuir bela musicalidade e conteúdo conciso numa composição poética curta. É também verdade que durante a Segunda Guerra Mundial, os grandes poetas, a pedidos (do governo) compuseram *tanka* a favor da guerra, que se hoje analisarmos, seria motivo de vergonha.

O Imperador Meiji compôs cerca de 100.000 *tanka* nos seus 60 anos de vida. Mais do que expressar o sentimento do próprio imperador, esses poemas foram usados pelos políticos para fortalecer o sistema imperial e como meio de induzir o povo à moral feudal.

Em 1910, o governo, para abafar um movimento progressista emergente na época, tramou um atentado contra o Imperador, prendeu socialistas e anarquistas, realizou julgamentos secretos, condenando 12 pessoas à pena de morte e mais 12 à prisão perpétua. E o governo atribuiu a autoria do seguinte poema ao Imperador Meiji para fazer com que ele se livrasse da responsabilidade moral como mandante do incidente, conseguindo o efeito desejado:

TSUMIARABA WAREOTOGAMEYO AMATSUKAMI
TAMIWA WAGAMINO UMISHIKONAREBA

Se há algum crime, oh divindades,
reprendei-me,

pois o povo faz parte do meu ser

Atualmente no Japão, o *tanka* está muito em voga juntamente com o haicai. Dizem que o número de poetas (*kajin*) atinge 5.000.000 de pessoas, que há mais de 430 entidades entre grande e pequeno porte, em torno de revistas especializadas, e que mesmo os poetas profissionais deve transpor facilmente a casa dos 1.000. Mesmo no Brasil, há mais de 120 poetas em torno de *Yashiju*, única revista de orientação ao *tanka*. Além disso, dizem que há aproximadamente 100 poetas que publicam nos 3 jornais da colônia, concluindo-se que há cerca de 220 - 230 poetas no total. Todos eles compõem ao menos alguns poemas por mês, algumas dezenas por ano. Então, quantos *tanka* estão sendo produzidos no mundo inteiro?

Shiki Masaoka é um literato que morreu em 1902 aos 37 anos. Ele é considerado o orientador pioneiro dos *tanka* e haicai modernos, e que deu vida nova a esse estilo que estava em decadência na segunda metade do século XVIII e início do XIX. Certo dia, já à beira da morte, ele reuniu seus discípulos e disse: “Nós estamos dando a vida pelo *tanka* e haicai. Mas o *tanka* é composto de apenas 31 sílabas distribuídas em 5 - 7 - 5 - 7 - 7 e o haicai, ainda mais curto, de 17 sílabas em 5 - 7 - 5. Assim sendo, acabando de utilizar todos os sons da língua japonesa, um dia, não haverá mais produção de novos haicais e gradativamente, os *tanka* e os haicais desaparecerão”. Então eu

pedi para um conhecido meu verificar no computador, o número de combinatória em 5 - 7 - 5 dos 50 sons do japonês. O resultado foi: 385.625.479.490.433.329.095.458.984.375 (385 octilhões, 625 septilhões, 479 sextilhões, 490 quintilhões, 433 quatrilhões, 329 trilhões, 095 bilhões, 458 milhões, 984 mil e 375) — um número de 30 casas. Isso, em se tratando de haikai de apenas 5 - 7 - 5 sílabas. Como seria nos *tanka* que ainda são acrescidos de mais 7 e 7 sílabas: talvez resultasse um número com centenas, ou melhor, milhares de casas. Portanto, senhores, componham os *tanka* sem se preocuparem.

Traduzido por:

HELENA HISAKO TOIDA

AS QUATRO ESTAÇÕES DE SEI SHÔNAGON

Luiza Nana Yoshida

Na segunda metade do século X e no início do século XI, não podemos deixar de destacar o importante papel desempenhado pela mulher, dentro da Literatura Clássica Japonesa, principalmente desde que a escrita deixou de ser privilégio só dos homens, e foi difundida entre as mulheres da aristocracia, depois do século IX ⁽¹⁾.

Podemos citar como algumas das principais obras da época e as suas respectivas autoras:

- *Kagerô nikki* (século X) — Michitsuna no haha
- *Makura no sôshi* (século XI) — Sei Shônagon
- *Murasaki Shikibu nikki* (século XI) — Murasaki Shikibu
- *Genji monogatari* (século XI) — Murasaki Shikibu
- *Sarashina nikki* (século XI) — Sugawara no Takasue no musume

que ora refletem as divagações das suas autoras, ora se tornam registros de suas queixas e lamentações.

Excetuando-se *Genji monogatari*, um dos maiores romances clássicos japoneses, essas obras são, na maioria, em formas de ensaios ou diários, escritos pelas mulheres pertencentes à aristocracia da época.

Makura no sôshi, considerada uma das obras primas dentro da literatura de ensaio, resultou da perspicaz capacidade de observação e da aguda sensibilidade de Sei Shônagon.

Sei Shônagon cujo pai e avô (Kiyohara no Motosuke e Kiyohara no Fukayabu, respectivamente) foram poetas de renome, provavelmente passou a escrever *Makura no sôshi* durante a sua permanência no palácio imperial, quando servia à imperatriz Teishi como dama da corte.

Makura no sôshi compõe-se de aproximadamente trezentos ensaios, cujo conteúdo pode ser separado, de modo geral, em três grupos a saber:

- 1 — Ensaaios com temas semelhantes — onde a autora, através da sua perspicaz observação e ponto de vista, faz definições, prin-

(1) Até o aparecimento do silabário *kana*, tipicamente japonês, o povo japonês utilizava-se do *kambun*, escrita chinesa. O silabário *kana*, além de ser mais acessível, por ser menos complexo do que o *kambun*, abriu caminho aos japoneses de melhor se expressarem utilizando a sua própria escrita.

cialmente no que se refere à natureza, à vida e à sensibilidade do homem.

- 2 — O cotidiano do palácio imperial (tipo diário e memórias) — onde a autora registra facetas da vida da imperatriz, a sua própria vivência no Palácio e alguns fatos do dia a dia palaciano.
- 3 — Ensaios propriamente ditos — onde a autora escreve sobre as impressões do momento, e se nota a sua sensibilidade estética à procura do belo no que refere à natureza e ao homem.

No grupo 1 iremos encontrar dois tipos de introdução em japonês:

- a) ...*wa*, como *Toriwa*... (Quanto ao pássaro...), *Yamawa*... (Quanto à montanha...), *Mushiwa*... (Quanto ao inseto...) etc., onde a autora traz na cabeça da história o sujeito em questão sobre o qual ela irá emitir suas opiniões.
- b) ...*mono*, como *susamajikimono* (Aquilo que é desagradável), *arigatakimono* (Aquilo que é raro) etc., onde a autora enumera uma série de coisas ou fatos que considera ser, ora desagradável, ora raro etc.

O ensaio que abre *Makura no sôshi* é uma das mais conhecidas dentro da Literatura Clássica Japonesa, sendo que a sua frase inicial *Haruwa akebono* tornou-se tão famosa nos meios literários modernos que ela, por si só, equivale a um sinônimo da própria obra *Makura no sôshi*.

O nosso modesto trabalho sobre *Makura no sôshi* versará exatamente sobre esse ensaio.

A primavera é o amanhecer

Quanto à primavera, o seu instante mais belo é o amanhecer. A linha do horizonte por sobre a montanha vai, pouco a pouco, se esbranquiçando, se tornando clara e as nuvens, em tom lilás, formam faixas horizontais por todo o céu.

Quanto ao verão, a sua hora mais agradável é a noite. Se há lua, a noite é perfeita; mas mesmo as noites em que a lua se esconde se torna agradável, quando vaga-lumes mil cintilam na escuridão. Até mesmo a chuva é bem-vinda nas noites de verão.

Quanto ao outono, o seu melhor momento é o entardecer. Quando o sol poente tinge o céu de púrpura e vai se escondendo por detrás da montanha, até a figura dos corvos retornando para os seus ninhos em grupos de três, quatro ou dois, nos tocam o coração. Assim, torna-se ainda mais interessante avistar-se ao longe os gansos selvagens

voarem enfileirados. Ouvir o som do vento e o trinar dos insetos depois da chegada já da noite...

Quanto ao inverno, o melhor é de manhãzinha. Se houver neve, não há mais o que desejar. Quando o dia amanhece todo branco por causa da geada, ou mesmo que não haja neve ou geada, mas a manhã esteja bastante fria, as mulheres atravessam os corredores da casa⁽²⁾, levando carvões acesos, depois de feito o fogo às pressas⁽³⁾. É uma cena que se ajusta perfeitamente a uma manhã de inverno.

Quando o sol se levanta e o frio tende a se atenuar pouco a pouco, o fato de tanto o carvão do *irori*⁽⁴⁾, quanto o do braseiro se transformar em cinza parece quebrar toda a harmonia da ocasião.

Aqui a autora fala sobre as quatro estações do ano, enfocando o horário que melhor expressa cada uma delas.

Nós que vivemos num país onde o ano inteiro parece se resumir em apenas duas estações, verão e inverno, não conseguimos sentir, de início, o quão feliz foi Sei Shônagon na escolha do melhor momento de cada estação. Para isso, temos de levar em conta que o Japão é um dos países em que existe a nítida definição das quatro estações, e, talvez, por isso mesmo, as pessoas sejam extremamente ligadas à natureza e se sensibilizem particularmente com as várias mudanças que ocorrem a cada estação.

Com o seu estilo preciso, Sei Shônagon oferece-nos em cada descrição uma imagem simples, destituída de adornos, mas de rara beleza, que mostra a natureza no seu esplendor e nos seus melhores momentos. Para isso a autora não se limitou a acatar os valores estéticos da época, mas mostrou possuir uma sensibilidade estética peculiar, como quando considera o amanhecer como o instante mais belo da primavera, enquanto nos poemas da época cantava-se o dia ou a noite da primavera como o seu momento supremo.

Quanto à primavera, o seu momento mais belo é o amanhecer

As noites suaves e os dias enfeitados com as flores da cerejeira são, sem dúvida, imagens muito belas na primavera. O amanhecer, porém, citado por Sei Shônagon parece-nos ser o seu momento mais belo. Isto porque o amanhecer é o descortinar de um novo dia, assim como a primavera é, por assim dizer, o “amanhecer” das quatro estações, quando o céu vai, pouco a pouco, se clareando para depois se colorir num tom primaveril.

(2) As construções arquitetônicas da época possuíam, em geral, corredores externos que ligavam praticamente todos os aposentos.

(3) Os carvões acesos faziam o papel, digamos, dos fósforos de hoje. Distribuíam-se, então, os carvões nos vários cômodos onde houvesse *irori* (vide nota 4) ou braseiro para se aquecer o ambiente.

(4) *Irori* — uma espécie de lareira cavada no assoalho. Servia também como um fogareiro, quando se desejava esquentar ou cozinhar alguma coisa.

A autora utiliza a palavra *akebono* para indicar o amanhecer. Esta é uma palavra que possui conotação temporal. No japonês clássico, existem várias palavras para indicar o amanhecer em seus vários estágios, mas, de uma maneira geral, poderíamos indicar esses estágios ordenando-as da seguinte maneira:

akatsuki → *shinonome* → *akebono* → *tsutomete*
sendo que,

- *akatsuki* — é o início do amanhecer, quando o céu se encontra ainda escuro;
- *shinonome* — é o instante em que os raios do sol começam a despontar;
- *akebono* — é o momento em que o céu começa a se abrir e a claridade, a aumentar;
- *tsutomete* — é o amanecer propriamente dito, quando o processo se completa.

Akebono é, portanto, o exato momento em que o céu começa a se clarear lentamente. É o céu que faz limite com a montanha vai aumentando a sua claridade, enquanto nuvens pairam como adornos em tom lilás. É uma cena mais do que própria para representar toda a beleza da primavera.

Quanto ao verão, a sua hora mais agradável é a noite

No verão japonês, quente e úmido, nada melhor do que a chegada da noite para se desfrutar o frescor noturno. O verão é a estação em que a vida parece mais agradável e aproveitável à noite, que se caracteriza por ser mais curta nesta estação. Assim a presença da lua clareando o céu, torna-se desejável, não só por isso, mas também pelo fato de as pessoas disporem, na época, de precários instrumentos de iluminação.

Mesmo quando a lua não surge, a noite torna-se agradável, quando se avistam vaga-lumes cintilando e colorindo a escuridão da noite. Até mesmo a chuva que normalmente é indesejada, torna-se bem-vinda como um elemento amenizador do calor e como um adorno de fios prateados.

Podemos perceber que todos os elementos levantados: noite, lua, vaga-lume cintilando na escuridão, chuva têm em comum o fato de possuírem algo que, de um modo ou outro, causam a sensação de frescor.

Quanto ao outono, o seu melhor momento é o entardecer

O céu do outono caracteriza-se pela sua limpidez. Talvez por esse fato o seu pôr-do-sol seja tão especial. E a figura do corvo que normalmente possui uma conotação negativa, casa-se perfeitamente com essa paisagem outonal, quando, em grupos, voam de volta para os seus ninhos, que chega a comover quem a vê. Mais comovente então

é contemplar os gansos selvagens que se alinham como pontilhados no céu. Na Literatura Clássica Japonesa o ganso selvagem era constantemente citado como símbolo da melancolia, devido à sua condição de ave migratória.

O som do vento e a sinfonia dos insetos típicos do outono, famosos pelos seus trinados noturnos, depois do pôr-do-sol, completam o quadro que retrata o outono no seu melhor momento.

Quanto ao inverno, o melhor é de manhãzinha

Isto porque o inverno sendo a estação do frio, é pela manhã que esse frio é sentido mais rigorosamente, e é o instante em que o homem se sente mais próximo do inverno.

Quando pela manhã tudo se encontra coberto de neve, sente-se estar num outro mundo. A neve como parte integrante dessa estação traz a harmonia nessas manhãs de inverno.

Também quando sobrem uma geada, ou numa manhã simplesmente muito fria, as pessoas acendem apressadamente os carvões, passam pelos corredores da casa levando os carvões já acesos para aquecer os aposentos. É uma cena que também se casa perfeitamente com as manhãs do inverno, causando uma sensação de harmonia e equilíbrio.

Quando, pelo contrário, com o avançar do dia o frio se ameniza e os carvões dos *irori* e dos braseiros vão se tornando cinzas, isso parece desequilibrar o ambiente, quebrando toda a harmonia existente.

Como pudemos ver, a autora foi capaz de sintetizar de uma maneira muito objetiva mas abrangente, as quatro estações do ano, mostrando as suas principais características e retratando, o que é mais importante, um quadro belíssimo de cada uma delas. Para isso, Sei Shônagon procurou apelar para os vários sentidos do ser humano:

- primavera → esbranquiçando . clara . lilás (cores - visão)
- verão → lua . escuridão . vaga-lume (claro/escuro - visão)
- outono → corvos . gansos selvagens (visão)
→ som do vento . trinar dos insetos (audição)
- inverno → neve . geada (frio - tato)

Resumindo o quadro de cada estação teríamos:

- primavera = amanhecer

Sendo a estação predominantemente de um colorido especial, principalmente pela presença das flores, foi retratada através de um visual colorido: esbranquiçando . clara . lilás

- verão = noite

O verão é retratado no seu melhor momento através do jogo de luzes claro-escuro: lua . escuridão . vaga-lume que denotam, de

certo modo, o frescor necessário para os dias quentes e também pela presença da chuva, um elemento atenuador do calor sufocante.

— outono = entardecer

Através da utilização de animais que realçam a beleza do entardecer outonal, do som do vento e o trinar dos insetos a autora nos sugere um outono que se caracteriza por uma tranquilidade e calma, apesar do movimento (corvos e gansos selvagens) e do som, assim como quando adormecemos ouvindo o som calmo de uma chuva.

— inverno = manhãzinha

O inverno é a estação que mais diretamente age sobre o nosso sentido do tato, através do seu frio cortante. Para enfatizar essa característica, encontramos a neve e a geada que são uma espécie de concretização do inverno, pois podemos nelas tocar e sentir na pele o frio característico dessa estação.

Assim são definidas as quatro estações por Sei Shônagon. A sensação que nos fica, após a leitura de *Haruwa akebono*, é a de que a autora foi capaz de pintar, em rápidas mas precisas pinceladas, um quadro que retrata o que há de mais belo ou interessante em cada uma das estações, manifestando assim a sua perspicaz capacidade de observação e a sua grande sensibilidade com relação à natureza.

BIBLIOGRAFIA

ICHIKO, Teiji — *Kobun*. Tóquio, Gakken, 1983.

IKEDA, Kikan — *Zenkô Makura no sôshi*. Tóquio, Shibundô, 1967.

KIMURA, Massanaka — *Makura no sôshi - Sakuhin kanshô*, in: *Nihon no koten 6*. Tóquio, Shûeisha, 1979.

MARUYAMA, Kazuhiko — *Koten kobun*. Tóquio, Bun'eidô, 1980.

MATSUO, Satoshi e NAGAI, Kazuko — *Makura no sôshi*. Tóquio Shogakkan, 1974.

TANAKA, Jûtarô — *Makura no sôshi zenchûshaku 1*. Tóquio, Kadokawa, 1972.

DÊIXIS E ANÁFORA NA LÍNGUA JAPONESA

Um Estudo Gramatical e Lingüístico dos Mostrativos

Lídia Masumi Fukasawa

Dizer que nos valem de signos para a comunicação de nossas idéias constitui não só uma afirmação incontestável, mas um lugar-comum da lingüística, universalmente aceito e conhecido por todos. Entretanto, o sentido contido nesta afirmação suscita, para qualquer estudioso de qualquer língua, uma gama de preocupações, não só relacionadas à realidade lingüística, como também à realidade extra-lingüística. A transformação das palavras em ato de comunicação implica, na verdade, não só o enunciado mas também, e principalmente, os sujeitos da enunciação. São estes que possuem a propriedade de converter a língua em discurso, assumindo ora o papel de produtor (ou remetente), ora o papel de receptor (ou destinatário) da mensagem. A comunicação só se realiza se houver um falante que produz um enunciado e um interlocutor a quem o primeiro se dirige, com intenção de comunicar.

Os participantes da comunicação são, pois, as pessoas do discurso que imprimem, no momento da enunciação, um caráter subjetivo ao enunciado. A situação de enunciação é, portanto, definida pelos participantes da comunicação, cujo papel é determinado pelo *eu* que projeta um *tu* e estabelece as dimensões espaço-temporais que configuram a situação de discurso. Tais elementos, a que Benveniste deu o nome de “indicadores de instância do discurso”, são expressos principalmente pelo que tradicionalmente chamamos de “pronomes pessoais”, “pronomes demonstrativos” e “advérbios” (de tempo e de lugar).

As funções desempenhadas pelas pessoas do discurso parecem-nos, pois, fundamentais para o estudo de uma língua. Foi esta a razão que nos levou ao estudo dos dêiticos e dos anafóricos da língua japonesa.

A nossa intenção é a de apresentar uma visão geral do problema, procurando inicialmente discutir e refletir sobre a posição de vários autores japoneses que trataram do assunto, bem como a de tirar algumas conclusões que poderão servir de subsídio para as pessoas interessadas no ensino e na aprendizagem da língua japonesa, no campo da dêixis e da anáfora. Procuraremos, em seguida, analisar mais detidamente os valores e as funções dos dêiticos e dos anafóricos da língua em questão, por meio de um *corpus*, onde procuramos levar-

tar as expressões mostrativas, retiradas de algumas obras de escritores japoneses modernos.

A preocupação básica do trabalho foi, portanto, a de analisar as palavras que ocupam lugar indispensável na dimensão pragmática da linguagem, cuja função essencial é a de estabelecer uma relação de mostração entre o remetente e o discurso, entre o remetente e os componentes espaço-temporais da situação de discurso.

Dada a inconveniência dos termos “pronomes pessoais” e “pronomes demonstrativos” (como ficará evidente ao longo deste nosso trabalho), designá-los-emos de “mostrativos pessoais” e “mostrativos não-pessoais”. O nosso trabalho visa, portanto, ao estudo dos “mostrativos” da língua japonesa, ligados ao aspecto da subjetividade a eles imprimida pelo remetente da mensagem.

Dos autores ocidentais, só tomaremos como ponto de referência alguns poucos conceitos. Suas posições teóricas sobre a dêixis e a anáfora não serão objeto primordial de nossas preocupações, porque fogem ao objetivo dos nossos estudos: nosso objetivo é o de estudar, em suas linhas gerais, os mecanismos da mostração em língua japonesa moderna, a partir do ponto de vista dos gramáticos e lingüistas japoneses.

Devemos observar, ainda, que os autores japoneses — dos quais trataremos mais adiante — são aqueles que, a partir de Shigenobu Tsurumine (1833), formularam uma teoria da língua japonesa, tendo como base os princípios propostos pela gramática holandesa.

A ocorrência do fenômeno de *rangaku*, “estudos holandeses”, na cultura japonesa, foi um acontecimento histórico que marcou profundamente não só as demais áreas das ciências, mas também a área dos estudos da língua japonesa.

O Japão, confinado em seu isolamento político, mantinha, a partir do começo do século XVII, apenas um intercâmbio comercial com a Holanda, a China e a Coréia, na pequena ilha de Dejima, no porto de Nagasaki. Esse intercâmbio, que no início se restringia ao comércio, passou, com o tempo, à área da Medicina, da Botânica, da Astronomia, da Balística etc. O contato com os holandeses, que no início se dava no porto de Nagasaki e por ocasião da sua visita protocolar e anual a Edo, centro político do Shogunato do Japão na época, propiciou o surgimento do *rangaku*, que então não se restringia mais ao campo da Medicina, da Botânica e de outras Ciências acima citadas, mas se estendeu à área das Ciências Humanas.

A necessidade de se entender e de se traduzir as obras holandesas nas várias áreas da ciência fez surgir o desenvolvimento dos estudos da língua holandesa. Em 1814, surgiu a primeira obra de gramática holandesa traduzida para o japonês, por Sajûrô Baba.

Foi, entretanto, em 1833 que surgiu, pela primeira vez, uma gramática da língua japonesa baseada na gramática holandesa — *Gogaku*

Shinsho, “Novo Tratado da Língua Japonesa” — em que o seu autor, Shigenobu Tsurumine, estabelece os princípios daquela gramática (holandesa) como regras gerais e universais que regulam todas as línguas.

As obras que surgiram depois de *Gogaku Shinsho*, “Nova Gramática da Língua Japonesa”, encontram-se impregnadas das influências da gramática holandesa e também de outras línguas ocidentais, notadamente da inglesa, da francesa e da alemã.

A influência de obras gramaticais estrangeiras se faz notar na própria classificação das palavras da língua japonesa. O termo *dai-meishi*, por exemplo, não é nada mais do que a tradução da palavra *pronome*, cujo sentido original — “palavra usada no lugar do nome” — perdurou por algum tempo na gramática japonesa, vindo a prejudicar a compreensão do real sentido e da função das palavras recobertas pelo termo *pronome*.

A compreensão de que o termo *pronome* não serve para recobrir as funções de mostração e de relação entre o remetente e os elementos do discurso só veio a ocorrer mais tarde, já no início do nosso século.

Se os mostrativos da língua japonesa se relacionam intrinsecamente com o fator subjetivo da linguagem, não podemos inseri-los e classificá-los dentro de um sistema rígido, taxionômico, contido na gramática tradicional. O fator subjetivo que governa os mostrativos provoca uma mobilidade em seu emprego, pois, eles dependem das circunstâncias psicológicas e da intencionalidade do remetente, no momento da atualização de sua mensagem. O que se pode, portanto, estudar e estabelecer é uma tendência geral que determina os usos e as ocorrências desses mostrativos. Não se pode inseri-las dentro de quadros classificatórios estanques e rígidos. As categorias taxionômicas existentes se mostram insuficientes para explicar os significados e as funções que os mostrativos desempenham no interior do texto e do discurso.

1 — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A DÊIXIS E A ANÁFORA

Definir os *dêiticos* meramente como representantes lingüísticos do gesto de “apontar” ou de “indicar” é um ponto de partida um tanto simplista para o estudo da dêixis de uma língua. Para a plena compreensão desse fenômeno, torna-se necessário recorrer a uma definição mais abrangente que leve em conta não só os componentes envolvidos no processo de comunicação, tais como remetente, destinatário, elementos indicadores de localização espacial e temporal da situação do discurso, como também um estudo mais aprofundado da natureza do signo dêitico relacionado com suas diversas funções e com as práticas culturais peculiares à comunidade enfocada.

Sabemos que grande parte dos estudiosos da língua engloba, com a palavra “dêitico”, todas as unidades lingüísticas portadoras da função de indicação, seja aquela que retoma ou antecipa uma outra forma gramatical dentro do texto, seja aquela que aponta para os participantes do discurso e os componentes espaço-temporais que estabelecem a situação de enunciação. Entretanto, dada a diversidade de funções que esses dois tipos de palavras encerram, consideramos imprescindível designá-los distintamente através de nomes diversos.

Para o estabelecimento de tais diferenças, consideramos fundamental, além de outras obras de lingüistas de reconhecido valor (Bloomfield, Benveniste, Jakobson etc. e de alguns estudiosos japoneses como Yamada, Tokieda, Sakuma, Watanabe entre outros, dos quais trataremos mais adiante), o trabalho realizado por Ignácio Assis da Silva (*A Déixis Pessoal* — tese de doutoramento apresentada na FFLCH da nossa Universidade, 1972), o qual sumariou e ordenou as idéias de um grande número de lingüistas e gramáticos ocidentais que se dedicaram ao estudo da dêixis. Segundo o autor, existe a necessidade de se distinguir, nas palavras que “indicam” e “mostram”, isto é, “na classe de palavras tradicionalmente chamadas de *pronomes*, uma subclasse cuja função essencial é apontar para os componentes da situação de discurso, e outra cuja função básica é apontar para trás ou para diante no interior do discurso”. (*Op. cit.*, p. 128). Assim, como “cover-word” para essas duas classes de palavras, consideradas englobadas, o autor deu o nome de *mostrativos*, cujas características básicas são:

- (1) instituir uma relação de mostração que pode dar-se do discurso para a situação (típica) de discurso ou de um ponto do discurso para um outro ponto no interior do discurso, para trás ou para diante;
- (2) não denominar como os nomes.

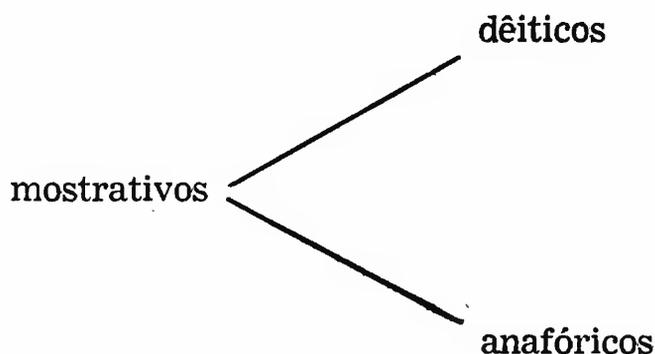
A classe de palavras denominadas “mostrativos” encerra, assim, dois tipos de signos:

- a) os **dêiticos** — cuja característica básica é a de designar-se pela dimensão pragmática da linguagem, isto é, pela relação signo-usuários — a relação do signo com a situação típica de discurso, vale dizer, com o destinador, com o destinatário e com os componentes espaço-temporais que situam no tempo e no espaço o ato de comunicação;
- b) as **proformas** ⁽¹⁾ (mostração anafórico-catafórica) — cuja característica básica é a de se definir pela função sintática

(1) O termo “proforma” foi assim denominado por Ignácio Assis da Silva para a mostração anafórico-catafórica cuja função básica é a de *substituição*. O autor retoma a noção de *forma* proposta por Hockett — um segmento significativo qualquer, resultante da segmentação do enunciado. “Uma **proforma** é, assim, uma forma gramatical (isto é, significativa); a forma substituída pode ser um substantivo, um adjetivo, um verbo, um advérbio, um sintagma (nominal, verbal ou adverbial), uma oração ou um enunciado inteiro” (*A Déixis Pessoal*, 1972, pp. 131-132).

da linguagem, isto é, pelas relações que contraem com outros signos na mensagem (relação signo-texto), substituindo-os.

Essas observações nos pareceram bastante coerentes e bem fundamentadas, razão pelo qual adotaremos, inicialmente, em nosso trabalho, a classificação apresentada por Ignácio Assis da Silva, que dividiu os signos mostrativos em **signos dêiticos** e **signos anafórico-catafóricos**, denominando estes últimos simplesmente de «**anafóricos**» Esquemmatizando, temos:



Para que essa divisão em duas classes torne-se mais clara, o autor levanta alguns aspectos referentes a cada uma delas, apontando-lhes, inclusive, os pontos de contraste, conforme observações descritas abaixo.

Se, por um lado, os anafóricos *substituem* formas anterior e posteriormente expressas no discurso, por outro, os dêiticos possuem a propriedade de apenas *apontar* para as “instâncias do discurso” (cf. Benveniste), ou seja, para os participantes do ato de comunicação e para os componentes espaço-temporais que configuram a situação de enunciação. Nesse sentido, os anafóricos possuem sempre um antecedente aos quais se referem; os dêiticos não os possuem por serem insubstituíveis — constituem o “suporte do texto”: não há veiculação possível da mensagem se não houver um remetente, um destinatário e uma localização espaço-temporal dos elementos contidos na mensagem, além do conteúdo a ser comunicado. O uso dos anafóricos se justifica pela necessidade de economia sintamgmática, porque evita a repetição, e o dos dêiticos pela necessidade de economia paradigmática, pois é muito mais trabalhoso nomear um objeto do que simplesmente apontá-lo (requer menor esforço seletivo) ⁽²⁾.

Essas considerações serão retomadas mais adiante, quando tentaremos redefini-las através dos estudos lingüísticos teóricos realizados por vários autores e da análise dos dados da língua japonesa, por nós levantados, no *corpus* do trabalho. A natureza dos dois usos dos mostrativos, esperamos, tornar-se-á mais clara quando da sua análise efetiva no âmbito prático.

(2) SILVA, Ignácio Assis da — *Op. cit.*, pp. 132-134.

2 — PRINCIPAIS LINHAS TEÓRICAS DOS ESTUDIOSOS JAPONÊSES, NOS ESTUDOS DOS MOSTRATIVOS

Tendo em vista as várias consultas a obras de gramáticos e lingüistas japoneses que se manifestavam sobre o assunto, podemos verificar que, no japonês, os estudos sobre os mostrativos remontam a quase quatrocentos anos. Padre João Rodriguez (1604) já destacava, como função dos “pronomes”, o fator de mostração dos objetos. Entretanto, a essa natureza mostrativa somava-se a idéia de substituição do nome. Embora não tivesse ainda registrado explicitamente o papel do remetente e do destinatário na situação de discurso, Rodriguez já chega a citar as implicações das noções de respeito e polidez que determinam o uso deste ou daquele “pronome”. Ao registrar as “formas honrosas”, as “formas de respeito” ou as formas de “gente bayxa” e de “gente alta”, ele já atribuía ao “pronome” (no caso, os chamados pronomes pessoais) o seu caráter social e a consciência necessária do remetente como tal, no momento da atualização de sua fala.

Entretanto, o trabalho realizado por Rodriguez parece não ter influenciado, nos períodos que se sucederam, os estudos realizados pelos autores japoneses. A grande mudança que se verificou na análise da língua japonesa deve-se aos estudos que surgiram por influência da gramática da língua holandesa. A chegada dos holandeses ao Japão (1609) levou os japoneses à necessidade de adquirir conhecimentos científicos (começando pela Medicina e depois pela Astronomia, Geografia, Física, Química etc.), e, conseqüentemente, à necessidade de traduzir as obras holandesas. Foi através da Holanda que o Japão, confinado pelo regime político da época (Edo, séc. XVII - XIX) ao fechamento quase total de seus portos, conseguiu tomar conhecimento da cultura científica do Ocidente.

Shigenobu Tsurumine foi, segundo Motoki Tokieda (*Kokugogakushi* “História da Língua Japonesa”, 1966), o primeiro estudioso a elaborar uma gramática japonesa impregnada de forte influência da língua holandesa. Com a obra *Gogaku Shinsho*, “Novo Tratado da Língua Japonesa”, 1833, Tsurumine registrou uma nova visão da língua japonesa, criticando as obras que tratavam dos estudos daquela língua, produzidas até então.

Tokieda nos informa:

“Tsurumine Shigenobuwa hajimete ranbuntenni rikkyakushite kokugono bunnô soshikio kokoromita. /.../ Gogaku /.../ Shinsho(wa) /.../ waran bunttenno meimokuni kokugoo haitôshita monodeatte, sono haitôni atatte, mizukara kokugoni taisuru atarashii kenkaiga umaretanodearu. Shigenobuwa ranbunttenno soshikio motte, oyoso gengoo toriatsukau gensokudearukano gotoku kangaete, kono kenchikara zairaino kokugo kenkyûo hihanashita.”

(*Kokugogakushi*, p. 155)

“Baseando-se na gramática holandesa, Shigenobu Tsurumine, pela primeira vez, tenta uma estruturação gramatical da língua japonesa. /.../ Novo Tratado da Língua Japonesa /.../ é uma adaptação da língua japonesa às nomenclaturas da gramática holandesa, escrita em japonês. Através dessa operação, o autor criou uma nova visão para sua própria língua. Ele considera a sistemática da gramática holandesa como sendo os princípios universais adaptáveis a todas as línguas. Partindo desse ponto de vista, Shigenobu criticou os estudos lingüísticos sobre a língua japonesa realizados até então.”

(*História da Língua Japonesa*, p. 155)

Foi essa nova postura de análise lingüística que propiciou a inclusão do termo *pronome* na gramática da língua japonesa moderna, ainda com o sentido de “vocábulo que substitui o nome”.

Além da escola gramatical holandesa, os estudos desenvolvidos pelos gramáticos japoneses foram apresentando, progressivamente, na medida em que o Japão ampliava seus contactos com a Europa, a influência de outras culturas como a inglesa, a francesa e a alemã.

Com referência aos estudos específicos sobre os mostrativos da língua japonesa, podemos perceber as seguintes tendências gerais:

- 1) considerar os mostrativos segundo o critério de distanciamento e proximidade físicos entre o remetente e o elemento denotado (desde 1833 até 1930);
- 2) considerar os mostrativos segundo o critério de “áreas de domínio do remetente e do destinatário” (de 1930 em diante).

Como vemos, a primeira tendência é mais antiga, porque pode ser detectada em Shigenobu Tsurumine, Fumikito Ôtsuki, Yoshio Yamada e Shintichi Hashimoto; a segunda é relativamente mais recente — ela surgiu com Kanae Sakuma, não deixando, entretanto, de ter origem nas postulações de Motoki Tokieda, que estabeleceu claramente a função do remetente e do destinatário na mensagem, e, como conseqüência, o fator subjetivo que governa os mostrativos.

Tsurumine, Ôtsuki, Yamada e Hashimoto analisaram os mostrativos baseados no critério de proximidade e distanciamento físicos (*enkimkankei*), embora Yamada já tivesse notado, nos mostrativos, a presença do fator subjetivo gerado pela intenção do remetente ao comunicar-se.

É Matsushita quem, pela primeira vez, introduziu, na gramática japonesa, a teoria de *nawabari*, “área de domínio” do remetente e do destinatário. Foi, entretanto, Sakuma o autor que destacou efetivamente a noção de mostração, acoplada à noção de participação do remetente e do destinatário na configuração dos pronomes, numa dada

situação de discurso. Nesse sentido, foi Sakuma quem excluiu definitivamente o “pronome” da classe dos nomes e sistematizou os mostrativos das classes de *KO*, “este”; *SO*, “esse”, *A*, “aquele” e *DO*, “qual”, segundo a teoria de *nawabari*, “área de domínio”.

A visão mais completa de inclusão e ênfase do caráter subjetivo que governa o “pronome” veio com Minoru Watanabe. Foi com ele também que se efetivou a distinção nítida entre função dêitica e função anafórica dos mostrativos. Consciente dessa distinção, Watanabe enfatizou a importância da função dêitica enquanto elemento que precede a função anafórica. A consideração do caráter subjetivo que governa os mostrativos permitiu a Watanabe detectar a mobilidade do uso de *KO, SO, A* no interior do discurso.

A distinção entre *função dêitica* e *anafórica* dos mostrativos foi destacada também por Itaru Ide, Tarô Takahashi, Yukiko Sakata, Kazue Okamura e Kazuyoshi Horiguchi. Levado pelo fator “subjetividade que governa os pronomes”, Ide e Takahashi desenvolveram a teoria de *b a m e n*, “situação objetiva de enunciado”, e *b a*, “situação subjetiva de enunciação”, atribuindo aos “pronomes” dois traços essenciais: a de definir o conceito de relação (o psicionamento físico ou psicológico do remetente em relação ao objeto denotado dentro do discurso) e a de expressar o seu conteúdo categórico (de pessoa, de lugar, de direção, de modo etc.).

Essa tendência geral mais recente, que se percebe nos estudiosos a partir de Tokieda e Sakuma, permitiu maior aprofundamento nos estudos referentes aos mostrativos. De maneira implícita ou explícita, ou melhor, de maneira mais enfática ou mais atenuada, os autores passaram a destacar o fundamento da subjetividade (Tokieda, Sakuma, Watanabe etc.) ou do grau de envolvimento (Horiguchi) do remetente com o discurso. Os estudos dos vários graus de subjetividade ou envolvimento do remetente com o objeto referido no enunciado, mediante análise das “áreas de domínio” (*nawabari*, *seiryoku kennai*, *seiryoku han’i* etc.) estabelecidas pela polaridade “remetente \rightleftharpoons destinatário”, permitiram compreender a maneira segundo a qual se realiza a conversão da língua em discurso. Em outras palavras, a análise das áreas de domínio do remetente e do destinatário na configuração dos mostrativos, realizada por Watanabe, e ampliada por Takahashi, Ide, Okamura e Horiguchi, trouxe esclarecimentos fundamentais para a apreensão do seu significado e do seu funcionamento.

Cumpre-nos esclarecer que estamos perfeitamente conscientes de que todas essas posições teóricas aqui levantadas, ou pelo menos grande parte delas, encontram aproximações e paralelos com as teorias propostas por vários lingüistas na lingüística ocidental.

Não seria preciso insistir que a noção de subjetividade, que governa os pronomes, levantada por Tokieda, Sakuma, Ide, Takahashi etc. foi apontada com muita clareza por Benveniste, em seu estudo sobre a dêixis⁽³⁾. A função “indicadora de instância do discurso”

dos pronomes, a sua função de unicidade (o *eu* que fala e o *tu* que recebe a ação são cada vez únicos) e de inversibilidade (o *eu* se converte em *tu* e vice-versa), apontada pelo autor, se aproxima da teoria de *bamen* e *ba* desenvolvida por Ide, Takahashi, Okamura e outros; a noção de “reconhecimento ou consciência do papel de remetente daquele que diz *eu*” também se aproxima das noções de *jibun* e *aite* propostas por Takahashi; o fundamento lingüístico da subjetividade — “a realidade dialética entre *eu-tu*” — levantada pelos autores japoneses pode ser encontrado também em Benveniste.

As noções de substitutos pessoais e substitutos anafóricos foram também levantadas por Bloomfield em sua obra *Language* (1935), no capítulo intitulado “*Substitution*”.

Em seu trabalho “*Categorias dêiticas*”⁽⁴⁾, Lyons destaca, a exemplo do que fizeram os gramáticos e lingüistas japoneses, a importância da existência dos componentes do discurso — falante, ouvinte e sujeito do discurso — ou a noção de “centralidade do ponto de referência do remetente”.

No capítulo “*Reference*”⁽⁵⁾, Halliday e Hasan distinguiram as “referências exofóricas” (dêiticas) e as “referências endofóricas” (anafóricas); destacaram a noção de *pessoa* ou de “papéis” desempenhados pelo falante e ouvinte na situação de discurso. As noções de “*speaker*” e “*addressee*” propostas pelos referidos autores se aproximam das noções de *jibun* e *aite* propostas por Takahashi. O conceito de “coesão de texto” proposto por Halliday e Hasan se aproxima de uma das funções do *bunmyaku shiji* proposto pelos autores japoneses.

Jakobson, no capítulo intitulado “*Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*”⁽⁶⁾, discutiu a função dos pronomes enquanto “embreantes” que remetem obrigatoriamente ao discurso. Verificamos que essa função apontada por Jakobson pode ser aproximada à noção de “conceito de relação” enfocada pelos estudiosos japoneses. Igualmente, as noções de *bamen*, *ba*, *jibun*, *aite*, *sozai* e *wazai* propostas por Ide, Takahashi e outros encontram-se inseridas na análise dos “embreantes” proposta por Jakobson. Com efeito, o autor aponta as noções de “processo do enunciado”, “processo de enunciação”, “protagonista do processo do enunciado”, “protagonista do processo de enunciação”, “assunto enunciado” etc.

Há, ainda, inúmeros gramáticos e lingüistas que trataram, com propriedade, do problema dos mostrativos. Entretanto, foge ao objetivo deste trabalho uma apresentação completa dos estudos desenvolvidos pelos lingüistas ocidentais sobre a dêixis e a anáfora. Uma excelente resenha já foi realizada por Ignácio Assis da Silva, em seu

(3) BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*.

(4) LYONS, John. *Introdução à Lingüística Teórica*.

(5) HALLIDAY & HASAN. *Cohesion in English*.

(6) JAKOBSON, Roman. *Essais de Linguistique Générale*.

trabalho *A Déixis Pessoal* e, mais recentemente, pelo Professor Isaac Nicolau Salum, em seu notável artigo “As Vicissitudes dos Dêiticos-Anafóricos” (7).

É uma de nossas intenções, em um futuro trabalho, realizar um estudo comparativo entre a lingüística japonesa e a lingüística ocidental, a respeito da dêixis e da anáfora, bem como de outros temas. Insistimos em que o nosso objetivo fundamental, nesta parte do trabalho, foi o de procurar delinear a maneira segundo a qual os autores japoneses perceberam o fenômeno da dêixis e da anáfora.

3 — REDEFINIÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DA DÊIXIS E DA ANÁFOIA

Com o objetivo de estudar os valores gerais da dêixis e da anáfora da língua japonesa moderna — sem pretender, contudo, esgotar o problema — tentaremos, nesta parte do trabalho, estabelecer uma redefinição e uma reclassificação desses elementos, tendo como base, por um lado, as principais definições encontradas nas obras referidas no item anterior e, por outro, as reflexões e os resultados obtidos pela análise do *corpus*.

Provisoriamente, havíamos tomado, nas *Considerações Preliminares sobre a dêixis e a anáfora* (cf. parte 1 deste trabalho), as definições propostas por Ignácio Assis da Silva, segundo o qual os *dêiticos* seriam elementos cuja característica básica é a de designar-se pela dimensão pragmática da linguagem, isto é, pela relação signo-usuários; e os *anafóricos* seriam os mostrativos cuja característica básica é a de se definir pela função sintática da linguagem, isto é, pelas relações que contraem com os outros signos da mensagem, substituindo-os.

Entretanto, após analisarmos com cuidado os exemplos levantados no *corpus* (cf. parte subsequente) pudemos verificar que os *mostrativos anafóricos* podem, conforme sugeriu Ide Itaru, — a exemplo do que ocorre com os dêiticos — estabelecer igualmente um conceito de relação entre o remetente e o discurso. Analogamente, os *mostrativos dêiticos* podem — a exemplo do que ocorre com os anafóricos — substituir um elemento já enunciado anteriormente ou a ser enunciado posteriormente no discurso. A diferença básica que os distingue reside no fato de que os *anafóricos* retomam e substituem um elemento anterior ou posterior no interior de um mesmo contexto, onde o remetente é único: é um remetente único que retoma ou antecipa um segmento enunciado na sua própria fala; os *dêiticos*, por outro lado, retomam um segmento de um outro discurso, diferente do contexto que o contém, onde o destinatário do primeiro se transforma em remetente e este em destinatário.

(7) SALUM, Isaac N. In: *Eurípedes Simões de Paula - in memoriam*, 1983.

Para a explicação dessas noções, parece-nos fundamental a teoria de *ba* proposta por Takahashi. Com efeito, o *ba* “situação de enunciação”, tem sempre como foco central o eu-remetente da mensagem. No momento da atualização do enunciado, o remetente configura um *ba* específico e cada vez único. Para facilitar a compreensão, designaremos esse remetente por *x*. O destinatário, ao retomar um elemento qualquer contido no enunciado do remetente *x*, estará, por sua vez, construindo um novo *ba*, onde ele (destinatário) será agora o ponto central e, conseqüentemente, o remetente (que designaremos por *y*). Cada qual (*x* e *y*), enquanto remetentes, configura seu respectivo *ba*, imprimindo a este um caráter de subjetividade peculiar e cada vez único. Ao retomar um elemento contido no enunciado de *x*, o destinatário, que agora se transformou em novo remetente (*y*), estará imprimindo ao mostrativo, em primeiro lugar, um *conceito de relação* entre ele (*y*) e o objeto enunciado anteriormente por *x*; em segundo lugar, estará imprimindo ao mostrativo um *caráter de substituição*, na medida em que retoma um objeto que já foi enunciado por *x*.

Em contrapartida, quando esse mesmo remetente *x* retomar ou antecipar um objeto do mesmo *ba* instituído por ele, teremos a configuração do uso anafórico do mostrativo.

Por meio dos exemplos abaixo, tentaremos ilustrar melhor as duas funções:

I. função anafórica

- 1) *Nyôbô*: *Jaa zenbu (okaneo) okaeshiyo. SOREga iyanara isshoni oideyo.*

“Esposa: Então, devolva todo (o dinheiro). Se não quiser fazer isso, venha junto.”

(ABE, Kôbô. *Seifuku*, “O Uniforme”, p. 327)

No exemplo 1, o mostrativo **SORE**, “esse”, retoma toda a frase anterior e se insere dentro da mesma situação de enunciação (*ba*) instituída por um único remetente, ou seja, a “esposa”. Em outras palavras, tanto o anafórico **SORE** quanto seu antecedente têm o mesmo sujeito da enunciação.

- 2) *Seinen*: */.../ kinôno akegatadattayo. Nemutte iru tokoroo hittsukamatte SOREkara ni jikan /.../ tada bunnaguraretanda. Suppadakadene. SOREmo tetsuno bôdeda /.../ KOREde shinanakya dôka shiteruyo.*

“Jovem: */.../* foi ontem de madrugada. Fui pego quando dormia, e depois *disso /.../* fiquei o tempo todo apanhando, durante duas horas E, pelado... Além *disso*, (apanhando) com

um bastão de ferro. /.../ Com tudo isto, só podia morrer.”

(*Seifuku*, “O Uniforme”. Kôbô Abe, p. 316)

Da mesma forma, no exemplo 2, temos um sujeito da enunciação — o “jovem” — que enuncia “fui pego enquanto dormia, ontem de madrugada” e retoma esta idéia por meio do mostrativo *SORE*, dentro de uma única situação de enunciação. O traço diferenciador entre *SORE*, “isso”, e *KORE*, “isto”, é que, no primeiro, o remetente interpreta o antecedente como algo já conhecido e, por isso, inserido dentro da área de domínio do destinatário; no segundo, o remetente interpreta o antecedente de *KORE* (o fato de ter apanhado) como algo inserido exclusivamente dentro de sua área de domínio: ele quer enfatizar seu sofrimento.

Assim, além do seu traço de substituição, os anafóricos podem também apresentar a propriedade de estabelecer uma relação de tensão subjetiva entre o remetente e o destinatário. O traço subjetivo que caracteriza não só a função dêitica dos mostrativos, mas também os anafóricos, encontra-se relacionado com a noção de *nawabari*, “área de domínio” dos interlocutores, proposta por Ide, Takahashi, Watanabe, Horiguchi etc. Vejamos no exemplo abaixo:

Fumimaro: Mattaku niekiranaime, kimito iu yatsuwa.
... *SORE* dakara minnani iwarerundayo.

“Fumimaro: Mas você é mesmo um cara indeciso, hein!
É por isso que todos falam de você.”

Kiyohara: Umu....

“Kiyohara: Hum...”

(*Nayotake*, “Nayotake”. Michio Katô, p. 16)

No exemplo dado, o anafórico *SORE*, além de substituir a frase anterior, conota a subjetividade de Fumimaro que interpreta o antecedente deste *SORE* — o fato de considerar a personagem Kiyohara como indeciso — como sendo um fato que pertence unicamente ao interlocutor, ou melhor, à área de domínio de Kiyohara. Fumimaro procura apontar a “indecisão de Kiyohara” como algo alheio a ele (Fumimaro).

Em outras palavras, diremos que os mostrativos de função anafórica são aqueles que o remetente utiliza para retomar ou antecipar um elemento contido em sua própria fala, dentro de um único *ba*, construído por ele. Os anafóricos, pois, instituem uma relação de mostração no interior de um discurso configurado por um *ba* único;

o antecedente substituído pelo mostrativo deve pertencer também à fala do mesmo remetente que a substitui.

Além dessa função de substituição, o anafórico pode também instituir um conceito de relação subjetiva entre o remetente e os objetos ou o(s) interlocutor(es) do discurso.

Assim sendo, podemos dividir os anafóricos em duas classes, de acordo com suas funções:

1. anafóricos que simplesmente substituem um segmento do contexto, sem conotar implicações com a posição subjetiva dos protagonistas do discurso;
2. anafóricos que, além de substituírem um segmento do contexto, conotam certa subjetividade do remetente em relação ao discurso ou ao seu interlocutor.

Adotando a terminologia de Itaru Ide, denominaremos os primeiros de *zettai shiji* (“anafóricos absolutos”) e os últimos *sôtaiteki shiji* (“anafóricos relativos”).

Os **anafóricos absolutos** têm, pois, como característica básica a função de substituir elementos do contexto lingüístico, sem, contudo, instituir qualquer relação com as pessoas do discurso. Ocorrem em forma de *SO* (“esse”) e não podem ser substituídos por outras formas, isto é, por *KO* (“este”) ou *A* (“aquele”).

Tomemos, para exemplificar, as seguintes frases:

1. *Hitoo mitara SOREo (hito) dorobôto omoe.*
“Ao ver uma pessoa qualquer, considere-a (essa pessoa) uma ladra.”
2. *Sugu amega agarukara SOREo (amega agaru) matte inasai.*
“Vai parar de chover logo; portanto, espere por isso (parar de chover).”
3. *Tarôno sakuhin'ô Jirôno SOREto (sakuhin) kuraberu.*

“Comparo a obra de Tarô com essa (obra) de Jirô.”

Os anafóricos absolutos *SORE* das três frases apenas substituem os elementos anteriores (*hito*, “pessoa”, na frase 1, *amega agaru*, “parar de chover”, na frase 2, e *sakuhin*, “obra”, na frase 3), sem que estas substituições impliquem qualquer relação com as pessoas do discurso.

Os **anafóricos relativos** têm como característica dois traços:

- a) o de substituir um elemento do contexto (ora antecipando-o, ora retomando-o) — *relação signo-signo*;

- b) o de estabelecer uma relação de subjetividade entre o remetente e o signo denotado ou o destinatário — *relação signo-usuários*.

Com efeito, verificamos que os anafóricos contidos nos exemplos abaixo apresentam, não só o traço de substituição, como também, o traço subjetivo imprimido pelo remetente com relação ao objeto referido:

- 1) *Tsuini ichidoruga nihyakuenni natta. KOREwa daimon-daida.*

“Por fim, um dólar passou a custar duzentos ienes. *Isto* é um problema sério.”

- 2) (O pai diz ao filho)

Omaewa dômo konogoro Kiyoharano musukoya Onono kodomo tachito issmoni natte, yare “waka”-o tsukutte mitari “koimonogatari”-o kaite mitari shite irurashiikeredo, AREdakewa otôsan dôshitemo kini kakatte shikataganai.

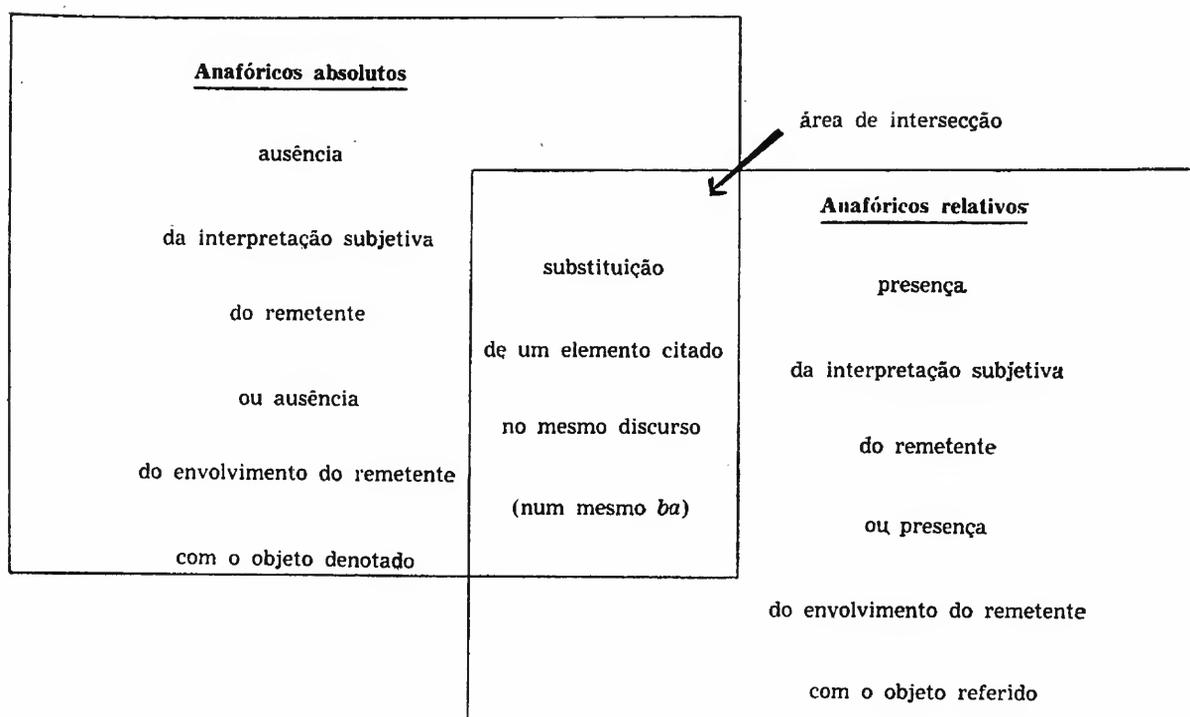
“Parece que você vem, ultimamente, junto com o filho de Kiyoshara e os filhos de Ono, escrevendo poesias e romances de amor, mas *aquilo* está me deixando preocupado.”

(*Nayotake*, “*Nayotake*”. Michio Katô, p. 24)

No exemplo 1, vemos que o anafórico *KORE* substitui a frase anterior e, ao mesmo tempo, estabelece a posição subjetiva do remetente com relação ao fato de “o dólar ter atingido a quantia de 200 ienes”: trata-se de um “problema sério” que afeta psicologicamente o remetente; é um fato com o qual o remetente se sente envolvido. Caso contrário, teria utilizado o mostrativo *SORE*, “isso”, ou *ARE*, “aquilo”, impelindo o assunto para fora de sua área de influência, considerando-o como um assunto distante, de pouco envolvimento. No exemplo 2, temos em *ARE* igualmente o traço de substituição e o traço subjetivo imprimido pelo remetente: *ARE* substitui a idéia “você está ultimamente escrevendo poemas e romances de amor com os filhos de Kiyohara e Ono”, mas, ao mesmo tempo, conota a idéia de *nawabari*, “área de domínio”, onde ambos — remetente e destinatário — encontram-se inseridos. O reconhecimento, por parte do pai, de que o filho também se insere em sua área de domínio estabelece a área do *nós*, isto é, a relação de “pessoas do discurso”, reservada pelos linguistas ocidentais somente aos mostrativos dêiticos.

É interessante frisarmos, novamente, que também os anafóricos remetem às pessoas do discurso. Os anafóricos podem também estabelecer a relação subjetiva entre o remetente e o objeto referido, ou entre o remetente e os demais protagonistas do discurso.

Por meio do esquema apresentado a seguir, julgamos ser possível perceber os pontos de contacto e os pontos de divergência entre os anafóricos absolutos e os anafóricos relativos:



II. função dêitica

Os mostrativos dêiticos apresentam como característica a função de instituir uma relação de mostração subjetiva entre o remetente e o discurso, configurando uma relação signo-usuários. Além dessa dimensão pragmática, os mostrativos dêiticos podem também instituir uma relação de substituição de um elemento contido na situação de enunciação (*ba*) anterior. Os dêiticos se realizam dentro de uma situação de enunciação, cada vez única, que a contém. Quando o destinatário de um enunciado anterior assume o papel de um novo remetente, constrói um novo *ba* e pode retomar um elemento do *ba* anterior, substituindo-o. Ocorrendo mudança do eixo central — o remetente —, há mudança de *ba*.

Assim, os mostrativos dêiticos podem também desempenhar a função de substituir ou de retomar um elemento do contexto, embora esse contexto deva constituir necessariamente um *ba* construído por um outro remetente que não esse que agora enuncia.

Analisemos os diálogos abaixo:

- 1) *Otoko 4: Ma, watashimo sô omotte irebakoso betsumi kotomo aradatenaide kôshite matte irundesugane.*

“Homem 4: Bem, exatamente por eu também pensar assim é que estou assim quieto, sem dificultar as coisas, sabe...”

Otoko 5: SONO hôga kachidesuyo.

“Homem 5: Você sairá ganhando com isso (desse jeito).”
(*Nayotake*, “Nayotake”. Michio Katô, p. 30)

O dêitico *SONO*, “esse”, determina, por um lado, a relação entre a personagem “homem 5” e o conteúdo enunciado pela personagem “homem 4” e, por outro, a retomada desse conteúdo enunciado anteriormente pela personagem “homem 4”, substituindo-o.

A relação estabelecida entre o remetente e o objeto referido por *SONO* é de natureza subjetiva: o remetente reconhece o antecedente de *SONO* como sendo um fato inserido dentro da área de domínio do destinatário, isto é, dentro da área de domínio que não lhe pertence.

Por outro lado, a substituição efetivada por *SONO* tem como antecedente o conteúdo inserido no *ba* do remetente anterior, o que vale dizer que o mostrativo dêitico pode realizar a função de substituição de um segmento contido num *ba* diferente daquele em que se encontra inserido.

Verifiquemos um outro exemplo em que Teijirô se dirige a Chiyoko, sua mulher:

Teijirô: *Kimino maboroshini demasarete iru nowa KIMI hitorida. /.../ Iikai, daremo KIMIno koto nanka kangaete iru yatsuwa inaindaze. KIMItô BOKUwa sekaini FUTARIkkirida. Korega kateito iu monoda.*

“Tei jirô: Você é a única que está sendo enganada por sua própria ilusão. /.../ Olha, não há ninguém que pense em *you*, viu? Só *nós dois* no mundo: *you* e *eu*. Isto é que se chama família.”

(*Kataku*, “Vida de Sofrimentos”. Yukio Mishima, p. 58)

Nesse exemplo, verificamos que os mostrativos dêiticos *KIMI*, “você”, *BOKU*, “eu”, e *FUTARI*, “nós dois”, estabelecem a situação de enunciação (*ba*) e definem os protagonistas implicados na mensagem. Os indivíduos designados por *KIMI*, *BOKU* e *FUTARI* só podem ser identificados pela instância de discurso em que ocorrem: *BOKU*, “eu”, só pode ser definido como o “marido Tei jirô que remete uma mensagem para sua mulher”, dentro da presente instância de discurso; igualmente *KIMI*, “você”, só se define como a “esposa Chiyoko, destinatário da mensagem veiculada por Tei jirô”, dentro dessa mesma situação de enunciação que é construída intencionalmente pelo remetente. Da mesma forma, os indivíduos designados por *FUTARI*, “nós dois”, ou seja, o remetente Tei jirô e o destinatário Chiyoko, só podem ser identificados pela instância de discurso em que ocorrem.

Nos dêiticos *BOKU*, “eu”, e *KIMI*, “tu”, temos claramente a relação de oposição ou a relação de tensão entre o remetente que enuncia e o destinatário que recebe a mensagem: *BOKU* vs. *KIMI*, cada qual delineando sua respectiva área de domínio (seu próprio *nawabari*) onde o eixo central de referência é o remetente. Em *FUTARI*, “nós dois”, entretanto, temos, tanto o remetente quanto o destinatário inseridos, por vontade exclusiva do remetente, dentro de uma única área de domínio.

Cabe aqui uma aproximação com Benveniste (8), quando este destaca com clareza e propriedade, a função de “unicidade” específica dos mostrativos pessoais *eu* e *tu*: o *eu* que enuncia e o *tu* ao qual o *eu* se dirige são cada vez únicos; são identificáveis somente dentro da situação em que ocorrem.

Segundo essa perspectiva, o *eu* — remetente Tei jirô, o *tu* — destinatário Chiyoko e o *nós dois* — Tei jirô e Chiyoko, são definíveis somente dentro daquela situação de enunciação construída por Tei jirô, no exemplo citado.

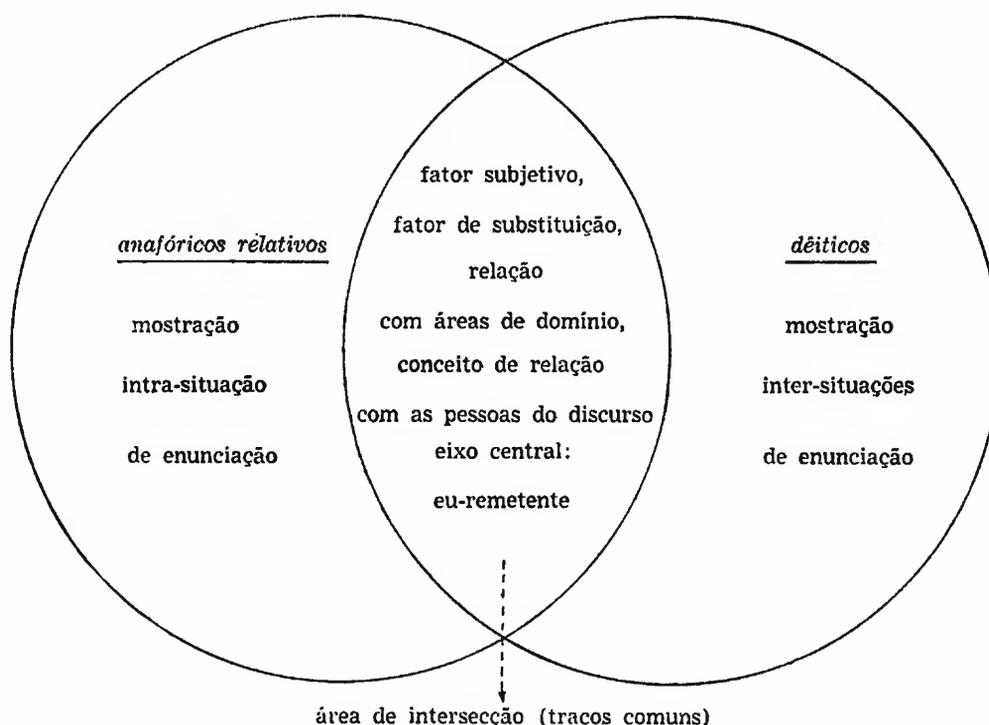
Os mostrativos têm, portanto, não só a propriedade de se definir pela instância de discurso como também a de definir os participantes do discurso mediante construção do *ba*, efetivada pelo remetente. O eixo central do processo comunicativo se encontra, pois, inerente à figura do remetente.

Se tanto os anafóricos quanto os dêiticos podem instituir uma relação subjetiva entre o remetente e o objeto denotado, quais serão, então, seus traços diferenciadores?

Diremos que o traço diferenciador está no fato de os primeiros se referirem a um segmento de um único *ba* e os últimos de instituírem uma relação de mostração de um *ba* para outro. Portanto, sintetizando, temos:

- anafóricos** — mostração subjetiva ou não-subjetiva intra-situação de enunciação (*ba* único)
- dêiticos** — mostração subjetiva inter-situações de enunciação (*ba* diferentes)

Os traços comuns entre os dêiticos e os anafóricos encontram-se, conforme figura abaixo, inseridos dentro da área de intersecção dos dois círculos.



(8) **BENVENISTE, Émile.** *Problemas de Lingüística Geral*, 1976, p. 253.

4 — DELIMITAÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

A pretensão inicial deste trabalho foi a de realizar um estudo dos mostrativos da língua japonesa moderna que permitisse, pela sua variedade de formas ou expressões, chegar a uma visão geral do seu sentido e do seu funcionamento. Pretendíamos estudar o conjunto de palavras que, em japonês, designassem mostrando, em vez de conceituar. Teríamos, pois, de levantar um infindável número de palavras cujo sentido variasse de acordo com a situação de enunciação. Palavras como “eu”, “papai”, “ontem”, “aqui” só permitem definir suas referências, se inseridas dentro da situação de enunciação em que ocorrem, relacionadas que estão, ao eu-remetente ou ao tempo da enunciação. Ingenuamente pretendíamos, então, fazer um levantamento, não só dos mostrativos pessoais e demonstrativos, mas também dos advérbios (*substantivos*, em japonês) de tempo e de lugar; dos verbos como *yaru*, “dar”, *morau*, “receber”, e *kureru*, “dar” que em japonês têm relação intrínseca com as pessoas do discurso; das expressões de tratamento portadoras de noções de modéstia, respeito, polidez e desprezo; de expressões tais como *i jô*, “acima referido”, *migi*, “lado direito”, *zensha*, “primeiro”, *kôsha*, “o último” etc.

Entretanto, dada a complexidade e amplitude do problema, uma abordagem dessa natureza, neste momento, traria grandes dificuldades de ordem prática, não só na própria coleta de dados, mas na sua classificação e organização. Ficou clara, pois, a inconveniência de se abordar, num trabalho desta natureza, uma gama tão grande de elementos. Só nos restava, então, fazer uma redução radical.

Se o que nos interessava mais de perto era a subjetividade na linguagem, governada pelo fator psicológico e, como consequência, o fator social que governa o remetente das mensagens, pareceu-nos pertinente optar pelo estudo dos chamados “pronomes pessoais” e “demonstrativos” da língua japonesa que, por sua natureza, contém relação intrínseca com a noção de *pessoas do discurso*.

Por outro lado, a relação de proximidade/distanciamento psicológico entre o remetente e o destinatário ou entre o remetente e o conteúdo do enunciado e a definição das áreas de domínio dos componentes do discurso — ambos constantemente presentes tanto nos “pronomes pessoais” quanto nos “pronomes demonstrativos” da língua japonesa — não nos permitiram descartar um ou outro na análise que pretendíamos realizar nesta dissertação. Não podíamos refletir sobre a centralidade da pessoa no discurso, sem estudar os “pronomes pessoais” e os “pronomes demonstrativos”.

Foi esta a razão que nos levou a fazer um levantamento dos tradicionalmente chamados “pronomes pessoais” e “pronomes demonstrativos” da língua japonesa moderna, valendo-nos de textos de alguns autores japoneses, igualmente modernos, considerados representativos dentro do mundo das letras do Japão.

As obras das quais retiramos os dados para a constituição do *corpus* de nosso trabalho foram as seguintes:

1. Michio Katô. *Nayotake*, “Nayotake”, 1946.
2. Yukio Mishima. *Kataku*, “Vida de Sofrimentos”, 1948.
3. Yukio Mishima. *Sotoba Komachi*, “Sotoba Komachi”, 1952.
4. Kôbô Abe. *Seifuku*, “O Uniforme”, 1955.
5. Kôbô Abe. *Bôni Natta Otoko*, “O Homem que virou Bastão”, 1969.
6. Sawako Ariyoshi. *Mizuto Hôseki*, “A Água e a Pedra Preciosa”, 1959.

Das obras escolhidas, as cinco primeiras são peças de teatro, das quais pudemos levantar um número satisfatório de diálogos que nos permitiram tomar conhecimento das múltiplas ocorrências de signos mostrativos em ato de fala e de situações de discurso por meio das quais desenvolveremos esta parte do trabalho; somente a última — a obra de Ariyoshi — constitui um conto, de onde pudemos ver mais claramente as situações de discurso onde o remetente é o próprio narrador e o destinatário, o leitor.

A razão pela qual optamos por um número maior de peças de teatro do que de textos narrativos (o caso do conto) se deveu ao fato de termos procurado levantar situações de diálogos onde os enunciados, evidentemente mais ligados às pessoas do discurso, possibilitassem, mediante testes de comutação e permutação, a análise da subjetividade dos mostrativos, ou melhor, a análise das relações que opõem entre si os vários protagonistas do discurso, baseadas na relação de tensão dialética entre remetente, destinatário e mensagem. Os textos mais narrativos permitiram analisar apenas os mostrativos que determinam a posição do autor-remetente em relação ao leitor-destinatário. Em razão disso, as situações de enunciação ficariam restritas a um campo muito limitado.

Por meio dessas obras, chegamos a levantar cerca de mil mostrativos. Entretanto, nosso trabalho não visa à análise quantitativa, mas qualitativa, razão pela qual não analisaremos quantitativamente a incidência de um ou de outro. Ficaremos restritos à análise das suas várias formas de ocorrência e ao sentido que exprimem dentro das várias situações. Levantaremos apenas os exemplos que justifiquem essa análise qualitativa.

Os exemplos em língua japonesa, por meio dos quais tentaremos ilustrar ou comprovar nossas afirmações, serão acompanhadas de suas respectivas traduções. Entretanto, ficaremos restritos a traduções literais ou simplesmente adaptadas para o português para que se

evidenciem as diferenças da estrutura dos mostrativos japoneses com o português.

Os mostrativos japoneses, tanto os que apontam as pessoas quanto os objetos, as coisas, os lugares, as direções etc. se caracterizam pela relação de subjetividade que lhes é imprimida pelo remetente no momento da enunciação. A subjetividade na linguagem, destacada incisivamente pelos autores japoneses estudados, é entendida como a posição do remetente perante a mensagem, isto é, a maneira intencional segundo a qual o remetente estabelece a situação de enunciação, onde ele se posiciona como o *sujeito* (*shutai*, segundo Tokieda) remetendo-se a si mesmo como o *eu-remetente*. É ele que, colocando-se a si próprio como o eu-remetente e projetando um *tu-destinatário*, converte a língua em discurso. No momento da enunciação, o eu-remetente estabelece, através dos mostrativos (e de outros elementos que enuncia), a relação subjetiva entre ele e o destinatário ou entre ele e o discurso.

Essa subjetividade permite delimitar o que Sakuma, Ide, Watanabe, Takahashi, Horiguchi e outros denominaram “áreas de domínio” ou “círculos de influência” do remetente, do receptor e dos demais elementos não pertencentes ao eixo *eu-tu*. Ao delimitar essas áreas de domínio no momento da enunciação, o remetente estará forçosamente levando em conta o aspecto da relação de tensão entre ele e o destinatário ou entre eles e os elementos do discurso.

No nosso entender, na língua japonesa, essa “relação de tensão” é um dos fundamentos básicos que leva o remetente a se conscientizar da presença do destinatário a cada momento em que atualiza um enunciado.

4.1. Os mostrativos pessoais

Como se recorda, Fumihito Ôtsuki (1889) já observava, implicitamente, a inadequação da denominação das três pessoas do discurso em *1ª pessoa*, *2ª pessoa* e *3ª pessoa* — pois estes termos não significam “eu-remetente”, “tu-destinatário” e “outras pessoas situadas fora do eixo *eu-tu*” — e adotava para tais termos as denominações *ji shô*, *tai shô* e *tashô*, respectivamente. Com efeito, colocar numa ordem constante e definir as três categorias de pessoa por três termos situados no mesmo plano significa abolir a noção de *pessoa*. Por esta razão, adotaremos as denominações propostas por Ôtsuki (e tantos outros) para os “pronomes” tradicionalmente chamados de *1ª*, *2ª* e *3ª* pessoas. Assim, *ji shô* significa “pronomes de auto-designação”, onde o falante se posiciona como o eu-remetente da mensagem; *tai shô* significa o “tu-destinatário”, o interlocutor que se opõe ao eu-remetente; e *tashô* os “elementos que não pertencem ao eixo *eu-tu*” do ato de fala.

A título de exemplificação, os gramáticos japoneses costumam citar os seguintes mostrativos pessoais:

ji shô: *watashi, watakushi, boku, ore*;
tai shô: *anata, anta, kimi, omae*;
tashô: *kono kata, sono kata, ano kata, kare, kanojo*.

Entretanto, a lista dos mostrativos pessoais não se resume apenas nesses termos. Dada a constante conscientização e preocupação por parte do remetente com o destinatário ou com as outras pessoas referidas no discurso, os mostrativos pessoais ocorrem de maneira variada, apresentando inúmeras formas.

Originariamente, havia, na língua clássica, os mostrativos pessoais *wa* (*ji shô*), *na* (*tai shô*) e *KO-SO-KA* (*tashô*). A forma *wa* designava modéstia e *na*, respeito. Ao longo do tempo, as formas *wa* e *na* foram desaparecendo, sendo substituídas por substantivos que possuíam sentido de modéstia ou de respeito. A forma *watakushi*, “eu”, por exemplo, utilizada na língua moderna, surgiu por volta do século XVI como substantivo com o sentido de “coisa privada”, em oposição a “coisa pública”. A “coisa privada” era considerada “não-nobre” porque “modesta”, oposta à “coisa pública”, isto é, algo que merece respeito, que é “nobre”.

Seguindo-se esse processo, como regra geral, os mostrativos pessoais que designam *eu* e *tu* conotam, respectivamente, sentido de modéstia e de respeito. Evidentemente, alguns dos mostrativos pessoais tiveram seus sentidos invertidos: algumas palavras que significavam respeito passaram, na língua moderna, a conotar desprezo. Por exemplo, *omae*, “você”, na língua moderna conota desprezo.

Preocupar-se com o destinatário ou com as outras pessoas do discurso levou o falante japonês a elaborar um número grande de mostrativos pessoais ligados à noção de “valor de tratamento”, isto é, ligados às noções de polidez, modéstia, respeito, desprezo etc.

Por meio do levantamento do *corpus*, pudemos apreender várias dessas formas:

a) *ji shô* (designação do eu-remetente)

— *kochira* (forma mais polida), *kotchi* (forma menos polida), “eu”, “nós”⁽⁹⁾, uso masculino ou feminino; conota elegância relacionada às palavras do remetente.

Ex: *Kimi, tanomimasu . . . KOCHIRAMO shigoto nanda.*
Wakatte kudasaiyo.

“Você, faça o favor . . . eu também estou de serviço.
Entenda, por favor.”

(9) Os mostrativos pessoais não apresentam, em japonês, marcas de gênero ou número. São distinguidos pela situação de enunciação. Alguns poucos mostrativos pessoais são utilizados no plural acrescidos dos sufixos *-TACHI* ou *-RA*. Por exemplo: *boku*, “eu” → *bokuTACHI*, *bokuRA*, “nós”.

(*Bôni Natta Otoko*, “O Homem que virou Bastão”.
Kôbô Abe, p. 47)

- *temae*, “eu”, uso masculino; noção de modéstia;
No segmento abaixo, temos o ancião de *Nayotake*,
falando para o *dainagon* (conselheiro — um dos
cargos mais altos da nobreza).

Ex: *Nayotakemewa TEMAENO*⁽¹⁰⁾ *kodomodewa gozarima-
senu.*

“A *Nayotake* . . . , aquela não é *minha* filha.”

- *atashi*, “eu”, uso feminino; utilizado quando o reme-
tente se dirige a um destinatário com quem tem um
relacionamento familiar ou íntimo. No exemplo se-
guinte, temos a garota *Nayotake* falando com o
ancião, seu pai:

Ex: *Otôsan, ATASHIwa anatano kodomodewanainone.*
“Papai, *eu* não sou sua filha, não é?”

(*Nayotake*, “*Nayotake*”. Michio Katô, p. 26)

- *watakushi*, “eu”, uso masculino ou feminino;
mais formal do que *watashi* ou *atashi*; conota modés-
tia e polidez. Na frase abaixo, vemos o conselheiro
(ou ministro) dirigindo-se ao ancião.

Ex: *Dainagon, Ôtomono Sukume no Miyuki WATA-
KUSHI*desu.

“Sou *eu*, o Conselheiro, Ôtomono Miyuki.”

(idem, p. 26)

- *wareware*, “nós”, uso masculino; conota modéstia.
A personagem Fumimaro, da obra *Nayotake*, conver-
sa com Kiyoharano Hideomi:

Ex: *WAREWAREwa korede tashikani nayotakeno ieno
hokôe ayumitsutsu arunokai.*

“Tem certeza de que, indo nesta direção, *nós* estamos
caminhando na direção da casa de *Nayotake*?”

(idem, p. 16)

- *boku*, “eu”, *bokutachi*, “nós”, uso masculino; conota
noção de modéstia. Fumimaro fala para Kiyohara:

Ex: *BOKUwane shinpainandayo. BOKUTACHIno kono
keikakuga kaette nayotakeo okorashichimaunjanaikato
omotte*

“Sabe, *eu* estou preocupado . . . achando que esse *nosso*
plano (de *nós*) pode, ao contrário, fazer *Nayotake*
ficar furiosa”

(Idem, p. 17)

(10) Cabe lembrar que o japonês não possui o possessivo, utilizando, para indicar posse,
o mostrativo pessoal ligado à partícula *NO* que indica o caso genitivo.

— *ore*, “eu”, uso masculino; conota modéstia, sem polidez.

Ex: **ORE***wane gamansuru kotonî nareterundayo.*

“Sabe, *eu* estou acostumado a suportar com paciência, viu?”

(*Seifuku*, “O Uniforme”. Kôbô Abe, p. 325)

A lista ainda é grande, mas acreditamos não haver necessidade de esgotá-la exaustivamente. Tentaremos, por meio da análise dos exemplos, tirar algumas conclusões no final deste item.

b) *taishô* (designação do tu-destinatário)

— *anata*, “o senhor”, “a senhora”, uso masculino ou feminino; conota respeito e polidez.

Ex: **Bokutachiwa ANATA***no musumesan’o tasukeni yatte kitandesu.*

“Nós viemos para salvar a *sua* (de você) filha.”

(*Nayotake*, “Nayotake”. Michio Katô, p. 27)

— *anta*, “você”, forma degenerada de *anata*; conota respeito.

Ex: **Higeto ANTA***no nyôbôwana, shittete ANTA*o *kora-shitchattandesa.*

“O Barba e *sua* mulher (de você), sabiam (disso) e deixaram que *você* se congelasse.”

(*Seifuku*, “O Uniforme”. Kôbô Abe, p. 326)

— *omae*, “você”, uso masculino; conota intimidade e desprezo.

Tei jirô se dirige para sua mulher:

Ex: **OMAE***no monono i ikatawa hendayo.*

“O modo de *você* falar é estranho.”

(*Kataku*, “Vida de Sofrimentos”. Yukio Mishima, p. 53)

— *k i s ama*, “você”, uso masculino; conota noção de desprezo.

O “homem do uniforme” fala para o “jovem”, com quem tem certa intimidade:

Ex: **Sôka, korosaretanoka... KISAMA***ni...*

“Ah é? foi morto... por *você*...”

(*Seifuku*, “O Uniforme”. Kôbô Abe, p. 316)

— *k i mi*, “você”, uso masculino; conota intimidade; é utilizado para pessoas cuja hierarquia é equivalente ou inferior à do remetente.

Fumimaro fala para Kiyohara, seu companheiro:

Ex: **Bokuwa KIMI***ni kagitte sonna iku jino nai otokodotowa shinjitakuwanainda.*

“Eu não quero acreditar que justamente *você* seja um homem assim, sem brio.”

(*Nayotake*, “Nayotake”. Michio Katô, p. 17)

Para que a exposição não se torne demasiadamente cansativa, citaremos apenas mais alguns mostrativos pessoais desta classe:

- *otaku*, “senhor(a)”, uso masculino e feminino; conota respeito.
 - *temae*, *temee*, “você”, uso masculino; conota sentido de desprezo.
 - *sochira*, “senhor(a)”, uso masculino e feminino; conota respeito.
 - *shokun*, “senhores”, uso masculino; conota baixo grau de respeito; equivale a *kimi*.
- c) *tashô* (designação dos elementos pertencentes fora do eixo *eu-tu*)
- *kare(ra)* ⁽¹¹⁾, “ele(s)”, uso masculino ou feminino; sem conotação de valor de tratamento.

Ex: /.../ *aishiatteiru wakai hitotachi*, /.../ **KARE-RA** *miteiru hyakubaimo utsukushii sekai*, *sô iu monoo sonkeisurunda*.

“/.../ os jovens apaixonados, o mundo cem vezes mais belo que *eles* vêm, é isso o que eu prezo.”

(*Sotoba Komachi*, “Sotoba Komachi”. Yukio Mishima, p. 149)

- *ano hito*, “aquela pessoa”, uso masculino e feminino; conotação de valor de tratamento em oposição a *ano kata* (respeito) e *aitsu* (desprezo).

Ex: *Shikashi kimiwa sakukanaa, akai hanani, desutte. Kizadawa ANOHITO*.

“Será que você vai desabrochar, em flor vermelha, disse. *Ele* é desagradável!”

(*Mizuto Hôseki*, “A Água e a Pedra Preciosa”.

Sawako Ariyoshi, p. 237)

- *aitsu*, “ele”, normalmente de uso masculino; conota noção de desprezo.

No exemplo abaixo, *ai t su* é utilizado por uma mulher referindo-se ao marido; indica sua classe social baixa,

(11) *Kare* era um mostrativo que indicava, na língua clássica, noção de distância, mas caiu em desuso. Por influência da língua estrangeira, no momento de traduzi-la, surgiu a necessidade de criar uma forma para a chamada “3ª pessoa”: a forma *kare* foi, então, retomada, sem, entretanto, essa noção de distância. Por analogia, criou-se também a forma *kanojo*, “ela”, como forma feminina de *kare*: utilizou-se *KA*, de *kare*, e acrescentou-se-lhe a partícula *NO* e a palavra *jo*, que, em chinês, significava “mulher”.

inserida que está dentro de um círculo social degradante:

Ex: /.../ **AITSU** *shindekaramade watashio mechamechani shiyagattanda.*

“Ele (aquele desgraçado), mesmo depois de morto, me destruiu.”

(*Seifuku*, “O Uniforme”. Kôbô Abe, p. 324)

— *yatsu*, “ele”, uso masculino; conota desprezo.

Nani, **YATSU** *mo gudengudensa. Wakaru monka.*

“Que nada! Ele também está bêbado. Não vai nem saber.”

(Idem, p. 315)

Temos ainda, dentre outros:

— *yarô*, “ele”, uso masculino; conota desprezo;

— *renchyû*, “eles”, uso masculino; conota desprezo;

— *kono kata*, “esta pessoa”, uso masculino e feminino; conota respeito;

— *sono kata*, “essa pessoa”, uso masculino e feminino; também conota respeito;

— *yakkosan*, “você”, uso masculino; conota intimidade ou noção de leve depreciação.

Como pudemos perceber pelos exemplos levantados, a mostração das pessoas do discurso, em japonês, ocorre por meio de inúmeras formas, de acordo com o grau de relacionamento psicológico e com a natureza do relacionamento social entre o remetente e o destinatário para quem aquele dirige sua mensagem. É por esta razão que grande parte dos mostrativos pessoais contêm, em si, noções de modestia, respeito, polidez, desprezo etc. Voltaremos a discutir o assunto mais adiante.

Partimos da suposição de que fica mais ou menos clara a idéia de que os mostrativos pessoais da classe de *ji shô* e *ta i shô* colocam em destaque o seu componente dêitico ou de “pessoas do discurso” (remetente e destinatário). Temos, no entanto, algumas ponderações a fazer para os da classe de *t ashô*. Para os mostrativos da classe de *t ashô* (tradicionalmente chamados de 3ª pessoa), alguns lingüistas ocidentais — Benveniste, Jakobson, Lyons, Bloomfield e Halliday & Hasan ⁽¹²⁾ — destacam o traço de impessoalidade, porque indicam, segundo eles, apenas os elementos do processo do enunciado e não os

(12) BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*, 1976.

JAKOBSON, Roman. “*Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*”, 1963.

LYONS, John. *Introdução à Lingüística Teórica*, 1979.

HALLIDAY & HASAN. *Cohesion in English*, 1977.

da enunciação. Atribuem-lhes apenas a função anafórica (Lyons: 3ª pessoa é um membro “negativo”; Halliday & Hasan: 3ª pessoa contém uma definição situacional negativa).

Entretanto, julgamos que os mostrativos da classe de *tashô* têm relação intrínseca com a instância de discurso: embora *ele* dentro do discurso, “não indique diretamente a situação de enunciação, define-se por ela; *ele* é configurado dentro do enunciado atualizado pelo remetente que o situa como membro fora do eixo da interlocução” (*A Dêixis Pessoal*, p. 86). Os gramáticos e lingüistas japoneses são unânimes em considerar o *tashô* como mostrativo ligado à noção de “processo de enunciação”. E isso se justifica: em japonês, os mostrativos pessoais mais representativos (e mais antigos) dessa classe são aqueles que se compõem com os mostrativos *KO*, *SO* e *A* — *kono hito*, “esta pessoa”, *sono hito*, “essa pessoa” e *ano hito*, “aquela pessoa”, relacionando-se intrinsecamente com a noção de proximidade ou distanciamento (tanto físicos quanto psicológicos) a eles atribuído pelo remetente. A participação do remetente, pois, no estabelecimento da noção de próximo ou distante dele, situa claramente a relação remetente/pessoa referida, designando a área de domínio não só do remetente, mas do destinatário ou do objeto referido. Assim, *kono hito*, “esta pessoa” exprime, além da noção de *tashô*, um envolvimento mais intenso com o remetente; *sono hito*, “essa pessoa”, uma relação de envolvimento menos intensa entre ela e o remetente; por fim, *ano hito*, “aquela pessoa”, exprime uma relação de distanciamento entre ela e o remetente e/ou o destinatário.

Outro argumento para se considerar o *tashô* como elemento ligado à pessoa do discurso é o fato de que o japonês possui várias formas que contêm noção de respeito, modéstia, polidez para esses pessoais.

A ocorrência, em japonês, de formas variadas de mostrativos pessoais para designar *eu*, *tu* e *ele* corresponde, no nosso entender, às várias maneiras segundo as quais o remetente diferencia e identifica o destinatário, objeto maior de sua mensagem. Isto significa que, no momento da escolha deste ou daquele mostrativo para a atualização de seu enunciado, o remetente projeta no destinatário a percepção do papel social que este desempenha. Selecionando um mostrativo pessoal da classe *tai shô* que conota respeito — *o taku*, “o senhor”, por exemplo — o remetente estará reconhecendo o papel social desempenhado pelo destinatário.

Os traços indicadores de “valor de tratamento” estão, pois, intrinsecamente relacionados com o conjunto de valores sociais.

4.2. Mostrativos não-pessoais

Os mostrativos não-pessoais da língua japonesa caracterizam-se por indicar, não só a localização no espaço, isto é, a noção de proximidade ou distanciamento físicos, mas a noção de proximidade e distanciamento psicológicos entre o remetente e o destinatário, ou entre

o remetente e o objeto denotado. Vemos, pois, que a noção de subjetividade do remetente se faz marcante nos chamados mostrativos japoneses, sendo esta noção considerada básica e anterior à noção de localização no espaço.

A língua japonesa apresenta para os mostrativos não-pessoais um sistema de oposição tríplice alicerçado nos monemas *KO*, *SO*, *A* dos quais derivam todas as formas.

Assim, temos:

1. **KO***re*, **SO***re* e **A***re* — “isto”, “isso” e “aquilo” para indicar coisas (às vezes pessoas);
2. **KO***ko*, **SO***ko* e **A***so**ko* — “aqui”, “aí” e “lá” para indicar lugares;
3. **KO***chira*, **SO***chira* e **A***chira*
KO*tchi*, **SO***tchi* e **A***tchi*
“este lado”, “esse lado” e “aquele lado” para indicar direções (às vezes pessoas);
4. **KO***no*, **SO***no* e **A***no* — “este”, “esse” e “aquele” para indicar relação adjetiva;
5. **KO***na*, **SO***na* e **A***na* — “deste tipo”, “desse tipo” e “daquele tipo” para indicar estado dos substantivos (função adjetiva);
6. **KO***o*, **SO***o* e **A***a* — “deste modo”, “desse modo” e “daquele modo” para indicar modo (função adverbial).

Os mostrativos indefinidos (*futei shô*), usados também como interrogativos, se configuram com a utilização do monema *DO* e se inserem, em língua japonesa, dentro da classe dos mostrativos (pessoais e não-pessoais). *DO* indica que o objeto referido é indefinido ou desconhecido pelo remetente.

1. **DO***no kata*, **DO***nata* — “quem” (pessoas);
2. **DO***re* — “qual” (coisas);
3. **DO***ko* — “onde” (lugar);
4. **DO***chira*, **DO***tchi* — “de que lado” (direção);
5. **DO***no* — “qual” ou “que” (função adjetiva);
6. **DO***na* — “de que tipo” (função adjetiva); indica estado;
7. **DO***o*, **DO***nnani* — “de que modo” (função adverbial); indica modo.

Tendo como foco central o remetente, os demonstrativos em *KO*, *SO*, *A* e *DO* estabelecem um *conceito de relação subjetiva* entre o

remetente e o objeto denotado ou o destinatário e um *conteúdo categórico* que especifica as categorias “objeto”, “fatos”, “lugar”, “direção” etc. (cf. noções de *kankeigainen* e *hanchûgainen* propostas por Okamura, Ide, Horiguchi e outros).

Com exceção feita aos mostrativos não-pessoais de função adjetiva *KOno*, “este”, *SOno*, “esse”, e *Ano*, “aquele”, os quais não expressam conteúdo categórico, mas só estabelecem conceito de relação, todos os mostrativos não-pessoais contém esses dois traços.

O conceito de relação expresso por *KO-SO-A-DO* encontra-se baseado na intenção do remetente que ora quer considerar o objeto denotado psicologicamente (ou fisicamente) mais perto de si, ora mais distante de si. Esse traço subjetivo imprimido pelo remetente se configura, portanto, nas várias situações de enunciação (cf. noção de *ba* proposta por Ide e Takahashi). A noção de proximidade ou distanciamento psicológico (que Horiguchi denomina *kakawari*, “envolvimento”) estabelece as áreas de domínio (*nawabari*) do remetente, do destinatário e do elemento que não pertence ao eixo *eu-tu*, áreas que variam de acordo com a estrutura do *ba*.

Em alguns casos especiais, entretanto, os mostrativos não expressam relação com as pessoas do discurso: é o caso dos anafóricos absolutos em que os mostrativos apenas retomam ou antecipam um segmento de um único *ba* (cf. item 3, I).

Diremos, então, que os mostrativos estabelecem:

- 1) uma relação subjetiva que parte do remetente em direção ao objeto denotado ou ao destinatário;
- 2) uma relação objetiva entre partes de um enunciado, sem relação com as pessoas do discurso.

A primeira relação é desempenhada pelos dêiticos e pelos mostrativos que designamos “anafóricos relativos” e a última é desempenhada pelos que designamos “anafóricos absolutos”.

Para melhor compreensão, esquematizaremos da seguinte forma:

- a) *dêiticos* — realizam-se dentro de *ba* diferentes; conota relação subjetiva;
- b) *anafóricos* — realizam-se dentro de um único *ba*;
 1. *anafóricos relativos* — relação subjetiva;
 2. *anafóricos absolutos* — relação objetiva.

I. Dêiticos e anafóricos relativos

Dos dados levantados no *corpus*, pudemos observar os seguintes casos:

A. Dêiticos

Os dêiticos *KO* e *SO* servem, na maioria das vezes, para indicar, respectivamente, a área de domínio do remetente e a do destinatário. Nesse caso, o remetente se encontra em posição de oposição ao destinatário, isto é, encontra-se em frente ao destinatário. Vejamos o exemplo:

Tia: **SONO** *yubiwawa dôshitano*.

“Esse anel, como o conseguiu?”

Sobrinha: **KORE**, *morattanoyo*.

“Este, eu ganhei.”

(*Mizuto Hôseki*, “A Água e a Pedra Preciosa”).

Sawako Ariyoshi, p. 238)

O dêitico *SONO*, nesse caso, indica “área de domínio do destinatário” (“objeto pertencente ao destinatário”). Ao contrário, o dêitico *KONO* indica “área de domínio do remetente” (“objeto que lhe pertence”).

A noção de oposição “remetente vs. destinatário” advém do posicionamento do remetente e do destinatário, os quais se encontram configurando cada qual a sua própria área de domínio (*mukaiaino bamen* “um em frente ao outro”, segundo Watanabe).

Outros exemplos podem ilustrar essas áreas de domínio:

Yôko: *Iino, watashiwa toshio toruno. Itsumade KONO wakasaja komarumono*.

“Yôko: Não faz mal, eu quero envelhecer. Com esta juventude prá sempre, vou ter problemas.”

Masayo: **SONNA** *koto naiwa. Wakaito iunowa ichiban kôfukuna kotoyo*.

“Masayo: Não é assim (desse modo). Ser jovem é a coisa mais feliz.”

Yôko: *Sône. Obasamawa kôfukune*.

“Yôko: É mesmo (é desse jeito). A titia é feliz, não?”

Além dessa situação de enunciação estudada acima, onde fica claro que o remetente e o destinatário se posicionam em áreas de domínio distintas, isto é, cada qual inserido em sua respectiva área, temos agora a utilização de *KO* e *A* quando tanto o remetente quanto o destinatário se inserem em uma única área de domínio. Estando ambos dentro de uma única área de domínio, os dois assumem uma relação de “cumplicidade” e os objetos denotados por *KO* e *A* se tornam objetos ora pertencentes, ora não-pertencentes a ambos, próximos ou distantes de ambos. O remetente e o destinatário configuram, pois, a “área de domínio do nós”.

Ex: Nyôbô: *Jaa, nandatte iunoyo*.

“Esposa: Então, o que quer dizer?”

Hige: *KONO sai, hitotsu zakkubaranni ikôjanaika*.

“O Barba: Que tal, *nesta* oportunidade, sermos sinceros um com o outro?”

(*Seifuku*, “O Uniforme”. Kôbô Abe, p. 315)

O dêitico *KONO* indica a área de domínio onde tanto o remetente quanto a esposa estão conjuntamente inseridos.

Ex: (A esposa, dizendo para o marido que acabara de morrer)
Mô sakewa nomanaitte ANNA ni yakusoku shitanonisaa.
“Você havia prometido *tanto* (*daquela* maneira) não beber mais!”

O dêitico *ANNA* refere-se a um fato (o fato de ter ele prometido tanto), embora temporalmente distante, conhecido por ambos, o que configura uma noção de envolvimento ou de “cumplicidade” entre eles.

B. Anafóricos relativos

No que concerne às áreas de domínio, os que denominamos “anafóricos relativos” funcionam segundo o mesmo esquema dos dêiticos. Parece-nos desnecessário, pois, tecer os mesmos comentários que já fizemos na parte anterior.

Gostaríamos apenas de chamar a atenção para o traço que os distingue: enquanto os *dêiticos* realizam uma mostração subjetiva inter-situações de discurso, os *anafóricos relativos* realizam uma mostração subjetiva intra-situação de discurso, ora realizando uma referência retrospectiva, ora prospectiva (ou “função catafórica”).

Verifiquemos os exemplos abaixo, nos quais a função anafórica relativa, nos termos em que a entendemos, fica clara:

1. *Aa, nanto iu taenaru gakuno neda. KOREga kono ajikenai utsushiyono kotonanodarôka.*

“Ah, que som mais misterioso! Será que é isto o que chamam de vida terrena enfadonha?”

(*Nayotake*, “Nayotake”. Michio Katô, p. 25)

O anafórico *KORE* indica “área de domínio de nós” porque conota idéia de “este barulho que nós estamos ouvindo”.

2. *Ningenga ikikaetta kaoo /.../ hidoku taikutsusôna kaoo shite iru. AREdayo, ANO kaodayo, watahino sukinanowa...*

“O rosto de alguém que ressuscitou /.../ tem a expressão de quem está terrivelmente enfadado. *É aquele*, é *daquele* rosto que eu gosto.”

(*Sotoba Komachi*, “Sotoba Komachi”).

Yukio Mishima, p. 150)

Os anafóricos relativos *ARE* e *ANO* indicam também a “área de domínio que nós dois conhecemos.”

3. *Ikenai kotowa ikenaisa. Jibunde manzokushiterya SOREde kekkôjanaika.*

“O que não pode, não pode. Se você estiver satisfeito, não é isso o que importa?”

O anafórico relativo *SORE* indica que “o estar satisfeito” pertence à área de domínio do destinatário. Neste caso, o remetente se encontra em posição de oposição ao destinatário.

(*Bôni Natta Otoko*, “O Homem que virou Bastão”

Kôbô Abe, p. 51)

4. *Mazu hajimeni kizuku kotowa kono bôni jôgeno kubetsuga aru kotodesu. Sôtô surihette imasu. KOREwa KONO bôga /.../ hitoni tsukawarete itato iu kotoo imishimasu.*

“O que percebo, antes de mais nada, é que existe diferença nas extremidades deste bastão. Estão bastante gastas. Isto significa que *este* /.../ estava sendo usado por alguém.”

No exemplo acima, *KORE* e *KONO* indicam que o objeto por ele referido se insere dentro da área de domínio do remetente.

II. Anafóricos absolutos

Como se recorda, consideramos “*anafóricos absolutos*” os mostrativos que substituem um segmento do contexto (retrospectivamente) sem estabelecer qualquer relação com a posição subjetiva do remetente. Nesse caso, o anafórico se realiza mediante substituição de um termo ou uma parte do mesmo enunciado em que ocorrem.

Os mostrativos pertencentes a essa classe ocorrem, na maioria das vezes, na forma *chûshô* ⁽¹³⁾, em *SO*, e podem ser considerados como formas cristalizadas, insubstituíveis por outras. Por sua própria característica, o anafórico absoluto *SO* ocorre muitas vezes como forma neutralizada de mostração, onde a noção de apontar se apresenta já bastante atenuada (é o caso dos chamados *setsuzokushi*, “conectivos”, da língua japonesa).

O caráter de mostração subjetiva relacionada à noção de *eu* e *tu* desapareceu nos mostrativos desta classe, indicando, apenas, traços espaciais e temporais. Seu uso decorre da necessidade de economia sintamgmática, em que o mostrativo retoma um segmento do enunciado onde se insere, com a finalidade de não repetir.

(13) *chûshô*, “distância intermediária” expressa pelos mostrativos em forma *SO*, em oposição a *kinshô*, “proximidade” e *enshô*, “distância”.

Vejamos alguns exemplos de uso anafórico absoluto:

- (1) *Watashiwane, funeno kippuo kaini ittandayo. SORE-kara achikochi arukimawattene.*

“Sabe, eu fui comprar a passagem de navio. Depois disso, andei prá lá e prá cá.”

(*Seifuku*, “O Uniforme”. Kôbô Abe, p. 319)

- (2) *Datte karekore⁽¹⁴⁾ nijûnenchikaku tebanasanakatta ishinanoyo. SOREni nedan'ô ieba anatadatte gakkari suruto omouwa.*

“Mas, também, trata-se de uma pedra da qual, nada nada, eu não me desfiz durante quase vinte anos. Além disso, se eu disser o preço, você também vai ficar chateada.”

(*Mizuto Hôseki*, “A água e a Pedra Preciosa”. Sawako Ariyoshi, p. 237)

- (3) *Hachijûnen saki... SONO koro konna shizukana niwaga Tôkyôno dokokani nokotte irukashiran.*

“Daqui a oitenta anos... Será que nessa época haverá ainda, em algum lugar de Tóquio, algum jardim assim tão calmo?”

(*Sotoba Komachi*, “Sotoba Komachi”. Yukio Mishima, p. 155)

- (4) *Hanninwa michio nigezuni massugu gakeo suberiorite ittatchû kotodaga, mitatokoro sorerashii ashiatowa hitotsushika nai. Shikamo SONO kutsuwa atarashiku tsukekaeta bakarino gomuno kakatoda.*

“Dizem que o criminoso desceu direto pelo precipício, ao invés de fugir pela rua, mas, examinando, havia uma única pegada desse indício. Além disso, esse sapato tinha uma sola de borracha nova, recém-colocada.”

(*Seifuku*, “O Uniforme”. Kôbô Abe, p. 322)

- (5) *Kanojoga SONO mijikai shôgaino hanbun'ô okutta shima /.../*

“/.../ a ilha onde ela passou metade da sua (*dela*) breve vida.”

(*Apud Daimeishi*, “Pronome”. Itaru Ide, p. 131)

(14) *Karekore* — *ka* é requício da forma *kare* da língua clássica, mostrativo da classe *tashô* que indica noção de distância (*enshō*). Já é uma forma cristalizada.

Cabe ainda observar que os *mostrativos reflexivos* do tipo *jibun*, *onore*, *jishin* e *mizukara* têm valor anafórico. Vejamos o exemplo abaixo.

*Masayowa KANOJO*no tada ichidono keikendeatta **JIBUN**no shussan'ô omoidashite ita.

“Masayo lembrava-se de *seu* (*dela*) parto, o qual *ela* (própria) havia experimentado apenas uma vez.”

(*Mizuto Hôseki*, “A Água e a Pedra Preciosa”).

Sawako Ariyoshi, p. 230)

O mostrativo *JIBUN*, “ela própria”, tem função anafórica porque retoma e substitui um elemento do mesmo enunciado — “Masayo” — além desse caráter de substituição, parece-nos, apresenta um novo sema — o de “reflexividade” — se o compararmos com o anafórico *KANOJO*, “ela”, da mesma frase. Assim, diremos que *JIBUN* é um “anafórico absoluto de sentido reflexivo”, que enfatiza a dêixis indicada pelos mostrativos pessoais.

Em português, o pronome reflexivo é expresso pelo caso oblíquo (me, te, se). Em japonês, não há necessidade de se fazer referência às pessoas, isto é, não é preciso retomar as marcas das pessoas do discurso: *jibun*, *jishin*, *onore*, *mizukara*, *jiko* (“próprio”, “mesmo”), *sorezore*, *meimei*, (“cada qual”) etc. valem para os três casos:

- 1) *jishô*: /.../ *watashino wakakatta jibun, nanika bôto suru kotoga nakereba JIBUN*ga ikite iruto *kanjinakatta monda*.

“/.../ na época em que eu era jovem, se não houvesse algo que me deixasse fascinada, não achava que *eu* (*própria*) estivesse viva.”
(*Sotoba Komachi*, “Sotoba Komachi”. Yukio Mishima, p. 150)

- 2) *taishô*: **JIBUN**no tadashiito omotta kotowa /.../ *saigo made yaritôsu yôni shinasai*.

“Procure fazer até o fim aquilo que *você* (*próprio*) achar que é correto.”

(*Nayotake*, “Nayotake”. Michio Katô, p. 9)

- 3) *tashô*: *Masayowa* /.../ *Jirôno utagaiwa haretaga sô utagatta JIBUN*ga /.../ *nasakenakunatte...*
“Já se havia dissipado a desconfiança sobre Jirô, mas Masayo sentiu pena *de si*, que havia desconfiado...”

(*Mizuto Hôseki*, “A Água e a Pedra Preciosa”).

Sawako Ariyoshi, p. 231)

Nos textos narrativos (em oposição a “diálogos”), os mostrativos — dêíticos e anafóricos relativos — podem também exprimir a relação subjetiva entre o autor-remetente e o leitor-destinatário, onde o primeiro tenta aproximar ou distanciar o segundo de sua obra, por meio das formas *KO*, *SO* e *A*. Também neste caso, o foco central se encontra na figura do remetente que, intencionalmente, escolhe uma ou outra forma, ora chamando o leitor para dentro de sua área de domínio, ora distanciando-o dessa área. Por exemplo:

Morishitatonno koiga /.../ owattaato, Masayowa kanari susanda seikatsuo okutte kitaga, SONO koroo kaerimireba KONO apaatode utsukushii onnaga /.../ otokoto dô aishi-atte ita tokorode hinan suru kiwa okoranai.

“Quando o amor por Morishita terminou, Masayo levava uma vida bastante desregrada, mas recordando *essa* época, não tinha nenhuma intenção de condenar o fato de uma bela mulher estar vivendo com um homem *neste* apartamento /.../.”

(*Mizuto Hôseki*, “A Água e a Pedra Preciosa”. Sawako Ariyoshi, p. 231)

Os mostrativos *SONO* e *KONO* referem-se a elementos que o narrador considera já do conhecimento do leitor. O uso de *SONO* indica que o narrador tenta colocar, na área do leitor, o fato apontado por esse mostrativo. O uso de *KONO* indica que o narrador tenta aproximar de si o leitor, mostrando, assim, mais intimidade e formando, com ele, uma única área de domínio.

Concluindo, podemos afirmar que os mostrativos japoneses, com exceção dos anafóricos absolutos, encontram-se — mesmo os incluídos na classe de *tashô* — intimamente ligados à noção de subjetividade da linguagem, nos termos que a colocaram Yamada, Tokieda, Watanabe, Ide e outros.

Apesar da mobilidade a que estão sujeitos por causa do caráter subjetivo que os governa, os mostrativos da classe de *tashô* apresentam-se sob uma estrutura nítida, derivadas de *KO*, *SO* e *A*.

Diante do fato incontestável de que o *tashô* da língua japonesa exprime tanto a indicação de *coisas* como *pessoas*, não nos parece pertinente dividi-los como se faz tradicionalmente em português, em “pronomes pessoais” e “pronomes demonstrativos”. Dividimos os mostrativos da língua japonesa em “mostrativos pessoais” e “não-pessoais” como o intuito único de facilitar a explanação. Entretanto, parece-nos mais conveniente encará-los como elementos pertinentes a uma única classe, por nós denominada *mostrativos*.

Com o objetivo de sistematizar os mostrativos da língua japonesa moderna, apresentamos o seguinte quadro, onde, pelas razões expostas acima, incluímos tanto os “pessoais” quanto os “não-pessoais”:

	jishô	taishô	tashô
	watashi	anata	KO
indicação de pessoas	boku	kimi	SO
	etc.	etc.	A
			KO
indicação de coisas, lugares, direção, modo	xxx	xxx	SO
			A

Vale observar que este quadro ilustra o sistema gerador dos dêiticos e anafóricos da língua japonesa moderna, de onde derivam as demais formas mostrativas.

Com exceção dos anafóricos absolutos, que exprimem apenas a indicação objetiva entre elementos do enunciado, os demais mostrativos estabelecem as áreas de domínio dos protagonistas do discurso (aqui incluídos os da classe de *tashô*), mediante graus de envolvimento entre tais elementos e, tendo sempre como foco central, o remetente.

Esquemmatizando, temos:

- 1) a função de *KO-SO-A*, segundo as áreas de domínio (função dêitica e anafórica relativa):

mostrativos	remetente em oposição ao destinatário: duas áreas de domínio (eu-tu)	remetente e destinatário em uma única área de domínio (área de domínio do nós)
KO	KO	KO
SO	SO	X
A	X	A

Como vemos pelo esquema,

KO — ocorre nos casos em que há posição de oposição entre remetente e o destinatário (*eu* \rightleftharpoons *tu*) ou quando ambos se encontram numa mesma área de domínio (*nós*);

SO — ocorre nos casos em que há posição de oposição entre o remetente e o destinatário (*eu* \rightleftharpoons *tu*);

A — ocorre nos casos em que ambos, remetente e destinatário, se encontram inseridos dentro de uma mesma área de domínio (*nós*).

2) a função de *KO*, *SO*, *A* segundo o grau de envolvimento do remetente e do destinatário com o objeto referido:

KO	envolvimento do remetente e do destinatário com o objeto
-----------	--

SO	não envolvimento do remetente com o objeto
-----------	--

A	envolvimento do remetente e do destinatário com o objeto posicionado distante de ambos
----------	--

Como conclusões, gostaríamos de ressaltar os seguintes resultados, a que chegamos por meio do presente estudo:

- (1) os autores começaram a chamar a atenção para o traço subjetivo que caracteriza os mostrativos da língua japonesa a partir do início do nosso século: Yamada Yoshio (1908) já destacava o *shukansei*, “traço subjetivo”, contido nos mostrativos (embora os denominasse ainda “pronomes”) enquanto fator de transformação de seus conteúdos. A noção de *shukan*, diz Yamada ⁽¹⁵⁾, provém do elemento *sasu*, “apontar” realizado pelo remetente;
- (2) enquanto o substantivo é uma palavra que expressa conceito, o mostrativo é uma palavra que aponta para as pessoas do discurso ou os objetos referidos no discurso, identificando-os como *jishô*, *taishô* e *tashô*;
- (3) definitivamente, o termo *pronome* (*daimeshi*) não é adequado para designar essas palavras, que têm como traço essencial o caráter de subjetividade; pareceu-nos mais pertinente designá-las *palavras mostrativas* (*Shijishi*) como o fizeram Watanabe e seus seguidores;

(15) YAMADA, Yoshio. *Nihon Bunko Kôgi*, 1971, p. 27.

- (4) os mostrativos, assim considerados, podem ser explicados pela teoria de *ba*, “situação de enunciação”, e *bamen*, “situação de enunciado”, e conseqüentemente pela teoria de *nawabari*, “áreas de domínio”, propostas por Ide, Takahashi, Okamura e outros;
- (5) o critério de análise segundo o *nawabari* (“área de domínio” dos protagonistas do discurso) é mais abrangente e completo do que o simples critério de proximidade e distanciamento no espaço;
- (6) os mostrativos podem, pois, ser classificados em **dêiticos** e **anafóricos** (*absolutos* e *relativos*), de acordo com a função que desempenham no *ba*, “situação de enunciação”;
- (7) com exceção dos anafóricos absolutos, que exprimem a indicação objetiva dos elementos do enunciado, os demais mostrativos se relacionam com o traço subjetivo da língua, porque têm como foco central o remetente que os enuncia;
- (8) em japonês, o fator subjetivo está intimamente ligado com a conscientização da figura do destinatário, levada a efeito pelo remetente. É esta a razão que justifica a existência de um grande número de mostrativos pessoais, os quais contêm sempre a noção de valor de tratamento (modéstia, polidez, desprezo etc.). A noção de modéstia ou respeito existe desde os primórdios da língua japonesa, quando *jishô* significava modéstia e *taishô*, respeito. Com o desaparecimento dos pessoais *WA* e *NA*, respectivamente *jishô* e *taishô*, a língua moderna passou a substituí-los por substantivos que indicam noção de modéstia e respeito. *Boku*, “eu”, por exemplo, era originariamente um substantivo, com sentido de “servo”, portanto, de modéstia.

Esperamos ter podido reunir algumas conclusões pertinentes que venham, de alguma forma, a esclarecer o funcionamento dos mostrativos da língua japonesa moderna.

As idéias expostas e discutidas neste trabalho surgiram de uma preocupação que tem nos acompanhado durante estes anos de ensino e pesquisa: o aperfeiçoamento de uma metodologia de ensino dirigida especificamente para brasileiros que desejam estudar a língua japonesa.

Temos consciência de que um desdobramento necessário deste trabalho será a realização de um estudo contrastivo entre o japonês e o português, que venha a possibilitar melhor compreensão das leis que governam as estruturas lingüísticas do japonês, por parte dos brasileiros. Uma outra área a ser investigada seria o estudo dos elementos paralingüísticos que subjazem às estruturas mostrativas do

japonês. Estes serão, certamente, temas fecundos para outras pesquisas que pretendemos realizar no futuro.

Acreditamos que os estudos realizados neste trabalho venham a contribuir, ainda que de maneira modesta, para a compreensão do funcionamento e do significado dos mostrativos da língua japonesa, fato que poderá oferecer subsídios para uma tradução correta das obras japonesas. Esperamos que os pontos aqui levantados e discutidos permitam ao estudante brasileiro de língua japonesa compreender um pouco melhor a percepção de mundo e dos fatores sociais e culturais japoneses que determinam o funcionamento dos mostrativos.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ABE, Kôbô. *Seifuku*, "O Uniforme". In: *Gendai Nihon Gikyoku Taikei*, "Col. Peças Teatrais Japonesas Contemporâneas", vol. 2. Tóquio, San'ichi Shobô, 1971.
- 2 — ABE, Kôbô. *Bôni Natta Otoko*, "O Homem que virou Bastão". In: *Abe Kôbô Zensakuhin*, "Obras Completas de Kôbô Abe", vol. 12. Tóquio, Shinchôsha, 1973.
- 3 — ARIYOSHI, Sawako. *Mizuto Hôseki*, "A Água e a Pedra Preciosa". In: *Gendai Nihon Bungaku Taikei*, "Col. Literatura Japonesa Contemporânea", vol. 89. Tóquio, Chikuma, 1972.
- 4 — BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo, Companhia Editora Nacional - EDUSP, 1976.
- 5 — BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1971.
- 6 — CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*. 5ª ed. rev., Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1975.
- 7 — HALLIDAY, M. A. & HASAN, Rugaiya. *Cohesion in English*. Londres, Longman, 1977.
- 8 — HASHIMOTO, Shinkichi. *Daijishiji*, "Pronome". In: *Shinbunten Bekki - Kôgohô*, "Anotações sobre Gramática - Língua Falada". Tóquio, Fuzanbô, 1938. pp. 46-51.
- 9 — HASHIMOTO, Shinkichi. *Kokubunpô Taikeiron*, "Teoria da Sistematização da Gramática Japonesa". Tóquio, Iwanami, 1967.
- 10 — HATTORI, Shirô. *KORE, SORE, AREto This, That*, "Isto, Isso, Aquilo e This That". In: *Eigo Kisogoino Kenkyû*, "Estudos sobre o Vocabulário do Inglês". Tóquio, Sanseidô, 1968. pp. 71-89.
- 11 — HORIGUSHI, Kazuyoshi. *Shijigo KO-SO-A Kô*, "Reflexões sobre os Mostrativos KO-SO-A". In: *Ronshû Nihon Bungaku - Nihongo*, "Col. Literatura Japonesa - Língua Japonesa", nº 5. Tóquio, Kadokawa, 1978.
- 12 — HORIGUCHI, Kazuyoshi. *Shijino Hyôgensei*, "A Expressividade dos Mostrativos". In: *Nihongo Nihon Bunka*, "Língua Japonesa, Cultura Japonesa", nº 8. Osaka, Osaka Gaikokugo Daigaku Kenkyû Ryûgakusei Bekka, 1978. pp. 23-44.
- 13 — IDE, Itaru. *Bunmyaku Shijigoto Bunshô*, "Os Mostrativos Anafóricos e o Texto". In: *Kokugo Kokubun*, "Língua e Literatura Japonesa", nº 21, vol. 8. Quioto, Chûô Tosho, 1952. pp. 1-22.
- 14 — IDE, Itaru. *Bunmyaku Shijigoni Taisuru Kanbun Kundokuno Eikyô*, "As Influências da Leitura Japonesa dos Textos de Estrutura Chinesa nos Mostrativos Anafóricos". In: *Kokugogaku*, "Teoria da Língua Japonesa". Tóquio, Kokugo Gakkai, 1955. pp. 71-78.

- 15 — IDE, Itaru. *Daimeishi*, "Pronome". In: *Zoku Nihon Bunpô Kôza 1 - Bunpô Kakuron'hen*, "Série Gramática Japonesa 1 - Das várias Teorias Gramaticais". Tóquio, Meijishoin, 1957, pp. 111-130.
- 16 — IDE, Itaru. *Daimeishi*, "Pronome". In: *Zoku Nihon Bunpô Kôza 1 - Sôron*, "Série Gramática Japonesa 1 - Introdução". Tóquio, Meijishoin, 1958.
- 17 — IKEGAMI, Akihiko. *Daimeishitowa Nanika*, "O que é o Pronome?". In: *Kôza Nihongo Bunpô 3 - Hinshi Kakuron*, "Série Gramática Japonesa 3 - Das Várias Teorias sobre a Taxionomia". Tóquio, Meijishoin, 1967. pp. 21-36.
- 18 — IMAI, Shirô. *Shijidaimeishino Shiji Kinôni Tsuite*, "Sobre a Função Mostrativa dos Pronomes Demonstrativos". In: *Hokkaidô Daigaku Jinmongaku Ronshû*, "Cole-tânea de Estudos das Ciências Humanas da Universidade de Hokkaido". Hokkaidô, Hokkaidô Daigaku, 1978.
- 19 — JAKOBSON, Roman. *Les Embrayeurs, les Catégories Verbales et le Verbe Russe*. In: *Essais de Linguistique Générale*. Paris, Minuit, 1963.
- 20 — KATÔ, Michio. *Nayotake*, "Nayotake". In: *Gendai Nihon Gikyoku Taikei 1*, "Col. Peças Teatrais Japonesas Contemporâneas". Tóquio, San'ishi Shobô, 1971.
- 21 — KUNO, Susumu. *Bunmyakuno Bunseki - KO-SO-A*, "Análise do Contexto". In: *Nihon Bunpô Kenkyû*, "Estudos sobre a Gramática Japonesa". Tóquio, Taishûkan, 1973.
- 22 — KUNO, Susumu. *Danwano Bunpô*, "Gramática do Discurso". Tóquio, Taishûkan, 1978.
- 23 — LYONS, John. *Introdução à Lingüística Teórica*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional - EDUSP, 1979.
- 24 — LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1980.
- 25 — MATSUSHITA, Daizaburô. *Hyôjun Nihon Kôgohô*, "Gramática da Língua Japonesa Falada Padrão". Tóquio, Hakuteisha, 1961.
- 26 — MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. "Sobre a Classificação das Palavras". In: *Dispersos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas e Instituto de Documentação, 1972.
- 27 — MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- 28 — MIKAMI, Akira. *Daimeishito Shôzenshi - Shijino Hataraki*, "O Pronome e a Anáfora - a Função dos Mostrativos". In: *Gendai Gohô Shinsetsu*, "Nova Teoria da Gramática Contemporânea". Tóquio, Kuroshio Shuppan, 1972. pp. 170-189.
- 29 — MISHIMA, Yukio. *Kataku*, "Vida de Sofrimentos". In: *Gendai Nihon Gikyoku Taikei*, "Col. Peças Teatrais Japonesas Contemporâneas", vol. 2. Tóquio, San'ichi Shobô, 1971.
- 30 — MISHIMA, Yukio. *Sotoba Komachi*, "Komachi Sotoba". In: *Gendai Nihon Gikyoku Taikei*. "Col. Peças Teatrais Japonesas Contemporâneas". vol. 2, Tóquio, San'ichi Shobô, 1971.
- 31 — MIYAJI, Yutaka. *YARU, KURERU, MORAUo Jutsugoto Suru Bunno Kôzôni Tsuite*, "Sobre a Estrutura Sintática de YARU, KURERU, MORAU enquanto Predicados". In: *Kokugogaku*, "Teoria da Língua Japonesa", nº 63. Tóquio, Kokugo Gakkai, dez. 1965, pp. 21-33.
- 32 — MIYAJI, Yutaka. *Shimpan Bunron*, "Gramática Japonesa - Nova Edição". Tóquio, Meijishoin, 1979.
- 33 — HAYASHI, Shirô. *Shiji Rentaisshi KONO-SONono Hatarakito Zengokankei*, "A Função do Mostrativo de Função Adjetiva Este, Esse e suas Relações". In: *Denshi*

- Keisanjini Yoru Kokugo Kenkyū*, "Pesquisa Computacional da Língua Japonesa", nº IV. Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyūjo, 1972. pp. 110-131.
- 34 — NAGANO, Masaru. *Kotobano Tsukaiwakeni Kansuru Kihon Mondai*, "Questões Básicas sobre os Usos da Língua". *Kokugoto Kokubungaku*, "Língua e Literatura Japonesa", vol. 26. Tóquio, Shimbundō, março de 1949, pp. 53-60.
- 35 — NAGANO, Masaru. *Aiteto Iu Gainenmi Tsuite*, "Sobre o Conceito de Destinatário". In: *Kokugogaku*, "Estudos sobre a Língua Japonesa", nº 9. Tóquio, Musashinoshoin, maio de 1952. pp. 23-28.
- 36 — OKAMURA, Kazue. *Daimeishitowa Nanika*, "O que é o Pronome?". In: *Hinshibetsu Nihon Bunpō Kōza 2 - Meishi, Daimeishi*, "Col. Gramática Japonesa - Categorias Gramaticais 2 - Substantivos, Pronomes". Tóquio, Meijishoin, 1972. pp. 80-121.
- 37 — ŌTSUKI, Fumihiko. *Gohō Shinan*, "Instruções sobre o Emprego das Palavras". In: *Daigenkai*, "O Grande Dicionário", vol. 4. Tóquio, Fuzanbō, 1950.
- 38 — ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 23ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1983.
- 39 — RODRIGUEZ, Pe. João. *Arte da Língua de Iapam*. Nagasaki, Companhia de IESV, 1608 (cópia xerografada por Benseisha, Tóquio, 1976).
- 40 — RODRIGUEZ, Pe. João. *Nihon Daibunten*, "A Grande Gramática da Língua Japonesa". Trad. Com. do obra *Arte da Língua de Iapam*, por Tadoa Doi. Tóquio, Sanseidō, 1955.
- 41 — RODRIGUEZ, Pe. João. *Arte Breve da Língua Iapoa*. Macao Companhia de IESV, 1620 (cópia xerografada por Tenri Central Library, Tenri, 1972).
- 42 — SAID-ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7ª ed. melhorada e aum., Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1971.
- 43 — SAKAKURA, Atsuyoshi. *Nihon Bunpōno Hanashi*, "Sobre a Gramática Japonesa". Tóquio, Kyōiku Shuppan, 1978, pp. 148-161.
- 44 — SAKATA, Yukiko. *Shijigo KO-SO-Ano Kinōni Tsuite*, "Sobre as Funções dos Mostrativos KO-SO-A". In: *Tōkyō Gaikokugo Daigaku Ronshū*, "Coletânea de Estudos de Línguas Estrangeiras de Tóquio", nº 21. Tóquio, Tokyo University of Foreign Studies, 1971, pp. 125-138.
- 45 — SAKUMA, Kanae. *Gendai Nihongono Hyōgento Gohō*, "A Expressão e a Gramática da Língua Japonesa Moderna" (edição revisada e aumentada), Tóquio, Hōseikaku, 1966, pp. 2-43.
- 46 — SALUM, Isaac Nicolau. "As Vicissitudes dos Dêiticos - Anafóricos". In: *Eurípedes Simões de Paula - in Memoriam*. São Paulo, Gráfica da FFLCH USP, 1983. pp. 311-342.
- 47 — SALUM, Onélia de Lima. *O Demonstrativo Românico*. Dissertação de Mestrado apresentada na FFLCH USP, 1980.
- 48 — SHIBATA, Takeshi. *Kaku, Ninshō*, "Caso e Pessoa". In: *Zoku - Nihon Bunpō Kōza 1 - Bunpō Kakuron'en*, "Série Gramática Japonesa 1 - Das Várias Teorias Gramaticais", Tóquio, Meijishoin, 1957, pp. 197-222.
- 49 — SHŌHO, Isamu. *KO-SO-Ano Taikēi*. "A Sistemática de KO-SO-A". In: *Nihongono Shijishi*, "Os Mostrativos Japoneses". Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyūjo, 1981.
- 50 — SILVA, Ignácio Assis da. *A Dêixis Pessoal*. Tese de Doutorado apresentada na FFLCH USP, 1972.
- 51 — SORANISHI, Tetsurō. *Ninshōto Hanashino Ba*, "As Pessoas do Discurso e a Situação de Enunciação". In: *Eigo Seimen*, nº 11. Tóquio, Keikyūsha, 1961.

- 52 — TAKAHASHI, Tarô. *Bamento Ba*, "Situação de Enunciado e Situação de Enunciação". In: *Kokugo Kokubun*, "Língua e Literatura Japonesa", vol. 25, nº 265. Quioto, Chûô Tosho, 1965, pp. 53-61.
- 53 — TAKAHASHI, Tarô. *KO-SO-A-Dono Genrini Tsuite*, "Sobre a Teoria de KO-SO-A-DO". In: *Gengo Seikatsu*, "Vivência Lingüística". Tóquio, Chikuma, jan. 1975. pp. 91-94.
- 54 — TAKAHASHI, Tarô & SUZUKI, Mitsuyo. *KO, SO, Ano Shiiji Ryôikini Tsuite*, "A Respeito do Domínio Mostrativo de KO, SO e A". In: *Kenkyû Hôkokushû*, 3, "Coleção de Relatórios de Pesquisas, 3". Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo, 1982, pp. 1-44.
- 55 — TANAKA, Nozomu. *KO-SO-Ao Meguru Shomondai*, "Sobre os Vários Problemas de KO-SO-A". In: *Nihongono Shijishi*, "Os Mostrativos Japoneses". Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo, 1981.
- 56 — TOKIEDA, Motoki. *Daimeishi* (1) e (2), "Pronome". In: *Nihon Bunpô - Kôgohen*, "Gramática Japonesa - Língua Falada". Tóquio, Iwanami, 1963, pp. 72-88.
- 57 — TOKIEDA, Motoki. *Kokugogakushi*, "História da Língua Japonesa". Tóquio, Iwanami, 1966.
- 58 — TOKIEDA, Motoki. *Kokugogaku Genron*, "Princípios da Gramática Japonesa". Tóquio. Iwanami, 1971. ..
- 59 — TSURUMIENE, Shigenobu. *Daimeigen*, "Pronome". In: *Kokugogaku Taikêi 1 - Gogaku Shinsho*, "Sistematização dos Estudos da Língua Japonesa 1 - Nova Gramática". Tóquio, Kôseikaku, 1833.
- 60 — WATANABE, Minoru. *Shijino Kotoba*, "Palavras Monstrativas". In: *Joshidai Bungaku*, Rev. "Literatura - Universidade Feminina", nº 5. Osaka, Osaka Joshidaigaku Bungakushi, 1952.
- 61 — WATANABE, Minoru. *Kokugo Kôbunron*, "Teoria Sintática da Língua Japonesa". 2ª ed., Tóquio, Haniwa Shobô, 1974.
- 62 — YAMADA, Yoshio. *Nihon Bunpôron*, "Teoria da Gramática Japonesa". Tóquio, Hôbunkan, 1970.
- 63 — YAMADA, Yoshio. *Nihon Bunpôgaku Gairon*, "Considerações Gerais sobre as Teorias da Gramática Japonesa". Tóquio Hôbunkan, 1936.
- 64 — YAMADA, Yoshio. *Nihon Kôgohô Kôgi*, "Explicações sobre a Gramática da Língua Japonesa Falada". Tóquio, Hôbunkan, 1970.
- 65 — YAMADA, Yoshio. *Nihon Bunpô Kôgi*. "Explicações sobre a Gramática Japonesa". Tóquio, Hôbunkan, 1971.

(Este trabalho constitui parte da Dissertação de Mestrado, apresentada junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em agosto de 1984).

KAWABATA: PEQUENAS TRADUÇÕES ⁽¹⁾

Madalena Natsuko Hashimoto

Yasunari Kawabata (1899-1972), escritor internacionalmente conhecido no Ocidente, após ter sido laureado pelo prêmio Nobel, em 1968, tem sido considerado por todos que o lêem como “o mais japonês dos escritores”. Mas isto é pouco: o Japão é vários mundos. seus romances mais difundidos (*Yuki Guni*, *Senbazuru*, *Yama no Oto*) encontram-se já traduzidos em várias línguas. Mas um pequeno livro que marcou a revelação de seu mundo poético através de uma forma que nada fica a dever aos romances de maior fôlego é ainda muito pouco difundido: *Tanagokoro no Shôsetsu*, literalmente “contos da palma-da-mão”. Trata-se de uma coleta de textos muito curtos e extremamente poéticos; são como que vinhetas, pequenos *flashes* de situações e/ou meditações. Analisemos a tradução de algumas destas estórias.

RECIPIENTES FRÁGEIS (*Yowaki Utsuwa*)

Num cruzamento da cidade, havia um antiquário. Entre a loja e a rua se postava a estátua de porcelana da deusa Kanzeon, protetora das mulheres. Tinha a estatua de uma menina de doze anos. Quando o trem passava, tremiam juntos, levemente, o trem, a porta de vidro da rua, a loja, a pele fria de Kanzeon. Toda vez que eu passava em frente, temia a possibilidade desta estátua cair na rua. Por causa disto, sonhei.

O corpo de Kanzeon veio tombando, virando-se diretamente para mim.

Estendendo repentinamente os braços brancos que caíam roliços e longos, agarrou firmemente o meu pescoço. Pulei para trás, estranhando o tato frio da porcelana e o fato do braço inanimado tomar vida.

Kanzeon, sem emitir som, despedaçou-se na rua.

E ela catava aqueles cacos.

Ela se agachou um pouco, catou, apressadamente, os cacos de porcelana.

Assustei-me com a sua súbita aparição e quando tentei esboçar algo com a intenção de me desculpar, acordei.

Tentei interpretar este sonho.

— Vocês também, tratem suas esposas como se fossem recipientes frágeis!

Estas palavras da Bíblia sempre vinham à minha mente nesta época. As palavras eram: recipientes frágeis. Associava-as sempre aos recipientes de porcelana de Seto. E, além disso, associava-as a ela.

As moças jovens são realmente fáceis de se quebrarem. De um certo ponto de vista, as mulheres jovens se quebram quando amam. Assim pensava eu.

— Então, agora, dentro do meu sonho, não estaria ela catando os seus próprios cacos?

O RELÓGIO (*Tokai*)

O pobre doutor em leis, quando trabalhava no escritório de advocacia na defesa de um incidente de corrupção envolvendo um vereador, ganhou inesperadamente uma certa quantia em dinheiro, juntamente com uma amiga bonita.

Ele a convidou para ir ao teatro.

Da porta do teatro, subiram num pequeno táxi. Era a primeira vez que andava de carro desde que nascera. Era uma pessoa que evitava até um ônibus: mesmo quando fôra a uma estância de águas meio ano antes, sacudira-se numa carruagem.

O ar se recortava dentro da caixa estreita e, enquanto sustinha os sentidos da jovem mulher, concentrando-os, seu coração se encolhia tão covardemente que acabou esquecendo seu próprio lugar dentro do carro que corria através da noite fria sem sons de vento. De repente, disse distraidamente:

— Só havia táxi de segunda classe naquele teatro. Mas andar até um ponto onde houvesse bons carros exigiria muita paciência, pois está frio.

— Sim, disse ela levemente, virando a face como se fosse perguntar algo. Mas ele acrescentou muito mais rapidamente:

— Mas, além de fazer barulho, a caixa é pequena e, ao contrário do que se esperava, continua frio.

E, como se fosse se certificar de algo, bateu no banco duro, desnudado de tapetes:

— Veja isto. É deprimente.

— É.

A mulher não conseguiu encontrar uma resposta adequada. Acabou se desapontando por sentir em si uma leve auto-aversão.

Ele estendeu a mão, subitamente, de modo brusco, como se fosse virar o braço dela que estava sobre o joelho, com a intenção de mudar o rumo da situação.

— Agora, que horas?

A moça respondeu agudamente, sem pensar:

— Ah, este relógio é uma droga!

Ele retirou a mão, surpreso. A mulher corou.

— Este relógio é realmente ruim. A forma não segue o fino desenho do braço, é japonês. *Made in Japan*, viu? Fora de moda. Quando você reparou que eu tenho um relógio? Já olhou até o fundo da manga?

Ele emudeceu e nem sequer esboçou um elogio.

— Mas é uma recordação de mamãe. Por isso ainda o tenho. Uso-o constantemente por ser lembrança de minha mãe; é um pouco velho, não?

— Então, ainda está ouvindo os sons de sua mãe?

— Os sons de minha mãe? É, é isto. *Made in Japan*, como mulher à moda japonesa. É um som turvo e fraco.

— Como?

Ele tomou a mão da moça um tanto despreocupadamente, pela primeira vez, e a levou ao seu ouvido.

— É, está ouvindo? Mamãe está dizendo: “Não vá sair com rapazes!”

Ela sorriu. O tremor da face que tocava seu braço se transmitiu a seu corpo.

Não se podia, irrefletidamente, desdenhar a vaidade de ambos. A consequência casual da vaidade frente às mulheres do mundo proporcionou a ele, que sentia medo, um pouco de força em relação ao amor.

Deste fato se conclui que, resumindo-se, o amor talvez seja uma coisa sem sentido que se realiza utilizando-se de qualquer coisa.

Mas este incidente, além disso, indicou uma mudança em sua vida, talvez mesmo um avanço no sentimento da vida. Só pelo motivo dele ter apenas tocado levemente sua pele, ele poderia até pensar desta forma:

— Pegando este relógio-de-pulso dourado e indo a uma casa de penhores, vou transformar esta formosa mulher e fazê-la embalar a criança por ela gerada.

PÔR-DO-SOL (*Rakujitsu*)

A mulher míope, afobada e apressada, no jardim do correio de segunda categoria, escrevia um cartão postal vedado.

— A janela do trem — A janela do trem — A janela do trem — Escrevia três vezes e três vezes apagava. — Os dias de hoje — Os dias de hoje — Os dias de hoje.

O funcionário encarregado da entrega expressa coçava a cabeça com o lápis.

Na cozinha de um grande restaurante, o chefe de cozinha dava o laço no avental novo da garçonete.

— Amarrar atrás? Atrás não é o passado? Deixe prender o seio pela frente.

— O quê?

Até o poeta compra açúcar. O garoto da loja de açúcar trespas-sava a colher na montanha de açúcar.

— É. Pelo contrário, desistamos de assar o *mochi*. Se colo-cássemos o açúcar num bolso e andássemos pela cidade, talvez sur-gisse uma branca visão.

Então, o poeta murmura para a multidão dos que iam em sentido contrário:

— Quantas pessoas que caminham em direção ao passado! Eu estou caminhando para o futuro. E então, as pessoas que vão na mesma direção que eu? ... Também para o futuro? É absurdo!

A bicicleta do jovem do correio rodeou a mulher míope.

— Sim! Sim!

— Ei, eu sou míope. Nem sequer vejo o branquíssimo açúcar do vendedor. Pensei que ele estivesse na janela do trem com ela! Aquela pessoa ainda hoje me ...! — Ei, carteiro!

A garçonete estava sorrindo no restaurante, junto com o poeta.

— É um avental novo, não é? Mostre-me atrás. Bem no meio das costas, há uma borboleta branca recém-pousada.

— Não, não veja o meu passado.

— Tudo bem. Andei em direção ao futuro e nós nos encontra-mos.

Nesta hora, o sol, cuja trajetória vinha do leste e terminava a oeste e que até agora se enganchava no telhado do depósito da loja de penhores, se pôs abruptamente sem emitir som algum.

— Oh! — As pessoas que andavam por esta estrada, todas, neste instante, emitiram um pequeno suspiro, titubearam apenas três passos. Mas, não se conscientizaram disto.

As crianças que estavam brincando no fim do leste da estrada viraram a oeste, encolheram os pés todos juntos e, posicionando-se, pularam. Tentavam capturar com os olhos o sol, que se tinha posto.

— Posso ver!

— Posso ver!

— Posso ver!

Diziam apenas mentiras. Pois se não podiam ver nada...!

TROVÃO DE OUTONO (*Akino Kaminari*)

Era começo de outono, as moças que voltavam da praia percorriam a cidade como excelentes cavalos baios; numa sala do hotel, ouvia-se a flauta antiga, enquanto nossas núpcias... o relâmpago agitou bruscamente a janela de vidro: foi um reverberar de trovão que parecia atingir e destruir este casamento. A noiva de dezessete anos empalideceu, fechou as pálpebras e, qual bandeira molhada, caiu desmaiada.

— A janela! Fechem a janela!

Depois, terminada a cerimônia, o pai da noiva:

— O pavor de minha filha ao trovão talvez seja maldição de alguém — narrou a biografia do devotado filho de Tamba.

— No país de Tamba, na comarca de Amada da vila Haji, Shichizaemon Ashida era um filho tão devotado que foi honrado pelo senhor feudal, que aboliu a taxa por suas terras; mas sua mãe odiava o trovão a ponto de perder a consciência quando ouvia até mesmo o som de um tambor, de maneira que quando o trovão ameaçava soar, mesmo que estivesse em qualquer lugar, Shichizaemon voltava voando para casa. No verão, nem sequer ia à vila vizinha. E isto não é tudo. Mesmo depois da morte da mãe, quando ouvia o trovão, corria ao cemitério e protegia a lápide da mãe abraçando-a.

Então, numa certa noite de tempestade, Shichizaemon, compadecido, cobrindo a lápide da mãe, foi atingido pelo trovão e acabou morrendo. A manhã seguinte clareou bonita e quando os habitantes da vila tentaram soltar o braço de Shichizaemon, que estava preso à tumba, este se soltou. O cadáver carbonizado era um homem de cinzas que se desmanchava em pedaços a um simples toque. Enten-

deram que seria um erro tentar separar o devotado filho da tumba da mãe. Uma velha catou um dedo que estava caído por ali e venerava-o, enquanto o guardava na manga do quimono.

— Vou fazer meu filho desobediente beber um chá deste dedo.

Cada um dos habitantes da vila catou pedaços do cadáver.

— Essas cinzas foram transmitidas de geração para geração de antepassados como se fossem um tesouro; também em minha casa, quando pequeno, minha mãe me fez tomar. Será que é por isso que também eu e minha filha não gostamos de trovão?

— Você fez sua filha também... — disse eu, imitando o pai da noiva.

— Você fez sua filha também tomar estas cinzas?

— Não, na verdade esqueci-me totalmente... Mas, se o sogro quiser que a faça beber, vou buscar logo o pequeno pacote.

A casa nova do subúrbio — quando chegamos à casa nova, subitamente vieram pulando, daqui e dali, quatro grilos, de trás da capa que cobria o gaveteiro da noiva. Mas a noiva, claridade de início de verão, qual ramalhete de flores lilases — e sons enfurecidos de trovão, como se fossem de novo fazer o verão se suicidar — eu abracei a assustada noiva infantil, mas a primeira coisa que senti de sua pele foi a mãe que há dentro da mulher. Então, se abraçar esta lápide macia e quente, será que não me transformarei num cadáver carbonizado?

O relâmpago se agitou, o trovão estava sobre o telhado como se fosse transformar esta cama de recém-casados em cama mortuária.

— A cortina! Fechem a cortina!

CANÁRIOS (*Kanariya*)

Senhora,

Fui obrigado a lhe enviar esta carta, quebrando ainda uma vez nosso acordo.

Os canários que me deu no outro ano não poderão ser mais tratados por mim. Minha esposa é quem cuidava deles. Meu papel era apenas contemplá-los. Contemplando-os, lembrava-me da senhora...

Devo dizer que era uma boa lembrança... “Você tem uma esposa, eu tenho um marido, vamos nos separar. Ao menos se você não tivesse uma esposa... Ofereço estes canários para você se lembrar de mim. Por favor. Estes canários formam um casal. Mas os canários, um macho e uma fêmea, foram juntados pelo acaso. Talvez seja esquisito dar coisas vivas como lembrança. Mas nossas recor-

dações também são vivas. Se chegar um tempo em que as recordações de nossa reciprocidade devam morrer, deixemo-las morrer.”

Estes canários estão prestes a morrer. Já não há quem cuide deles. Não consigo alimentar os frágeis pássaros pois sou pintor pobre e negligente. Vou ser claro. Minha esposa, que cuidava dos passarinhos, morreu. Morrendo, também os canários devem morrer... Pois então, senhora! Será que era minha esposa quem fazia com que eu mantivesse vivas suas recordações?

Pensei em soltá-los no céu. Mas desde que minha esposa morreu, parece que as asas enfraqueceram de repente. Além do mais, eles não conhecem o céu. Este casal não tem nenhum pássaro amigo entre a multidão, nem na floresta vizinha, nem nesta grande cidade. Se os dois se separassem e continuassem voando, teriam mortes solitárias. A senhora dizia que algum avicultor juntara, ao acaso, um macho e uma fêmea numa gaiola?

É um desgosto vendê-los ao avicultor. Porque é um presente da senhora. Também é um desgosto devolvê-los. Porque eram pássaros dos quais minha esposa cuidava. Além do mais, talvez a senhora tenha se esquecido deles.

Repetindo. Porque minha esposa existia, os canários estavam vivos até hoje. Como lembranças da senhora... Por causa disso, quero fazê-los morrer junto com minha esposa. Não são apenas recordações. Por que será que eu consegui amar alguém como a senhora? Não será porque minha esposa existia? Ela me fazia esquecer completamente os sofrimentos da vida material. Ela me fazia não perceber esta metade da vida. Se não fosse assim, frente a uma mulher como a senhora, não baixaria eu os olhos ou os afastaria firmemente?

Senhora. Seria melhor matar estes canários e enterrá-los no túmulo de minha esposa. Não concorda?

INTERMEDIÇÃO DO PARDAL (*Suzumeno Baishaku*)

Habitado a morar numa solidão egoísta, ele tornou-se, afinal, admirador da beleza do ato de presentear seu próprio corpo a um estranho. Compreendeu o valor do sacrifício. Era uma semente de um grão com a finalidade de transmitir a chamada raça humana do passado para o futuro, e se satisfez com o fato de se sentir minúsculo. A dita raça humana se formou junto a vários tipos de minerais e vegetais e concordou com o pensamento de que não se trata de uma existência particularmente mais valiosa do que a de outros animais e vegetais, pois não passa de uma pequena coluna que sustenta uma vida imensa que flutua neste universo.

— Está bom?

A prima mais velha rolou uma moeda sobre a penteadeira. Enquanto a pressionava fortemente na palma-da-mão, olhou-o com o semblante grave. Ele colocou seu coração melancólico nesta mão branca.

— É coroa.

— Coroa? Antes terá que decidir. Se sair coroa, você vai se casar com ela? Ou não?

— Casarei.

— Ei! Deu cara!

— Ah, é?

— Hum, mas que resposta mais insípida!

A prima riu alto. Levantou-se, jogando a fotografia da moça. Ela era uma moça que ria muito. Esta risada ressoa alegremente por longo tempo. E faz todos os homens que se encontram na casa sentirem, pela audição, estranhos ciúmes.

Apanhou a foto e olhou para a moça. Até que seria bom se se casasse com ela, pensou. Pensou que ainda devia existir, no Japão, muitas mulheres que se casavam, entregando seu próprio destino nas mãos de pais e irmãos, pois eram gentis a este ponto para com o próximo. Achou bonito este costume. Achou feio seu ser que hesitava, mesmo consciente de seu egoísmo estúpido.

— Pensando bem, escolher o cônjuge é algo que se julga no cara-ou-coroa, como se se tirasse a sorte. — Quando a prima disse isto, também ele sentiu uma grande alegria no fato de depositar completamente seu próprio destino na moeda sob sua palma branca. Mas, compreendendo que não passava de uma gozação por parte dela, seu olhar acabou por pousar, tristemente, na fonte defronte à varanda.

Se houvesse outra mulher além desta que pudesse ser sua esposa, pediu à fonte que refletisse na água o seu rosto. Acreditava que o homem podia ver através, tanto do tempo, quanto do espaço. Era solitário a este ponto.

Uma pedra pontiaguda de Deus afundou obscuramente em direção ao campo de visão dele, que contemplava a superfície da água, com toda a alma. Dois pardais caíram do telhado quando copulavam. Os pardais, em vôo rasante sobre a superfície da água, separaram-se e alçaram vôo em direções diversas. Ele compreendeu esta iluminação divina.

— Então, é isso? — murmurou.

As pequenas ondas da superfície da água se desmancharam silenciosamente. Seu coração se tornou um espelho tal qual a superfície da água. A imagem de um pardal se refletia claramente. Este pardal cantou. Foi este o significado de seu canto:

— Você que está hesitante, não vai acreditar se eu lhe mostrar a imagem da mulher que se tornará sua esposa nesta encarnação. Então, vou lhe mostrar a imagem da esposa em sua próxima encarnação.

Ele disse ao pardal:

— Pardal, eu lhe agradeço. Se eu nascer pardal na próxima encarnação, e a tiver por esposa, vou decidir desposar esta moça: Quem vê o destino da próxima encarnação, não hesita nesta. A esposa valiosa e bela da próxima encarnação intermedia o casamento desta encarnação.

Então, fazendo uma singela saudação à moça da foto, sentiu crescer a presença de Deus.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A trajetória de Kawabata segue, depois destes escritos, o caminho que o levaria ao Neo-sensacionalismo: exploração dos elementos sensoriais como motor próprio da narrativa, desvirtuando portanto a seqüência cronológica em todos os seus níveis, extremo cromatismo na descrição, recursos surrealistas, montagem, colagem de elementos dispares, diacronia tempo-espaco, entre outros, provenientes de nítida inspiração ocidental das vanguardas do início do século. Mas é curioso notar que, nestes pequenos textos, já encontramos muitas destas características: em *Recipientes Frágeis*, um certo clima surreal comenta e renova um dito bíblico através da analogia onírica: em *Pôr-do-sol*, uma composição em colagem fragmenta a percepção do tempo através de vários personagens; em *Trovão de Outono* a mística macabra de antigas estórias ganha novas proporções na interpenetração com os tempos modernos e o amor filial e marital. Mesmo num texto tão singelo como *Canários*, encontramos, através da reiteração, um clima um tanto quanto hipnótico.

Mas ao mesmo tempo, o mundo de Kawabata é um mundo onde personagens e situações são de uma sutileza tão requintada quanto cotidiana: pequenos incidentes diários são transmutados em profundas reflexões sobre a essência dos sentimentos que provocam e permeiam todas as ações. O escritor explora e aprofunda a psicologia do ser humano, desnuda-o, mas não ao modo cientificista: seus personagens apenas deixam entrever, qual ponta de *iceberg*, toda a imensa profundidade de suas emoções, que permanecem no reino do não-dito.

Uma característica fundamental, que ao Ocidente parece ser tradicionalmente japonesa, é a da concisão, tanto do ponto de vista plástico (lembremo-nos da economia da linha nos desenhos), quanto do literário (a tradição do *haiku* nos mostra bem como dizer muito com muito pouco). Outra característica fundamental, esta lingüística, é a de que no japonês os liames sintáticos são mais tênues, menos dependentes e menos fechados do que nas línguas ocidentais: pode-

mos construir um período imenso sem necessidade de pontuação. Ora, podemos, pois, relacionar todos estes contos como se fossem *renga* (poesia derivada do *haiku* mas que não tem fim, podendo sempre serem acrescentados mais versos), onde o nexos entre eles cria sempre uma nova face da mesma matéria: a vida e os sentimentos entre os personagens, suas hesitações, seus valores, suas fraquezas e virtudes.

O mundo de Kawabata é o mundo do subjetivo.

(1) Os textos traduzidos por Madalena Natsuko Hashimoto, sob a orientação de Geny Wakisaka, foram obras estudadas no Curso de Literatura Japonesa II, da F.F.L.C.H. da USP, no ano de 1985.

AS EXPRESSÕES DE TRATAMENTO DA LÍNGUA JAPONESA NO BRASIL: USO E PROCESSO DE ACULTURAÇÃO

Tae Suzuki

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A língua ocupa, sem dúvida, um lugar de destaque dentro do processo de comunicação humana. Concebida como um sistema de significação, é por meio dela que o homem transmite informações, se comunica com as pessoas e com o mundo em que se insere, num intercâmbio constante de experiências. Ela é, entretanto, também um instrumento para interpretar o mundo, para formular a visão do mundo, num processo dinâmico de semiose que, em constante tensão dialética conservação/mudança, ligada à tensão dialética do discurso que redundando no sistema/discurso, cria novos significados que traduzem a visão de mundo da comunicação sócio-cultural de seus usuários (Cf. Pais, 1984, pp. 11-19).

A dependência significante/significado se instaura num processo dinâmico de semiose numa oposição signo/signo no discurso, pelo qual elaboramos o mundo, produzindo a significação. Parte desta significação é recuperada pelo sistema e parte é remetida a novos discursos, retomando o processo de produção semiótica numa cadeia constante de produção e reelaboração de significações. A língua não é um fenômeno isolado, mas um complexo de dimensões sócio-culturais que, em permanente interação com o meio, é o instrumento de construção e de veículo da visão de mundo de seus usuários, à medida que constrói sua cultura, sua ideologia, seu *modus pensandi*, seu *modus vivendi* (Pais, 1984, pp. 83-102).

Nessa perspectiva, o presente trabalho propõe um estudo das relações língua/meio, meio/indivíduo, indivíduo/língua, através de uma reflexão sobre o uso das expressões de tratamento da língua japonesa por descendentes japoneses nascidos no Brasil, em contraste com seu uso no país de origem.

Definindo, preliminarmente, o tratamento como a forma pela qual seu usuário estabelece o distanciamento social ou psicológico que o separa das pessoas num ato de comunicação, constituem linguagem de tratamento *lato sensu* atos como um aperto de mão, um tapinha nas costas, uma mesura, gestos de aquiescência ou de contrariedades. Quando o distanciamento sócio-psicológico inter-individual é marcado lingüisticamente, temos as expressões de tratamento que, em maior

ou menor grau, existem na maioria das línguas: são as diferentes formas de emprego pronominal (como *tu* e *vous* do francês, *Die* e *Sie* do alemão, *você, sr., sra., V.Sa.* do português etc.), algumas construções perifrásticas (*queira nos comunicar* em lugar de *comunique*), determinadas formas verbais (o futuro do pretérito do português).

A relação que as expressões de tratamento contraem com seu usuário remete à noção da dimensão pragmática de semiose levantada por Ch. Morris. O signo pode estabelecer relações com o objeto referido, com outros signos e com o usuário, que Morris denomina, respectivamente, dimensão semântica, dimensão sintática e dimensão pragmática de semiose. O signo lingüístico se define pela relação signo-referente ou signo-objeto denotado, bem como pela relação com outros signos na mensagem, ou seja, pela relação signo-contexto, e, pela relação com a situação de uso que implica aquele que produz a mensagem (emissor), aquele que a recebe e decodifica (receptor) e as condições espaço-temporais do ato de comunicação (Morris, 1976, pp. 17-26).

Na mesma perspectiva, K. Bühler distingue ação verbal e ato verbal (plano subjetivo ou individual da língua) em oposição à fala e produto lingüístico (plano inter-subjetivo ou inter-individual da língua). Ação verbal é, no plano subjetivo, a própria ação de falar considerada no seu momento de produção, uma *praxis* dirigida a um fim que estabelece a relação do signo com a situação de uso ou, como quer Morris, a dimensão pragmática de semiose. Ato verbal é a atribuição de significação a um meio lingüístico, a relação que se estabelece entre signo-universo de experiências, entre signo-referente ou, ainda com Morris, dimensões semântica e sintática de semiose (Bühler, 1979, pp. 68-88).

A relação que o signo contrai com o objeto denotado ocupou, por muito tempo, lugar de destaque nas considerações de filósofos e lingüistas, mas, embora essencial, pois sem um nexos com o referente não há significação, outras relações surgem no processo comunicativo. A língua não é apenas um instrumento, ela própria é uma atividade, uma ação inerente ao ato lingüístico.

J. L. Austin apontou com muita precisão esse aspecto ao classificar os atos de fala em locutórios, ilocutórios e perlocutórios. Todo enunciado é uma locução, pois sempre se diz algo, articulando sons conforme regras fonológicas (aspecto fonético) que formam vocábulos ou termos obedecendo a uma sintaxe (aspecto fático), para expressar uma significação (aspecto rético). Ilocutório é o enunciado (portanto, ato locutório) que implica realizar uma ação ao dizer alguma coisa; a enunciação, ela própria, traduz uma ação do locutor, como quando se diz "eu aconselho a" e se está, efetivamente, dando um conselho. O mesmo "eu aconselho a" pode ser um enunciado perlocutório, isto é, um ato de fala que produz um efeito no interlocutor *pelo* fato de dizê-lo, como quando, com tais palavras, se des-

perta naquele que ouve um receio ou medo porque implicam, por exemplo, “ir falar com o pai que está aborrecido com ele”. Os enunciados ilocutórios e perlocutórios constituem aquilo que Austin denominou “performativos”, ou seja, enunciados que *realizam* uma ação do seu locutor, em oposição aos constativos — enunciados que simplesmente descrevem, constataam ou se referem a alguma coisa, sem nada *fazer* (Austin, 1970, pp. 36-45, 107-118).

J. Searle se coloca na mesma perspectiva que Austin quanto à existência de uma força performativa nos enunciados, que denomina “atos de linguagem”. Mas nega a existência de atos locutórios como os concebe Austin, pois estes não passam de uma abstração, uma vez que todo enunciado só o é num ato de discurso. A atribuição de uma significação (ato rético) só é possível num contexto de enunciação, onde implica a intencionalidade do locutor, expressa ou velada. Para Searle, “*toute communication de nature linguistique implique des actes de nature linguistique. L’unité de communication linguistique est (...) la production ou l’émission du symbole, du mot, ou de la phrase au moment ou se réalise l’acte de langage*” (Searle, 1972, p. 52).

A língua é, para o autor, forma de comportamento, é um ato que serve de instrumento para a comunicação. O homem comunica enunciando palavras (ato de enunciação) pelas quais se refere a algo e predica (ato proposicional), praticando um ato lingüístico como afirmar, negar, perguntar, ordenar, prometer etc. (ato ilocutório). Ato ilocutório é, portanto, um ato primário e precípua do ato lingüístico, unidade mínima da comunicação lingüística (*Ib.*, pp. 47-63).

O aspecto pragmático da língua é também levantado por Émile Benveniste (1974, pp. 216-229), que distingue dois domínios de significância na língua: o semiótico e o semântico. O primeiro está ligado à estrutura do signo lingüístico e resulta da rede de relações e de oposições que o signo contrai com certos signos no interior da língua. O significado semiótico é identificado no seio e no uso da própria língua, independe do referente objetivo, é pura forma. Se temos na semiótica a língua enquanto estrutura, na semântica, temos a língua como função mediadora entre os homens, entre o homem e o mundo. O significado semântico se define no mundo da enunciação e, com ele, passa-se do relativamente estático ao essencialmente dinâmico, ao uso que o homem faz da língua numa situação de discurso. “*Le sémiotique se caractérise comme une propriété de la langue, le sémantique résulte d’une activité du locuteur qui met en action la langue*” (*Ib.*, p. 225). Busca-se, não mais o signo como unidade de sentido, mas a frase como totalidade de sentido, inserida numa situação de discurso onde implicam atitudes do locutor.

Consideradas dentro da visão pragmática do signo, as expressões de tratamento constituem, assim, um ato de fala pelo qual o locutor expressa uma consideração qualquer pelas pessoas inseridas no dis-

curso, na e pela situação de discurso. Nesse sentido, o tratamento é um ato preeminentemente ilocutório que concretiza na língua, a distância ou a proximidade entre as pessoas do discurso, embora não se possa ignorar sua força perlocutória, na medida em que seu uso se presta a produzir efeitos no interlocutor em determinadas circunstâncias e sob determinadas condições.

No entanto, as expressões de tratamento contraem, ainda, um forte vínculo com o meio de sua produção, carregando no seu bojo valores sócio-culturais próprios, resultando num complexo de relações entre indivíduo e meio, entre meio e visão de mundo, entre indivíduo e recorte da realidade. Fatores vários, de ordem social e/ou psicológica, concorrem para o uso do tratamento. Nós nos relacionamos diferentemente com pessoas a quem amamos ou odiamos, com alguém a quem devemos ou prestamos favores, a quem tememos ou protegemos; difere também o tipo de relacionamento se se trata de uma criança ou de um adulto, de um subalterno ou de um superior, de velhos amigos ou de simples conhecidos, apenas para citar alguns exemplos.

O tratamento implica uma série de fatores ditados, uns, por circunstâncias momentâneas inerentes a cada situação, outros, por regras ou convenções mais ou menos definidas pela *praxis* social. O fator contextual é essencial no tratamento, não se pode concebê-lo fora do meio de sua realização. A íntima relação entre tratamento e o meio de sua produção faz com que as expressões de tratamento saltem do campo puramente lingüístico para o sociolingüístico. Elas implicam quem fala, a quem e sob que condições se fala, remetendo às três dimensões fundamentais da Sociolingüística levantadas por Bright: a identidade social do emissor, a do receptor e o contexto de situação (Bright, pp. 18-19).

Dentro dessa perspectiva, propusemo-nos a realizar um estudo das expressões de tratamento da língua japonesa que nos permitisse inferir alguns dados sobre a inter-relação entre língua e seu meio de produção. Com o propósito de refletir sobre as correlações do comportamento do tratamento japonês com as variáveis contextuais e as condições de seu uso, tomamos como base os dados levantados junto a descendentes bilingües de imigrantes japoneses da Grande São Paulo, dados esses que foram analisados em contraste com os resultados obtidos por um levantamento similar realizado no Japão. Sob a premissa de que os descendentes no Brasil, tendo herdado valores de uma cultura, vivenciam valores e visões de mundo de uma outra cultura, pretendemos analisar em que medida as variáveis sócio-culturais que implicam o uso do tratamento entre os japoneses diferem entre seus descendentes em meio diferente, levando-se em conta alguns fenômenos gerados pelo bilingüismo, como interferências lingüísticas e culturais, o processo de aculturação.

Para a análise do tratamento japonês utilizado pelos descendentes do Brasil, colhemos os dados junto a 266 funcionários de uma em-

presa ligada à colônia japonesa e sediada em São Paulo. A opção pelos descendentes, e não pelos próprios imigrantes japoneses, se deve ao fato daqueles configurarem uma população com maior experiência de culturas em contato, pois, em princípio, estão mais afeitos à aquisição e à assimilação dos valores passados pelos pais na infância, para se sujeitarem com maior intensidade a influências do meio brasileiro, à medida que crescem e passam a dele participar.

Cientes da possibilidade de alguns vícios que poderia apresentar uma amostra obtida com funcionários de uma empresa, optamos, entretanto, por tal alternativa em razão das dificuldades, ou até da impossibilidade de se obter uma amostra aleatória de toda a população de descendentes no Brasil, uma vez que nenhum órgão de administração pública mantém um cadastro desses habitantes que nos permitisse chegar à amostra pretendida. O limite de recursos não nos possibilitou levantar toda a população japonesa do Brasil, de forma que, a fim de minimizar as falhas possíveis, optamos por uma empresa que, por um lado, nos oferecesse uma gama diversificada de informantes em termos de variáveis sócio-culturais e, por outro, que não fosse uma empresa multi-nacional de capital japonês, com padrões de conduta ou de hierarquia interna (que se relacionam com o tratamento) japoneses.

Considerando-se que a história da imigração japonesa ao Brasil começou com o trabalho rural, a escolha recaiu sobre a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) por ser uma empresa criada pelos imigrantes japoneses para atender, inicialmente, às necessidades da colônia (eminentemente agrícola à época), com modelo administrativo próprio e atividades diretamente ligadas à agricultura, com um quadro elevado de funcionários de ascendência japonesa que vão desde técnicos especializados até agricultores.

O perfil sócio-cultural dos informantes foi traçado a partir de dados coletados por questionários previamente distribuídos entre os prováveis informantes cadastrados pela CAC como falantes da língua japonesa. Recolhidos e conferidos os questionários, os dados foram complementados ou corrigidos, quando necessários, por ocasião da entrevista individual pela qual colhemos o material lingüístico de nossos estudos. Esse material, gravado em fitas magnéticas e posteriormente transcrito em fichas, consistia de 9 situações de discurso em que foram previstas as variáveis relevantes do tratamento como sexo, idade, nível sócio-econômico-cultural, grau de escolaridade, intimidade, com quem e de quem se fala.

Tabulados e analisados os dados, qualitativa e quantitativamente, traçamos o perfil sócio-cultural e o lingüístico dos informantes para, a partir de uma correlação entre eles, tentar atingir os objetivos propostos por esta pesquisa, ou seja, verificar se há um processo de aculturação lingüística dos descendentes bilingües com ou sem diglossia e, se houver, como se operam as interferências lingüísticas e culturais que podem levar a reformulações da visão de mundo.

O presente artigo tratará apenas desta parte da pesquisa que, juntamente com uma análise do microssistema do tratamento da língua japonesa (seu mecanismo de uso, suas variáveis lingüísticas e extra-lingüísticas, sua evolução histórica), bem como uma revisão dos principais teóricos que trataram do assunto, fez parte da tese de doutorado apresentada em 1985, junto à área de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

2. ELABORAÇÃO DO CORPUS

Após algumas tentativas frustradas em razão da divergência da política migratória adotada pelo Brasil e pelo Japão, um tratado de comércio e navegação é firmado entre os dois países nos fins do século passado, abrindo perspectivas para o início da imigração japonesa ao Brasil. Mas a crise cafeeira superveniente impede sua realização, adiando-a para 1908, quando aporta em Santos a primeira leva de imigrantes japoneses que se distribuíram pelas fazendas de café do interior paulista (Cf. Suzuki, 1969, p. 16; Nogueira, 1984, pp. 79-94).

Imbuídos do sonho dourado de fazer fortuna em pouco tempo para voltar à "terrinha", e, apesar da freqüente mobilidade geográfica em busca de novas oportunidades, os imigrantes viram uma realidade bastante diversa daquele que havia sido dada pela propaganda imigratória. Aqui foram se estabelecendo na zona rural, a princípio, espalhando-se pelas zonas urbanas à medida que aumentava o raio de sua mobilidade ocupacional, em busca de melhores oportunidades de trabalho e de condições de vida.

Frente à possibilidade de retorno ao país de origem, os imigrantes não sentiram, no início, necessidade de aprender a língua portuguesa, tão diversa da língua pátria. Mesmo depois que essa possibilidade se tornara mais remota e se viram obrigados a permanecerem no Brasil, a dificuldade em dominar a língua portuguesa levou os imigrantes a continuarem a utilizar o japonês, principalmente no núcleo familiar e entre si, dentro de suas comunidades. O português foi adquirido à medida que atendiam a suas necessidades de contato com o meio, de forma lenta e gradual, mesmo porque no início, os primeiros imigrantes contavam com intérpretes contratados pelas companhias de imigração e pelas fazendas de café para onde foram encaminhados em sua quase totalidade. O português passou a ter uma penetração maior na vida dos imigrantes à medida que aumentava o êxodo rural e à medida que as crianças trazidas do Japão atingiam a idade escolar ou aumentava o número de filhos nascidos no Brasil. No lar ou entre si, predominava o uso da língua japonesa que, com o passar do tempo, passou a sofrer interferências do meio e da língua deste meio, provocando inclusive o surgimento de uma *língua geral* em consequência da convivência de vários dialetos dentro da colônia (Cf. Suzuki, 1969, pp. 131-136; Handa, 1973, pp. 487-509).

Propomo-nos a verificar um dos aspectos dessa nova "língua japonesa" surgida no seio da colônia japonesa no Brasil, qual seja,

a linguagem de tratamento, com vistas a diferenças com a do seu país de origem, se é que o há, numa tentativa de buscar as interferências sociais do tratamento. Julgamos que as influências do meio são maiores sobre os descendentes do que sobre o imigrante, razão pela qual realizamos uma pesquisa de campo junto a descendentes japoneses do Brasil falantes da língua japonesa, cujos dados serão analisados em contraste com os resultados obtidos por outras realizadas no Japão que buscavam analisar, entre outros pontos, as relações entre língua e meio, através do uso do tratamento.

2.1. PESQUISAS REALIZADAS NO JAPÃO

O Instituto Nacional de Pesquisas Lingüísticas (*Kokuritsu Kokugo Kenkyūjo*, doravante citado como K.K.K.) realizou uma série de cinco pesquisas sobre o tratamento japonês (1952, 1953 e 1972) que, no seu conjunto, apresentam a metodologia e os resultados que melhor se ajustam aos nossos objetivos. São elas:

1. Pesquisa I — primeira pesquisa específica do tratamento, realizada em Ueno (Província de Mie) em 1952, compõe-se das seguintes partes:
 - a) levantamento do perfil social dos informantes por meio de questionários contendo dados sobre idade, sexo, escolaridade, ocupação, locais de residência, contato com as comunicações de massa etc., distribuídos a uma amostra aleatória de 1.000 pessoas da população local, dos quais 897 foram preenchidos e recolhidos;
 - b) levantamento do desempenho lingüístico por entrevistas individuais a uma amostra aleatória de 250 pessoas (dentre as 897 acima citadas), realizadas por cinco pesquisadores seguindo um modelo único de situações de fala, previamente elaborado. Seu objetivo principal era verificar o desempenho real do tratamento.
 - c) pesquisa sobre a concepção do tratamento — se o levantamento b tinha como objetivo verificar a concepção do tratamento pelo usuário enquanto locutor, esta ocupou-se em analisar a concepção do tratamento pelo receptor do discurso. Uma amostra de 150 pessoas foi constituída de 100 pessoas escolhidas numa proporção igual de sexo e idade, dentre as 250 que concederam entrevistas (levantamento b), mais 50 escolhidas dentre as 647 pessoas que só responderam ao questionário (levantamento a). Desse total, apenas 80 pessoas (54,1%) puderam ser reunidas num único local para classificar as falas gravadas de acordo com uma série de situações apresentadas em *slides*, segundo: 1. a conveniência da forma lingüística à situação; 2. qual a forma que gostaria que lhe fosse dirigida e 3. qual a forma que julgaria mais correta ou mais polida.

- d) pesquisa sobre as variáveis contextuais do tratamento — na medida em que a artificialidade das situações apresentadas no levantamento **b** peca por não permitir uma real avaliação das variáveis contextuais, atribuiu-se um tema que comportava as variáveis *idade*, *hierarquia social* e *intimidade* a 11 grupos de duas pessoas cada, permitindo-lhes diálogos livres que foram gravados para uma posterior análise.
 - e) gravação de situações reais do meio — a fim de diminuir cada vez mais a “artificialidade” das situações, foram instalados gravadores em pontos variados da cidade (correio, loja de modas, fábricas, Câmara Municipal etc.) para coletar o tratamento nas situações aproximadas daquelas que foram apresentadas na entrevista individual. Com a mesma finalidade, foram também gravados todos os desempenhos lingüísticos de um dia de vida de um habitante local nos seus contatos com familiares, vizinhos, vendedores etc.
 - f) avaliação do grau de tratamento das formas lingüísticas — 37 voluntários recrutados *in loco* avaliaram uma série de formas lingüísticas de tratamento previamente elaboradas, estabelecendo uma gradação do tratamento segundo sua concepção pessoal, cujos resultados serviram de subsídio aos lingüistas-pesquisadores para atingir com maior objetividade os propósitos da pesquisa no seu todo, quantificando o grau de tratamento.
2. Pesquisa II — pesquisa complementar à anterior, realizada em Okazaki (Província de Aichi) em 1953, segue o mesmo processo, diferindo nos seguintes pontos:
- a) o perfil social dos informantes foi traçado por uma amostra de 800 pessoas;
 - b) o desempenho lingüístico foi levantado entre 450 pessoas, por um grupo formado por 6 especialistas e outro de 9 estudantes da Universidade Gakugei de Aichi, pesquisando, respectivamente, 250 e 200 pessoas, com o propósito de verificar se há diferenças nos resultados em análises feitas por pessoas treinadas ou não.
 - c) aplicada às 450 pessoas, a pesquisa sobre a concepção do tratamento pelo receptor do discurso orientou-se pela avaliação das formas de tratamento consideradas incorretas ou inapropriadas, ao contrário da anterior, que se guiou pela indicação das formas consideradas corretas.
 - d) além dos fatores levantados em Ueno, acrescentou-se o fator *sexo* às variáveis contextuais que foram analisadas nos diálogos trocados por 20 grupos de 2 pessoas cada.
 - e) além da gravação *in loco* em vários pontos da cidade, numa tentativa de se conseguir um contexto de situação

idêntico, ou ao menos similar, daquele apresentado no levantamento **b** (por exemplo, pedir formulário para telegramas no correio), um pesquisador se postou em lugares apropriados para colher dados mais espontâneos, atentando a algumas variáveis como sexo e faixa etária. Mas a exigüidade dos resultados obtidos levou-os a selecionar 12 pessoas de acordo com diferentes variáveis sociais, solicitando-lhes uma encenação das situações nos respectivos locais.

- f) a avaliação dos graus de tratamento foi feita por especialistas, a partir das formas surgidas nas falas do levantamento **b**.
3. Pesquisas III e IV — pesquisadores regionais, em geral professores universitários ligados a K.K.K., realizaram duas pesquisas por todo o território japonês, focalizando essencialmente as diferenças regionais do tratamento. A primeira, realizada em 1952 (Pesquisa III), abrangeu 329 cidades, totalizando 685 informantes, atentando para as formas de tratamento da 1ª e 2ª pessoas, dos termos de parentesco, das formas de cumprimento em discursos a interlocutores que variavam conforme diferentes graus de intimidade, hierarquia social, idade. A segunda foi realizada em 1953 (Pesquisa IV), em 47 cidades, com 940 jovens de 20 a 29 anos de idade, seguindo o modelo das pesquisas de Ueno (Pesq. I) e de Okazaki (Pesq. II).
 4. Pesquisa V — realizada na mesma cidade de Okazaki (Pesquisa II) em 1972, essa pesquisa teve como objetivo verificar as mudanças ocorridas no uso e na concepção do tratamento por parte dos usuários no decurso de 20 anos, comparando seus dados com os obtidos em 1952. Obedecendo aos mesmos parâmetros, realizaram-se dois tipos de enfoque: um estudo diacrônico do tratamento em geral por uma amostra aleatória de 400 pessoas e outro, também diacrônico, porém individual, com 185 pessoas que, tendo servido de informantes em 1952, puderam ser encontradas e entrevistadas.

São cinco pesquisas que, tendo focado o tratamento sob vários aspectos, formam um todo que analisa, na essência, o uso do tratamento japonês moderno e a forma como os usuários o concebem. Cientes da necessidade de um enfoque multi-facetado do tratamento, ater-nos-emos, porém, neste trabalho, a apenas um de seus aspectos — o tratamento e as variáveis sócio-culturais — e refletir sobre a interação língua/meio, a partir de um estudo contrastivo entre os resultados obtidos no Japão e o uso do tratamento japonês pelos descendentes japoneses no Brasil. Nessa medida, passaremos a expor sobre sua metodologia e os resultados por elas obtidos, que mais diretamente interessam aos nossos objetivos.

A pesquisa de Ueno (Pesq. I) foi a primeira tentativa para se estabelecer os métodos de pesquisa de campo do tratamento. Foram propostas as variáveis sociais que configurassem o perfil social dos informantes e que influiriam, hipoteticamente, no uso do tratamento.

Foram também testadas duas formas diferentes de coleta dos dados lingüísticos: uma, pela reprodução oral de determinadas situações de discurso previamente elaboradas sem nenhuma forma de tratamento, que foram gravadas em entrevistas individuais e outra, pela coleta em gravadores escondidos em locais estratégicos onde pudessem ocorrer situações similares àquelas apresentadas nas entrevistas individuais, com o intuito, não só de diminuir a artificialidade em apresentar situações por escrito, como também, para avaliar a viabilidade dos métodos propostos. Requisitou-se, ainda, a um grupo de voluntários do local, que avaliasse o grau das diferentes formas de tratamento a partir de uma lista previamente elaborada, a fim de servir de subsídio aos pesquisadores para uma quantificação, a mais objetiva possível, de análise dos dados obtidos.

O objetivo principal dessa pesquisa foi o de estabelecer as linhas essenciais da metodologia a ser aplicada em trabalhos desse gênero, no que foi complementada e melhorada pelas pesquisas regionais (Pesq. III e IV) para ser aplicada em Okazaki (Pesq. II), onde se buscou chegar, já com modificações a partir dos dados obtidos, aos resultados pretendidos, quais sejam, verificar em que condições sociais e contextuais o tratamento é utilizado e concebido pelos japoneses de hoje.

Tanto foi assim que os resultados desses quatro trabalhos são apresentados em bloco em *Keigo-to Keigoishiki* "O Tratamento: seu Uso e sua Conceção" (1957), servindo-se das Pesquisas I, III e IV para expor os caminhos trilhados para o estabelecimento de uma metodologia, e da II, para analisar o *status quo* do tratamento utilizado em 1952. Apenas o trabalho realizado em 1972 tem uma publicação isolada e parcial de seus resultados em 1983, sob o título *Keigo-to Keigoishiki — Okazaki-ni okeru 20-nenmae-tono Hikaku* "O Tratamento: seu Uso e sua Conceção — em Comparação à Pesquisa realizada em Okazaki de 20 Anos atrás".

Para essa parte do nosso trabalho, seguiremos basicamente os dados fornecidos pela publicação de 1983, com referências à de 1957 quando necessárias, esclarecendo que deixaremos de lado as partes que não nos concernem diretamente (testes de personalidade, opinião sobre a adequação forma lingüística/contexto de situação, escolha das formas que o informante gostaria que lhe fossem dirigidas etc.), atendo-nos às partes que dizem respeito às variáveis sócio-culturais do tratamento.

Neste aspecto, a segunda pesquisa realizada em Okazaki (Pesq. V), seguiu as seguintes etapas básicas:

1. aplicação de um questionário com dados pessoais e uma amostra de 400 pessoas de 15 a 79 anos de idade, escolhidas aleatoriamente por idade, sexo e zona de residência, do cadastro oferecido pela Prefeitura local. Foi preparada, de antemão, uma listagem superior a 400 pessoas para as substituições por pessoas do mesmo sexo e idade equivalente, que se fizessem necessárias.

2. entrevista individual realizada por 12 pesquisadores para:
 - a) colher informações sobre o desempenho lingüístico dos informantes mediante a apresentação de determinadas situações de fala (por escrito e/ou com gravuras), onde se solicitava a reprodução oral de discursos previamente elaborados para serem gravados;
 - b) colher informações dos entrevistados sobre sua opinião, conhecimento e consciência do tratamento;
3. transcrição em fichas das formas lingüísticas gravadas;
4. levantamento do perfil da população entrevistada, a partir dos dados colhidos pelo questionário (1);
5. classificação das formas de tratamento, de que trataremos adiante;
6. análise das associações entre as variáveis sociais e lingüísticas.

Para se classificar as formas de tratamento, havia a necessidade de se quantificar as formas lingüísticas levantadas, a fim de se proceder à análise das interferências contextuais (sociais e psicológicas) no tratamento. Corria-se, entretanto, o perigo de uma classificação subjetiva dos graus de tratamento das expressões encontradas, o que levou a uma série de medidas para reduzir ao máximo a subjetividade da classificação.

Quando da realização da pesquisa em Ueno (Pesq. I), os coordenadores elaboraram uma lista de 10 a 30 prováveis discursos para as diferentes situações apresentadas e submeteram-nos à classificação por dois grupos (um grupo de professores pesquisadores do K.K.K. e outro formado por 37 habitantes da região) para uma posterior comparação. Cada grupo efetuou a classificação dos discursos por situação, numa escala decrescente do grau de tratamento do discurso no seu todo, isto é, sem distinguir as chamadas expressões de *respeito*, de *modéstia* ou de *polidez*. Em Okazaki (Pesq. II), foi feita uma classificação similar mas a partir das formas lingüísticas coletadas pelo levantamento com uma amostra de 250 pessoas. Sua apreciação ficou a cargo de três grupos: de 10 pessoas da região, selecionadas por sexo e idades diferentes; de 41 estudantes de Tóquio que procederam a uma classificação individual e por grupos de dois e, de um pesquisador da K.K.K.

Feitas as comparações de todas as classificações, observou-se um desvio de apenas 3,4%, o que os levou a seguirem a classificação elaborada pelo pesquisador da K.K.K., para a análise dos dados colhidos em Okazaki (Pesq. II). Levando-se em conta, principalmente, a forma do tratamento utilizado no fim do discurso ⁽¹⁾, o tratamento foi classificado em três graus:

(1) Na estrutura frasal japonesa, as formulações individuais do locutor sobre o *dictum* se tornam mais subjetivas à medida que se encontram no fim da cadeia sintagmática (Cf. Watanabe, 1971, p. 140). Sendo o tratamento a expressão subjetiva do locutor sobre a tensão ou distância entre os actantes do discurso, suas formas lingüísticas atuam, geralmente, na parte final do discurso.

1. *alta polidez*: emprego de formas resultantes da associação de duas ou mais expressões de tratamento em todo o discurso;
2. *polidez*: emprego de apenas uma expressão de tratamento no discurso;
3. *formas sem tratamento*.

Dada a incidência muito elevada de casos de *polidez* (grau 2), foi feita uma reclassificação em cinco graus de tratamento, para a análise dos dados obtidos em 1972 (Pesq. V), a que voltaremos no momento oportuno. Essa pesquisa realizada em 1972, na cidade de Okazaki, tinha como principal objetivo verificar as transformações ocorridas com o uso do tratamento, no espaço de 20 anos. Apesar da opinião corrente no Japão de que o tratamento está caindo em desuso, de que as falas das pessoas estão se tornando cada vez mais rudes, de que os jovens não sabem usar o tratamento, seus resultados vieram a provar o contrário. Não houve diferenças significativas no uso do tratamento nesses 20 anos. Se em 1952, *sexo* e *escolaridade* constituíam os fatores mais influentes e, *idade* o menos influente no uso do tratamento, assim continuaram sendo em 1972. Assim, as mulheres usam, no geral, formas mais polidas de tratamento do que os homens, embora estes distingam com maior frequência os contextos de situação; há uma variação maior das formas de tratamento empregadas pelos homens conforme as situações e as mulheres são sempre polidas, independentemente dos contextos apresentados. A *escolaridade* surge como a segunda variável mais significativa para o bom desempenho do tratamento, configurando que quanto maior a escolaridade do usuário, mais polido se torna o tratamento. Quanto aos demais fatores, embora tenha se manifestado uma tendência geral de ocorrerem tratamentos mais polidos quanto maior a idade, mais elevada a classe social e maior a mobilidade geográfica, essas variáveis não apresentaram um grau significativo de contingência na associação com o bom desempenho do tratamento.

A fim de que pudéssemos proceder ao estudo contrastivo proposto, obedecemos aos critérios gerais seguidos pelas pesquisas realizadas no Japão para levantar os dados junto aos descendentes no Brasil, sobre o que passaremos a discorrer.

2.2. LEVANTAMENTO DO TRATAMENTO JAPONÊS NO BRASIL

A análise contrastiva proposta leva em conta dois grupos sociais substancialmente diferentes: de um lado o Japão, uma sociedade monolíngüe, e de outro, a colônia japonesa do Brasil, uma comunidade bilingüe sem diglossia, isto é, uma comunidade em que as pessoas discernem o uso de uma língua e de outra conforme a situação, sem que isto implique valorações ou diferenciações funcionais estabelecidas pelo meio (Cf. Fishman, 1971, p. 87 e ss.).

A diversidade básica das propriedades dos meios que foram colocados em contato, nem sempre nos permitiu que seguissemos métodos idênticos, fazendo-se necessárias certas aproximações que viabilizassem o estudo proposto. Na medida em que o Japão é uma sociedade monolíngüe, o K.K.K. pôde colocar magnetofones em lugares estratégicos de vários pontos da cidade e colher tratamentos usados em situações reais, como uma maneira de diminuir a artificialidade que poderia resultar do esmero dos informantes em “falar bem” nas entrevistas individuais ou mesmo nos diálogos montados (pp. 96-97). Em Ueno (Pesq. I), os locais foram selecionados aleatoriamente, com a preocupação única de variá-los. Já em Okazaki (Pesq. II), foram selecionados locais em que pudessem ser encontradas situações, senão idênticas, ao menos equivalentes às apresentadas nas entrevistas individuais. Os resultados, porém, não corresponderam às expectativas pois, mesmo com longas horas de espera, foi difícil não só deparar com situações semelhantes, bem como encontrar pessoas de sexos e de faixas etárias diferentes, as únicas variáveis que podiam, então, ser estabelecidas. Na comunidade japonesa do Brasil seria praticamente impossível realizar tal tipo de levantamento, não só porque a comunidade está inserida no meio brasileiro e por isso, as oportunidades de se encontrar dois descendentes nos contextos esperados são remotas, como porque, os descendentes usam, na sua maioria, o português na comunicação entre eles.

K.K.K. coletou ainda os dados lingüísticos por dois outros meios:

1. registro das falas produzidas por 11 grupos de duas pessoas cada (previamente selecionadas de acordo com a idade e sexo) sobre um determinado tema, e,
2. registro das falas produzidas individualmente pelos informantes, de acordo com uma série de situações previamente elaboradas e apresentadas por escrito pelo entrevistador (por exemplo, situações do tipo: “como você diria no caso em que...”).

A análise dos resultados obtidos por esses dois métodos demonstrou que as falas dos diálogos livres são, em geral, mais longas, tornando-as mais polidas⁽²⁾; no entanto, os resultados obtidos, seja por entrevistas individuais, seja por improvisação de diálogos, não apresentaram diferenças significativas quanto ao uso das formas concretas de tratamento, isto é, das chamadas expressões de respeito, de modéstia ou de polidez.

Quanto à amostragem, K.K.K. evitou grandes metrópoles como Tóquio, pelas dificuldades ou a quase impossibilidade de se realizar pesquisas dessa monta, bem como aglomerações eminentemente agrícolas, dada a sua especificidade em termos regionais e dialetais, e

(2) Há, na consciência do usuário da língua, a idéia de que falar mais longo é mais polido, como comprovaram os testes para avaliar a concepção do tratamento (Vide p. 95), em que os informantes dispunham em ordem decrescente de grau de tratamento, as falas relativas a uma determinada situação (K.K.K., 1957, p. 318).

optou por cidades de médio porte como Ueno e Okazaki, nem tão rurais, nem tão metropolitanas como se pretendia (*Ib.*, p. 2). No Japão, as prefeituras mantêm um cadastro de residência de seus habitantes, o que possibilitou uma amostragem aleatória de sua população. No Brasil, entretanto, não há nenhum órgão de administração pública que mantenha tais cadastros. O único cadastro a que tivemos acesso foi o elaborado pelo censo de 1958, mas novo levantamento efetuado 4 anos depois, já demonstrou que a mobilidade geográfica dos japoneses no Brasil é muito acentuada (apenas menos de 70% puderam ser encontrados no mesmo local), o que não dizer no espaço de mais de 20 anos.

Para uma amostragem nos mesmos moldes do Japão, seria necessário realizar um novo censo da colônia japonesa no Brasil, que demanda uma mão-de-obra de que não dispomos (cerca de 7.000 recenseadores foram utilizados no censo de 1958 — cf. Suzuki, 1969, p. 4). A exigüidade material e de condições técnicas de que dispúnhamos levou-nos a optar por um levantamento junto a um grupo ligado à colônia japonesa onde pudéssemos encontrar, se não as ideais, as condições mínimas que viabilizassem atingir o objetivo proposto. Na medida em que pretendíamos examinar as variáveis sócio-culturais do tratamento pelo confronto do seu uso em meios diferentes, procuramos um grupo com uma população concentrada que tivesse raízes mais fortes com a colônia japonesa. Evitamos, assim, as empresas multi-nacionais japonesas que, apesar de contarem com um elevado contingente de funcionários japoneses ou descendentes, seguem uma política administrativa e orgânica próxima à do seu país de origem: elas transpõem os modelos de administração, de hierarquia interna ocupacional, de comportamentos que levam em conta variáveis como *hierarquia, idade, antigüidade*, do Japão ao Brasil.

Em vista do exposto, optamos pela Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) da Grande São Paulo, pelas razões que se seguem:

1. é uma empresa cooperativista inicialmente criada para atender às necessidades dos produtores horti-fruti-granjeiros da colônia japonesa em São Paulo, com capital local e seguindo um modelo administrativo próprio, sem obedecer a padrões de conduta ou de hierarquia interna que poderiam ser impostos por uma empresa multi-nacional de capital japonês;
2. sendo uma empresa ligada a atividades agrícolas, julgamos encontrar um contingente de pessoas fortemente ligadas à origem da imigração japonesa que se deu pela introdução de mão-de-obra na cultura cafeeira do início do século e que permaneceu eminentemente rural até a década de 40 (Cf. Suzuki, 1969, p. 55);
3. por outro lado, sua sede em São Paulo permite a afluência de pessoas dos mais variados pontos do Brasil, como resultado do grande fluxo migratório para São Paulo em virtude do seu

processo de urbanização e de industrialização, fenômeno ocorrido também na colônia (*Ib.*, pp. 212-215);

4. na mesma perspectiva, há um afluxo de pessoas de uma gama variada de ocupações e a CAC da Grande São Paulo, que inclui o setor avícola do município de Cotia, permitiu-nos configurar uma população ocupacionalmente variada, desde técnicos especializados até agricultores.

Partindo, pois, da premissa de que a CAC poderia fornecer o material necessário para os nossos estudos, foram feitos os primeiros contatos com a empresa que prontamente se colocou à nossa disposição, tornando possível a realização deste trabalho.

Esta parte da pesquisa seguiu as seguintes etapas, sobre as quais passamos a discorrer:

1. levantamento e análise dos dados sócio-culturais dos informantes;
2. levantamento e análise dos dados lingüísticos referentes ao tratamento da língua japonesa;
3. associação entre as variáveis sócio-culturais e lingüísticas levantadas;
4. análise contrastiva dos dados obtidos no Japão e no Brasil.

2.2.1. *Levantamento sócio-cultural*

Mediante a cessão da lista de funcionários descendentes e falantes da língua japonesa, devidamente cadastrados na CAC, foram distribuídos 500 questionários. Seus quesitos foram adaptados para traçar o perfil sócio-cultural dos informantes e elaborados a partir de dados testados num levantamento preliminar com cerca de 50 estudantes do Curso de Língua e Literatura Japonesa da USP, cuja finalidade foi, não só verificar a viabilidade da metodologia aplicada em Okazaki (Pesq. V) dentro dos recursos de que dispúnhamos, como também testar a viabilidade dos itens hipoteticamente propostos com base nas variáveis levantadas pelo censo de 1958 e que constituem propriedades individuais (religião, escolaridade, residência no campo ou na cidade etc.).

2.2.1.1 Amostragem e metodologia

Sob hipótese de que constituem variáveis significativas do desempenho da língua japonesa, e conseqüentemente, do tratamento japonês entre os descendentes em São Paulo, levantamos os seguintes itens:

1. Sexo: a) masculino
b) feminino
2. Faixa etária — nossa amostra é constituída de funcionários da CAC, de forma que assim dividimos as faixas etárias:
 - a) até 19 anos
 - b) de 20 a 29 anos

- c) de 30 a 39 anos
 - d) de 40 a 49 anos
 - e) acima de 50 anos
3. Geração — dados do censo de 1958 demonstraram que quanto maior a geração, maior é o grau de aculturação quanto à religião (p. 123), quanto à língua falada (p. 131) e quanto à estrutura familiar: tamanho de família (p. 110), número de gerações na família (p. 114), tipo de família (p. 116). Sob a hipótese de que o fator *geração* é significativo também no uso do tratamento japonês, assim classificamos:
- a) *nisei* — filho de pais imigrantes. Dada, porém, a existência de filhos de imigrantes que chegaram ao Brasil antes da idade escolar e que tiveram, portanto, formação e educação no Brasil, subdividimos os *nisei* em:
 - 1) *nisei* I — filho de pais que chegaram depois da idade escolar (7 anos);
 - 2) *nisei* II — filho de pais japoneses dos quais, um deles chegou antes da idade escolar e outro, depois da idade escolar;
 - 3) *nisei* III — filho de pais que chegaram antes da idade escolar;
 - b) *sansei* — quando um dos pais ou ambos forem *nisei*;
 - c) *yonsei* — quando um dos pais ou ambos forem *sansei*;
 - d) mestiço — quando um dos pais for de origem não-japonesa.
4. Geração do (ex)-cônjuge — sob a hipótese de que a geração do cônjuge ou ex-cônjuge implica convivência com pessoas “mais japonesas” (imigrantes ou *nisei*), ou “menos japonesas” (*sansei*, *yonsei* e mestiços), os cônjuges foram classificados em:
- a) *issei*, ou seja, imigrantes;
 - b) *nisei*;
 - c) *sansei*;
 - d) não-japonês, isto é, pessoas que não têm ascendência japonesa.
5. Convivência com avós — segundo dados do censo de 1958, a incidência do uso da língua japonesa é maior nas famílias lineares (com ascendentes ou com filho(s) casado(s) do chefe de família) e linear-colaterais (família linear, mais irmão casado ou outro parente colateral) do que nas famílias conjugais (casal com ou sem filhos) [Cf. Suzuki, 1969, p. 136]. Considerando a faixa etária dos nossos informantes, é de se supor que os avós com quem conviveram, se conviveram (família linear ou linear-colateral), sejam imigrantes, ensejando que os

informantes tenham tido contato com a língua japonesa na sua vida. Assim, consideramos aqueles que:

- a) conviveram com os avós ou com um deles;
- b) nunca conviveram com avós.

6. Co-habitação — a fim de averiguar em que medida o grau do contato cotidiano com japoneses influi ou não no desempenho do tratamento japonês, caracterizamos aqueles que:

- a) moram sozinhos;
- b) moram com amigos e/ou irmãos, desde que um deles seja não-japonês;
- c) moram com amigos e/ou irmãos que sejam imigrantes ou descendentes;
- d) moram com a família, desde que um membro (cônjuge, cunhados, sobrinhos etc.) seja não-japonês;
- e) moram com família de ascendência japonesa, desde que um membro, pelo menos, seja *issei*;
- f) moram com família composta apenas de descendentes.

7. Locais de residência — os primeiros imigrantes japoneses, embora de origens profissionais diversas, foram encaminhados a zonas rurais para suprir a mão-de-obra agrícola. Em sua maioria, utilizavam a língua materna na comunicação em família ou entre os conterrâneos, servindo-se da língua portuguesa, adquirida precariamente, para os contatos esporádicos com o meio brasileiro. Semi-isolados da comunidade brasileira em geral, as condições foram mais propícias àqueles que viveram por períodos mais longos nas zonas rurais para que valores do seu país de origem, inclusive a língua, continuassem a ser cultivados. Acompanhando o êxodo rural do meio brasileiro em geral, verificou-se uma mobilidade progressiva dos japoneses e seus descendentes do campo para a cidade. O isolamento das zonas rurais (distância, escassez de meios de transporte e comunicação etc.), acrescido ao semi-isolamento dos japoneses e descendentes com relação à comunidade brasileira, levou-nos à hipótese de que os anos de residência em zona rural influem na conservação da língua japonesa, estabelecendo o seguinte critério de classificação:

- a) residência na zona rural por um período superior a 10 anos;
- b) residência na zona rural por um período superior a 5 e inferior a 10 anos;
- c) residência na zona rural por um período inferior a 5 anos;
- d) residência somente na zona urbana.

8. Ocupação — de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações, os informantes foram assim classificados:

- a) trabalhadores das profissões científicas, técnicas e trabalhadores assemelhados (técnicos de contabilidade, agrônomos, analistas de sistema, psicólogos etc.);
 - b) diretores e trabalhadores assemelhados (gerentes administrativos, de produção etc.);
 - c) trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados (secretários, auxiliares de escritório, supervisores, digitadores etc.);
 - d) trabalhadores de comércio e assemelhados (supervisores de vendas e compras, vendedores de comércio atacadista, agentes de vendas etc.);
 - e) operadores de máquinas, condutores de veículos e assemelhados;
 - f) trabalhadores de serviços de serventia, higiene e assemelhados (faxineiros, copeiros etc.);
 - g) trabalhadores agropecuários e assemelhados (operadores de incubadora, de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas etc.).
9. Grau de escolaridade — o nível de escolaridade do informante foi estimado pelo último curso de ensino regular frequentado, concluso ou não, em:
- a) sem escolaridade;
 - b) nível primário;
 - c) nível secundário (colégio, técnico, normal);
 - d) nível superior (universitário ou equivalente).
10. Escolaridade dos pais — a fim de verificar em que proporção a alta ou baixa escolaridade dos pais, obtida no Japão ou no Brasil, atua no uso da língua japonesa de seus filhos, distinguimos a escolaridade do pai e da mãe de acordo com o último curso frequentado em:
- a) não frequentaram nenhuma escola;
 - b) frequentaram o primário no Brasil;
 - c) frequentaram o secundário no Brasil;
 - d) frequentaram o curso superior no Brasil;
 - e) frequentaram o primário no Japão;
 - f) frequentaram o secundário no Japão;
 - g) frequentaram o curso superior no Japão.
11. Estudo da língua japonesa — por “estudo da língua japonesa” entendemos os dois tipos de aprendizado: 1. o aprendizado da leitura e da escrita japonesa em casa (com pais ou professores particulares) ou nas escolas conhecidas como *nichigogakkô*,

destinadas geralmente aos descendentes de imigrantes japoneses na faixa etária correspondente ao curso primário do Brasil; 2. o aprendizado da fala, leitura ou escrita nos cursos de japonês, destinados a adultos. Assim, classificamos os informantes que:

- a) nunca estudaram o japonês;
 - b) estudaram até os 10 anos de idade;
 - c) estudaram até mais de 10 anos de idade;
 - d) começaram a estudar depois dos 10 anos.
12. Uso do japonês na moradia — em que medida o contato com a língua japonesa, pelo seu uso no local em que reside, influi no desempenho lingüístico, foi o objetivo ao estabelecermos mais este item que subdividimos em:
- a) nunca usou o japonês em casa;
 - b) não usa atualmente, mas já usou;
 - c) usa atualmente só o japonês;
 - d) usa atualmente o japonês e o português (aqui entendemos o uso do japonês com interferências do português (no léxico ou na estrutura sintática), bem como os casos em que, sendo-lhe dirigida a palavra em japonês, o informante utiliza ora o japonês, ora o português, de acordo com as circunstâncias).
13. Uso do japonês no serviço — como uma extensão do item anterior, classificamos os informantes conforme:
- a) não usam o japonês no serviço;
 - b) usam o japonês no serviço.
14. Língua utilizada na vida associativa — aqueles que freqüentam um grupo associativo qualquer (Cf. item 19 abaixo), foram classificados conforme utilizem:
- a) somente o português;
 - b) somente o japonês;
 - c) o japonês e o português.
15. Leitura de periódicos da colônia — há três jornais diários editados em São Paulo, com circulação pela colônia, compostos de páginas em português e em japonês. Como outra forma de contato com a língua japonesa ou com acontecimentos da colônia, distinguimos aqueles que:
- a) não lêem nenhum periódico da colônia;
 - b) lêem somente a página escrita em português;
 - c) lêem também as páginas escritas em japonês.

16. Leitura de revistas ou livros escritos em japonês — outra forma de contato com a língua, a leitura de livros e de revistas escritos em japonês implicou informantes que:
- a) não lêem;
 - b) lêem.
17. Religião — segundo dados de 1937 (Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração), apenas 1,3% dos imigrantes japoneses entrados pelo Porto de Santos no período de 1908 a 1936 era católico, cifra que se eleva a 42,8% entre imigrantes e descendentes com mais de 7 anos no censo de 1958, com percentagem maior à medida que se sucedem as gerações: 16,6% entre os imigrantes, 59,3% entre *nisei*, chegando a atingir 70,3% entre *sansei* e *yonsei* (Cf. Suzuki, 1969, pp. 121-122). A fim de verificarmos a inter-relação entre as aculturações religiosa e lingüística, distinguimos duas categorias básicas de religiões: brasileiras e japonesas. Entendemos por brasileiras, as religiões seguidas pela quase totalidade dos brasileiros (Catolicismo) e as mediúnicas brasileiras (Espiritismo, Umbanda etc.); por religiões japonesas, aquelas que são professadas predominantemente no Japão (Xintoísmo, Budismo e as chamadas “religiões novas” — religiões que surgiram desde os fins do século passado a partir do Budismo e de crenças populares mediúnicas do Xintoísmo, tais como PL, Seichô-no-Ie, Igreja Messiânica etc.). Seguimos o seguinte critério de classificação:
- a) segue uma religião brasileira;
 - b) segue uma religião japonesa;
 - c) sincretistas: quando seguem religiões brasileiras e japonesas;
 - d) outros: aqueles que não professam nenhuma religião ou que professam religiões nem brasileiras, nem japonesas, como o Protestantismo.
18. Associação — associações constituem parte do universo de vida do indivíduo e aqui, foi assim entendido, qualquer que seja o grupo associativo com finalidades comuns: clubes recreativo-esportivos, associações profissionais, associações comunitárias etc. À medida que elas podem influir no relacionamento inter-individual daqueles que as freqüentam, distinguimos: 1) associações japonesas — as que são dirigidas e freqüentadas predominantemente por imigrantes e/ou descendentes, e, 2) associações não-japonesas (Vide “não-japonês” à p. 104). Foram consideradas associações japonesas: associações recreativas como *Kenjinkai* “Associação de Imigrantes co-Provincianos”, *ikebanakyôkai* “Associação de Arranjos Florais”, *seinenkai* “Associação de Jovens” e outras congêneres, clubes recreativo-esportivos da colônia (Coopercotia Atlético Clube, Nippon Country Club etc.) e associações pertencentes às religiões japo-

neas; e associações não-japonesas: associações profissionais (Associação de Agrônomos, Associação de Médicos) e clubes (Rotary Club, Atlético Clube Pinheiros etc.). Os informantes foram considerados conforme:

- a) não freqüentam nenhuma associação;
 - b) freqüentam associação(ões) japonesa(s);
 - c) freqüentam associação(ões) não-japonesa(s);
 - d) freqüentam associações japonesa e não-japonesa.
19. Programas de rádio em japonês — a colônia oferece oportunidades de contato com a língua japonesa através de programas de rádio e de televisão [item 20]. Há dois tipos de programas de rádio nas cercanias de São Paulo em que o japonês é utilizado: 1. programas feitos na colônia, com transmissões em português e em japonês, e, 2. programas feitos no Japão, com transmissão para o Brasil, em japonês. Os informantes foram distinguidos entre os que não ouvem e os que ouvem programas de rádio em japonês.
20. Programas de televisão para a colônia japonesa — há dois programas semanais na televisão paulista dedicados à colônia japonesa, com algumas partes apresentadas em japonês (noticiário, entrevistas, música, novela). Os informantes foram classificados em: aqueles que assistem e aqueles que não assistem a programas japoneses na televisão.
21. Música japonesa — música popular, muito em voga na colônia, constitui também um meio de contato com a língua japonesa, de modo que distinguimos aqueles que ouvem e não ouvem a música cantada em japonês.

Posto que nossa pesquisa visava ao desempenho do tratamento independentemente da capacidade de leitura ou escrita, solicitamos à CAC que distribísse os questionários relativos a dados sociais e culturais a seus funcionários descendentes cadastrados como falantes da língua japonesa, não importando sua fluência.

Dos 500 questionários distribuídos, retornaram 386, dos quais 83 foram inutilizados por se tratarem de pessoas que nasceram no Japão. Feita a seleção dos 303 restantes, cujos dados se ajustavam à condição pré-estabelecida de *descendentes japoneses nascidos no Brasil*, foram assinalados os itens preenchidos incorretamente (incompletos ou com falhas na interpretação dos dados solicitados) que foram posteriormente corrigidos por ocasião das entrevistas individuais.

Cumpre acrescentar que dessa amostra inicial de 303 informantes em potencial, houve uma redução de 37 pessoas em razão de falhas na gravação, de recusa por inibição, de ausência por férias, demissão,

viagens ou transferências, de impossibilidade de atendimento por acúmulo de serviço. Obtivemos, assim, uma amostra de 266 descendentes que falam a língua japonesa (entre 15 a 65 anos de idade) que correspondem a 31,6% do total de 841 funcionários descendentes de japoneses da CAC, cujo perfil sócio-cultural passaremos a expor.

2.2.1.2. Análise dos dados sócio-culturais

De um modo geral, nossa amostra de 266 pessoas pode ser caracterizada, como mostram as tabelas apresentadas a seguir, por uma maioria de pessoas:

1. do sexo masculino: 84,6%;
2. na faixa dos 30 a 39 anos: 35,3%;
3. cujos pais chegaram ao Brasil depois da idade escolar: 60,5%;
4. casadas (67,3%) com *nisei* (69,8%);
5. que nunca conviveram com avós: 55,6%;
6. que moram apenas com familiares descendentes de japoneses: 53,4%;
7. que residiram por mais de 10 anos em zona rural: 50,0%;
8. que desempenham um serviço administrativo na empresa: 46,6%;
9. que têm curso superior (completo ou não): 45,9%;
10. cujos pais têm apenas o curso primário (pai, 53,6% e mãe 61,8%). Se verificarmos o país onde foi realizado o último curso, a maioria só frequentou até o curso primário no Brasil (pai, 83,9%, e mãe 81,4%), enquanto no Japão, a maioria dos pais tem curso secundário (50,8%) e das mães, só o primário (58,0%);
11. que estudaram o japonês até mais de 10 anos: 38,0%;
12. que usam, atualmente, o português e o japonês em casa: 55,3%;
13. que usam o japonês no serviço: 64,3%;
14. que não lêem periódicos da colônia: 59,8%;
15. que não lêem revistas ou livros escritos em língua japonesa: 56,0%;
16. que seguem uma religião brasileira, em geral o Catolicismo: 71,4%;
17. que não frequentam nenhuma associação: 56,8% (entre aqueles que frequentam, a maioria frequenta associação japonesa (89,6%) e aí falam o português e o japonês (69,6%);
18. que não ouvem programas de rádio em japonês: 65,0%;
19. que assistem a programas japoneses na televisão: 85,0%;
20. que ouvem músicas japonesas: 89,8%.

TABELA 1.1 — Distribuição da amostra por sexo.

sexo	masculino	feminino	Total
nº de pessoas	225	41	266
%	(84,6)	(15,4)	(100,0)

TABELA 1.2 — Distribuição por faixa etária.

idade	até 19	20-29	30-39	40-49	50+	Total
nº de pessoas	10	66	94	75	21	266
%	(3,7)	(24,8)	(35,3)	(28,2)	(7,9)	(100,0)

TABELA 1.3 — Distribuição por geração.

geração	nisei I	nisei II	nisei III	sansei	yonsei	Total
nº de pessoas	161	30	7	67	1	266
%	(60,5)	(11,3)	(2,6)	(25,2)	(0,4)	(100,0)

TABELA 1.4 — Distribuição por estado civil/geração do cônjuge.

estado civil	solteiro	casado c/ issei	casado c/ nisei	casado c/ sansei	casado c/ não-japonês	separado	Total
nº de pessoas	86	15	125	13	26	1	266
%	(32,3)	(5,6)	(47,0)	(4,9)	(9,8)	(0,4)	(100,0)

TABELA 1.5 — Distribuição por convivência com avós.

convivência com avós	não	sim	Total
nº de pessoas	148	118	266
%	(55,6)	(44,4)	(100,0)

TABELA 1.6 — Distribuição por co-habitação.

habitação	só	c/ amigo não-japones	c/ amigo descendente	c/ família não-japonesa	c/ família issei	c/ família de descend.	Total
nº de pessoas	8	3	17	28	68	142	266
%	(3,0)	(1,1)	(6,4)	(10,5)	(25,6)	(53,4)	(100,0)

TABELA 1.7 — Distribuição por zona de residência.

zona de residência	zona rural + de 10 anos	zona rural de 6 a 10 anos	zona rural até 5 anos	zona urbana	Total
nº de pessoas	133	36	18	79	266
%	(50,0)	(13,5)	(6,8)	(29,7)	(100,0)

TABELA 1.8 — Distribuição por ocupação.

ocupação	técnicos	diretores	serviços administrat.	comércio	oper. máq. condut.	serventia	agro-pec.	Total
nº de pessoas	51	17	124	56	2	1	15	266
%	(19,2)	(6,4)	(46,6)	(21,0)	(0,7)	(0,4)	(5,6)	(100,0)

Foram registradas as seguintes ocupações dos informantes, assim classificadas de acordo com as categorias arroladas pelo Código Brasileiro de Ocupações:

1. técnicos: técnico de contabilidade, técnico agrícola, engenheiro agrônomo, enfermeiro, analista de sistemas, programador de computador, contador, auditor contábil, psicólogo, analista de cargos e salários, agente publicitário, técnico de administração;
2. diretores: gerente administrativo, gerente de pessoal, gerente de relações públicas, gerente de produção;
3. trabalhadores de serviço administrativo: chefe de escritório (financeiro, tesoureiro, pessoal, serviços gerais etc.), secretário, calculista de custos, caixa, faturista, procurador, digitador, almoxarife, estoquista, armazenista, conferente de materiais, auxiliar de escritório, coordenador de técnicos em agricultura ou pesquisas;

4. trabalhadores de comércio: vendedor de comércio atacadista, agente de vendas, comprador, supervisor de vendas, supervisor de compras, agente de comércio atacadista;
5. trabalhadores de serviço de serventia: faxineiro;
6. operadores de máquinas e condutores de veículos: motorista de caminhão;
7. agropecuários: operador de incubadeira, trabalhador agropecuário.

TABELA 1.9 — Distribuição por escolaridade.

escolaridade	nenhuma	primário	secundário	superior	Total
nº de pessoas	2	51	91	122	266
%	(0,7)	(19,2)	(34,2)	(45,9)	(100,0)

TABELA 1.10 — Distribuição por escolaridade dos pais.

		nenhuma	primário	secundário	superior	Total*
P A I		7 (2,7)	141 (53,6)	100 (38,0)	15 (5,7)	263 (100,0)
M ã E		22 (8,4)	162 (61,8)	78 (29,8)	0 -	262 (100,0)
BRASIL	P A I	/	68 (83,9)	11 (13,6)	2 (2,5)	81 (100,0)
	M ã E	/	79 (81,4)	18 (18,5)	0 -	97 (100,0)
JAPÃO	P A I	/	73 (41,7)	89 (50,8)	13 (7,4)	175 (100,0)
	M ã E	/	83 (58,0)	60 (41,9)	0 -	143 (100,0)

* Três pessoas não souberam informar a escolaridade dos pais, e uma, a escolaridade da mãe.

TABELA 1.11 — Distribuição por estudo de japonês.

estudo de japonês	nunca estudou	estudou até 10 anos	estudou até + de 10 anos	começou depois dos 10 anos	Total
nº de pessoas	66	48	101	51	266
%	(24,8)	(18,0)	(38,0)	(19,2)	(100,0)

TABELA 1.12 — Distribuição por uso do japonês na moradia.

uso do japonês	nunca usou	já usou, mas não atualmente	usa só japonês	usa japonês e português	Total
nº de pessoas	50	64	5	147	266
%	(18,8)	(24,1)	(1,9)	(55,3)	(100,0)

TABELA 1.13 — Distribuição por uso do japonês no serviço.

uso do japonês	não	sim	Total
nº de pessoas	95	171	266
%	(35,7)	(64,3)	(100,0)

TABELA 1.14 — Distribuição por leitura de periódicos.

leitura	nenhuma	somente em português	também em japonês	Total
nº de pessoas	159	72	35	266
%	(59,8)	(27,1)	(13,1)	(100,0)

TABELA 1.15 — Distribuição por leitura de livros/revistas.

leitura	não	sim	Total
nº de pessoas	149	117	266
%	(56,0)	(44,0)	(100,0)

TABELA 1.16 — Distribuição por religião.

religião	brasileira	japonesa	sincrética	outras	Total
nº de pessoas	190	36	9	31	266
%	(71,4)	(13,5)	(3,4)	(11,6)	(100,0)

TABELA 1.17 — Distribuição por associação freqüentada.

associação freqüentada	nenhuma	associação japonesa	associação não-japonesa	ambas	Total
nº de pessoas	151	103	6	6	266
%	(56,8)	(38,7)	(2,2)	(2,2)	(100,0)

TABELA 1.18 — Distribuição por língua usada na associação.

língua usada	somente português	somente japonês	japonês e português	Total
nº de pessoas	33	2	80	115
%	(28,7)	(1,7)	(69,6)	(100,0)

TABELA 1.19 — Distribuição por rádio.

rádio	não	sim	Total
nº de pessoas	173	93	266
%	(65,0)	(35,0)	(100,0)

TABELA 1.20 — Distribuição por televisão.

televisão	não	sim	Total
nº de pessoas	40	226	266
%	(15,0)	(85,0)	(100,0)

TABELA 1.21 — Distribuição por música.

música	não	sim	Total
nº de pessoas	27	239	266
%	(10,1)	(89,8)	(100,0)

Esses dados nos permitem afirmar num primeiro momento que:

1. entre os descendentes que falam o japonês, a grande maioria pertence à segunda geração (*nisei* 74,4%), dentre os quais 81,3% são filhos de pais chegados depois da idade escolar, ressaltando que não houve, na amostra, nenhum mestiço e apenas um *yonsei* que possam se expressar oralmente em língua japonesa;
2. uma grande percentagem está ligada às origens da imigração japonesa, pois 63,5% moraram ou moram por mais de 6 anos em zonas rurais;
3. o casamento inter-étnico é mais raro (14,4%), embora seja mais freqüente do que o casamento com imigrantes (8,3%);
4. uma absorvente maioria professa a religião brasileira (71,4%) e uma diminuta percentagem segue a religião japonesa (13,5%) muito próxima ao número dos que não seguem nenhuma religião (11,6%);
5. nossos informantes têm mais contato com a língua japonesa na sua forma oral e mais acessível em qualquer meio (televisão 85,0% e música 89,8%) do que na escrita (livros e revistas 45,0% e periódicos 13,1%) ou mesmo no rádio (44,7%).

A fim de delinear melhor o perfil sócio-cultural dos nossos informantes, relacionamos as variáveis entre si e, de acordo com o teste X^2 , podemos destacar o que segue:

TABELA 1.22 — Distribuição por sexo e idade.

sexo	idade				Total
	até 29*	30 - 39	40 - 49	50+	
masculino	49 (21,8)	85 (37,8)	70 (31,1)	21 (9,3)	225 (84,6)
feminino	27 (65,8)	9 (22,0)	5 (12,2)	0 —	41 (15,4)
Total	76 (28,6)	94 (35,3)	75 (28,2)	21 (7,9)	266 (100,0)

* Devido à reduzida incidência na faixa de idade até os 19 anos (tab. 1.2, p. 111), a faixa inicial foi estendida até os 29 anos.

Associando o *sexo* à *idade*, verificamos uma concentração acentuada de mulheres na faixa mais jovem (65,8% até 29 anos), observando-se um percentual equivalente entre os homens na faixa dos 30 a 49 anos de idade (68,9%). Por outro lado, não houve nenhuma incidência de mulheres com mais de 50 anos de idade e, dado que

nossa amostra foi obtida numa empresa, atribuímos esse fato ao acesso mais recente das mulheres que o dos homens da colônia ao trabalho remunerado, como acontece na sociedade brasileira em geral.

Vemos uma relação deste fato com o grau de escolaridade, pois, como mostra a tabela 1.23, o percentual de mulheres que tenham apenas o primário é bem menor (7,3%) do que dos homens (21,3%), verificando-se uma inversão entre aqueles que têm o curso superior: 51,2% entre as mulheres e 44,9% entre os homens.

TABELA 1.23 — Distribuição por sexo e escolaridade.

sexo	escolaridade				Total
	não	primário	secundário	superior	
masculino	2 (0,9)	48 (21,3)	74 (32,9)	101 (44,9)	225 (84,6)
feminino	0 —	3 (7,3)	17 (41,5)	21 (51,2)	41 (15,4)
Total	2 (0,7)	51 (19,2)	91 (34,2)	122 (45,9)	266 (100,0)

TABELA 1.24 — Distribuição por idade e escolaridade.

idade	escolaridade				Total
	não	primário	secundário	superior	
até 29	0 —	3 (3,9)	32 (42,1)	41 (53,9)	76 (28,6)
30 - 39	1 (1,1)	5 (5,3)	27 (28,7)	61 (64,9)	94 (35,3)
40 - 49	0 —	28 (37,3)	28 (37,3)	19 (25,3)	75 (28,2)
50 +	1 (4,8)	15 (71,4)	4 (19,0)	1 (4,8)	21 (7,9)
Total	2 (0,7)	51 (19,2)	91 (34,2)	122 (45,9)	266 (100,0)

A tabela 1.24 evidencia essa tendência, uma vez que aumenta o nível de escolaridade nas faixas mais jovens (3,9% com nível primário e 53,9% com superior na faixa até 29 anos e, 5,3% e 64,9%, respectivamente, entre os que têm de 30 a 39 anos), diminuindo nas faixas de idade mais avançada. Da mesma forma, o percentual dos

que têm apenas o curso primário aumenta conforme aumenta a faixa etária; com relação ao nível superior, em contrapartida, aumenta a proporção dos que têm curso superior à medida que diminui a faixa etária, com um hiato na faixa até os 29 anos, o que atribuímos à existência, nesta faixa de idade, de pessoas que ainda freqüentam o curso secundário ou que, mesmo tendo-o concluído, se encontram ainda diante da possibilidade de ingresso no curso superior.

Com o passar dos anos, aumenta o grau de escolaridade dos descendentes de japoneses no Brasil e com ele, o acesso mais recente das mulheres ao nível superior de ensino, acompanhando seu acesso ao trabalho remunerado, como vimos anteriormente. Atribuímos esse fenômeno, de um lado, ao êxodo rural e, de outro, à ascensão social e/ou ocupacional em processo da população de origem japonesa.

Com relação à *geração*, a maioria dos homens é constituída de *nisei* I (63,1%) e as mulheres têm uma distribuição idêntica entre *nisei* I e *sansei/yonsei* (46,3%), mas que em relação ao percentual do total da amostra, é menor entre *nisei* I e maior entre *sansei/yonsei*.

TABELA 1.25 — Distribuição por sexo e geração.

sexo	geração			Total
	<i>nisei</i> I	<i>nisei</i> II/ <i>nisei</i> III*	<i>sansei/yonsei</i>	
masculino	142 (63,1)	34 (15,1)	49 (21,8)	225 (84,6)
feminino	19 (46,3)	3 (7,3)	19 (46,3)	41 (15,4)
Total	161 (60,5)	37 (13,9)	68 (25,5)	266 (100,0)

* *Nisei* II e III, *sansei* e *yonsei* foram agrupados numa única categoria, em virtude do reduzido número de *nisei* III e *yonsei*, respectivamente. (Vide tab. 1.3, p. 111).

Quanto mais nova a geração, a tendência é de diminuir a faixa etária. A quase totalidade dos que têm mais de 50 anos de idade são *nisei* I (95,2%) e a maioria de *sansei/yonsei* pertence à faixa etária mais jovem (53,9% até 29 anos). O fato do número de *nisei* (74,4%) ser bem maior e as gerações *sansei/yonsei* serem mais jovens decorre da história recente da imigração japonesa ao Brasil. Tendo se iniciado em 1908 com a busca de braços para a cultura cafeeira paulista, praticamente encerrou-se na década de 60 quando o Brasil passava por um franco processo de industrialização. A queda na procura de mão-de-obra agrícola restringe a imigração japonesa a um número muito reduzido de famílias por ano. Nessa medida, o elevado percentual de *nisei* se explica pela grande quantidade de japoneses

imigrados nesses 60 anos, uma vez que após a década de 60, seu número se reduz consideravelmente, aumentando apenas o das gerações novas.

Por outro lado, entre os *nisei* (198 pessoas), verifica-se um acentuado predomínio de *nisei* cujos pais chegaram depois da idade escolar (81,3%) sobre o que convencionamos denominar *nisei* II e III, isto é, filhos de pais ou que um deles tenha imigrado antes da idade escolar (18,7%). Isto se deve à política imigratória adotada pelo Brasil que dava preferência à entrada de famílias com um mínimo de “três enxadas”, isto é, com um mínimo de três membros que pudessem constituir força de trabalho na lavoura. Eram consideradas força de trabalho as pessoas de 12 a 50 anos de idade (de 15 a 50, depois da II Guerra Mundial), o que levou muitos japoneses a constituírem *kôseikazoku* “família artificial”.

A fim de se obter com maior facilidade o visto de imigração, eram comum a inclusão de membros estranhos à família nuclear (casal e filho(s)), por meio da adoção ou do casamento simulado, que permitiam, por um lado, completar a mão-de-obra deficiente, por outro, dar a oportunidade de emigração a solteiros. Procedia-se, em regra, à adoção de parentes (sobrinhos, primos, cunhados etc.), não sendo raros, porém, tanto a adoção de pessoas sem laços sanguíneos, bem como o casamento “arranjado” entre parentes, mediante um processo legal que era facilmente dissolúvel no Consulado do Japão no Brasil, depois de sua chegada a este país (Cf. Suzuki, p. 188).

A formação de *kôseikazoku* “família artificial” em decorrência das leis imigratórias adotadas pelo Brasil propicia a vinda em número elevado de imigrantes com idade superior a 12 ou 15 anos, conforme a época, resultando no predomínio de *nisei* I sobre *nisei* II e III na amostra.

TABELA 1.26 — Distribuição por idade e geração.

idade	geração			Total
	<i>nisei</i> I	<i>nisei</i> II/ <i>nisei</i> III	<i>sansei</i> / <i>yonse</i> i	
até 29	20 (26,3)	15 (19,7)	41 (53,9)	76 (28,6)
30 - 39	58 (61,7)	16 (17,0)	20 (21,3)	94 (35,3)
40 - 49	63 (84,0)	5 (6,7)	7 (9,3)	75 (28,2)
50 +	20 (95,2)	1 (4,8)	0 —	21 (7,9)
Total	161 (60,5)	37 (13,9)	68 (25,6)	266 (100,0)

TABELA 1.27 — Distribuição por idade e zona de residência.

idade	residência			zona urbana	Total
	zona rural + de 10 anos	zona rural 6 a 10 anos	zona rural até 5 anos		
até 29	26 (34,2)	9 (11,8)	9 (11,8)	32 (42,1)	76 (28,6)
30 - 39	47 (50,0)	15 (15,9)	6 (6,4)	26 (27,7)	94 (35,3)
40 - 49	45 (60,0)	11 (14,7)	2 (2,7)	17 (22,7)	75 (28,2)
50 +	15 (71,4)	1 (4,8)	1 (4,8)	4 (19,0)	21 (7,9)
Total	133 (50,0)	36 (13,5)	18 (6,8)	79 (29,7)	266 (100,0)

Quanto à *zona de residência*, a grande maioria dos informantes viveram em zonas rurais (187 pessoas = 70,3%), dos quais 71,1% viveram por mais de 10 anos. Na associação da *zona de residência* à *idade*, verifica-se uma correlação inversa entre os dois fatores: a incidência dos que viveram apenas em zona urbana é maior entre os jovens (42,1% na faixa até 29 anos), diminuindo a proporção à medida que aumenta a idade; por outro lado, entre aqueles mais idosos, uma grande maioria teve uma vivência mais longa em zonas rurais (71,4% entre os de idade superior a 50 anos), diminuindo a proporção à medida que diminui a idade. Isto decorre do fato de a população japonesa haver permanecido por longo tempo eminentemente agrícola, sendo o êxodo rural um fenômeno recente (Cf. Suzuki, 1969, p. 212).

Com relação ao contato com a língua japonesa, podemos distinguir: o contato pela fala (uso na moradia, no serviço), pela leitura (de periódicos, livros ou revistas) e pela audição (rádio, televisão, música). Na medida em que a leitura exige maior adestramento da língua, vejamos como esta se associa com idade e geração.

A grande maioria não lê periódicos em japonês (86,8%), diminuindo a proporção com relação à leitura de livros ou revistas (56,0%). Entre os que lêem, 57,1% estão na faixa de idade superior a 50 anos com um decréscimo gradual conforme as faixas etárias diminuem, atingindo apenas 3,4% na faixa mais jovem. Com relação a livros e revistas não se observa esse decréscimo gradual. Atribuímos o fato à grande divulgação entre os jovens, das revistas em quadrinhos

(*manga*) que não exigem grande domínio da língua, não só porque o enredo é mais facilmente compreendido pelo auxílio das figuras, como porque os diálogos são apresentados nas formas mais simples de grafia (*hiragana* e *katakana*) ou, quando escritos em ideogramas, estes vêm com notações em *hiragana* ou *katakana*. Com respeito à *geração*, não se observa uma diferença significativa entre os que lêem textos escritos em japonês.

TABELA 1.28 — Distribuição de leitura de periódicos, livros/revistas por idade e geração.

		leitura de periódicos		leitura de rev., liv.		Total
		não lê	lê	não lê	lê	
I D A D E	até 29	73 (96,1)	3 (3,9)	40 (52,6)	36 (47,4)	76 (28,6)
	30~39	87 (92,5)	7 (7,4)	57 (60,6)	37 (39,4)	94 (35,3)
	40~49	62 (82,7)	13 (17,3)	45 (60,0)	30 (40,0)	75 (28,2)
	50 +	9 (42,8)	12 (57,1)	7 (33,3)	14 (66,7)	21 (7,9)
G E R A Ç Ã O	<u>nisei</u> I	135 (83,8)	26 (16,1)	89 (55,3)	72 (44,7)	161 (60,5)
	<u>nisei</u> II/III	35 (94,6)	2 (5,4)	23 (62,1)	14 (37,8)	37 (13,9)
	<u>sansei</u> / <u>yonsei</u>	61 (89,7)	7 (10,3)	37 (54,4)	31 (45,6)	68 (25,5)
Total		231 (86,8)	35 (13,1)	149 (56,0)	117 (44,0)	266 (100,0)

Entre aqueles que usam a língua japonesa na vida cotidiana, é maior o número dos que falam no local de serviço (64,3%) do que no de residência (57,5%). Em relação à *idade*, a tendência geral é de aumentar a proporção dos que falam o japonês à medida que aumenta a faixa etária dos informantes, ocorrendo, porém, uma inversão entre as faixas de até 29 anos (55,3%) e de 30 a 39 anos de idade (44,7%) entre aqueles que utilizam a língua japonesa em suas moradias (Cf. tab. 1.29).

Se o local de serviço oferece condições uniformes a todas as pessoas da amostra que sabem ou que devem usar o japonês, o

TABELA 1.29 — Distribuição de idade por uso do japonês no serviço e na moradia.

		jap. no serviço		jap. na moradia		Total
		não	sim	não	sim	
I D A D E	até 29	43 (56,6)	33 (43,4)	34 (44,7)	42 (55,3)	76 (28,6)
	30~39	33 (35,1)	61 (64,9)	52 (55,3)	42 (44,7)	94 (35,3)
	40~49	18 (24,0)	57 (76,0)	24 (32,0)	51 (68,0)	75 (28,2)
	50 +	1 (4,8)	20 (95,2)	3 (14,3)	18 (85,7)	21 (7,9)
Total		95 (35,7)	171 (64,3)	113 (42,5)	153 (57,5)	266 (100,0)

TABELA 1.30 — Distribuição de religião e geração.

		R E L I G I ã O			Total
		brasileira	japonesa	outras	
I D A D E	até 29	51 (67,1)	10 (13,1)	15 (19,7)	76 (28,6)
	30~39	76 (80,8)	3 (3,2)	15 (15,9)	94 (35,3)
	40~49	51 (68,0)	15 (20,0)	9 (12,0)	75 (28,2)
	50 +	12 (57,1)	8 (38,1)	1 (4,8)	21 (7,9)
G E R A Ç Ã O	<u>nisei</u> I	111 (68,9)	27 (16,8)	23 (14,3)	161 (60,5)
	<u>nisei</u> II/III	26 (70,3)	4 (10,8)	7 (18,9)	37 (13,9)
	<u>sânsei</u> / <u>yonseï</u>	53 (77,9)	5 (7,3)	10 (14,7)	68 (25,5)
Total		190 (71,4)	36 (13,5)	40 (15,0)	266 (100,0)

mesmo não se dá com relação aos locais de residência. Estes implicam terceiras pessoas (familiares, parentes, amigos) que podem oferecer ou não condições para o uso da língua. De fato, verificando como se distribuem aqueles que têm até 29 anos de idade e que falam o japonês em casa, 47,6% são solteiros e moram com pais japoneses, contra 19,0% de pessoas na faixa dos 30 a 39 anos nas mesmas condições. A grande incidência de pessoas jovens e solteiras que ainda convivem com pais japoneses, levando-as a utilizarem a língua japonesa na comunicação com os familiares, explica a inversão da proporção acima apontada, pois, uma vez casados, mesmo com descendentes, tende-se a uma aculturação lingüística cada vez maior em razão da possibilidade de uma inter-comunicação mais fácil pela língua portuguesa.

Quanto à *religião* (cf. tab. 1.30), a proporção dos que seguem a religião brasileira é sempre predominante em todas as faixas etárias e em todas as gerações. Constata-se, com relação à geração, que essa proporção aumenta à medida que avança a geração, isto é, encontramos maior número de religião brasileira entre as gerações mais recentes. Em contrapartida, correlacionando o fator *religião* à *idade*, a proporção de religião brasileira aumenta à medida que diminui a faixa etária, ocorrendo, entretanto, uma inversão entre a faixa dos 30 a 39 anos e a de até 29 anos. Verificando como se distribuem as ditas “religiões japonesas” (Budismo, Xintoísmo e as religiões novas) e “outras religiões” (Protestantismo, sincretismo ou nenhuma religião), constatamos que dentre as primeiras, predominam as religiões novas (60%) e dentre as últimas, predomina o número de pessoas que não professam nenhuma religião (73,3%).

Cumprе notar que, embora as “religiões novas” tenham origem japonesa, sua penetração na sociedade brasileira é grande em razão de suas características mediúnicas, bastante próximas das religiões mediúnicas brasileiras (Umbanda, Espiritismo etc.). Hoje as “religiões novas” congregam uma grande maioria de seguidores sem ascendência japonesa: cerca de 70 a 90%, conforme as seitas (Cf. Nakamaki, 1985).

O grande índice de pessoas mais jovens que não seguem nenhuma religião e que seguem uma “religião nova” explica, de um lado, a inversão da proporção de religião brasileira entre esta faixa de idade e a de 30 a 39 anos, e, de outro, a aculturação religiosa que se processa cada vez mais intensamente com o correr do tempo.

Assim vistas as principais variáveis sócio-culturais de nossos informantes, a amostra se caracteriza por uma maioria de pessoas do sexo masculino concentradas na faixa intermediária de idade (30

a 49 anos) e uma minoria de mulheres concentradas na faixa mais jovem de idade.

Os dados atestam a ocorrência de alguns fenômenos sociais como o êxodo rural e o processo de aculturação dos descendentes de japoneses no Brasil. De um lado, o aumento do grau de escolaridade que se observa numa proporção maior à medida que diminui a faixa etária, conjugado ao aumento gradual de pessoas que nasceram e viveram em zona urbana numa correlação direta à medida que diminui a faixa etária, configuram o êxodo rural em processo, de um lado, e a ascensão de *status* de outro.

Outrossim, destaca-se o processo de aculturação dos descendentes em dois domínios: na religião e na língua. O índice de descendentes que seguem o catolicismo é bastante elevado, constatando-se um aumento na proporção em que se seguem as gerações mais recentes e diminui a faixa etária. Na mesma perspectiva, o uso da língua japonesa é maior entre os descendentes mais idosos ou pertencentes às gerações mais antigas, traduzindo um afastamento gradativamente maior da língua dos pais ou dos avós, entre as gerações mais jovens. A partir de uma análise do comportamento lingüístico dos descendentes com relação às expressões de tratamento, pretendemos verificar como se processa a aculturação lingüística, quais as variáveis sócio-culturais relevantes nesse processo, sobre o que passamos a discorrer.

2.2.2 *Levantamento dos dados lingüísticos*

2.2.2.1 Metodologia e classificação dos dados lingüísticos

Os contextos de situação apresentados nas pesquisas do K.K.K., se eram próximos à realidade dos informantes no Japão, nem sempre condiziam com a realidade dos nossos informantes, de modo que os reformulamos tendo em conta as variáveis sociais essenciais do tratamento japonês (sexo, idade, hierarquia, oposição exterioridade/interioridade, intimidade), além do cuidado em dispor as 1ª, 2ª e 3ª pessoas no discurso.

Este é o modelo das situações e das falas que foram apresentadas em português, para serem reproduzidas em japonês ⁽³⁾.

(3) Tendo sido constatada a existência de informantes sem escolaridade no levantamento do perfil sócio-cultural, preparamos um texto em japonês onde as falas que deveriam ser por eles reproduzidas foram apresentadas na sua forma plana, isto é, sem nenhuma forma de tratamento. Por exemplo: "A" (*hanachite-no yūjin*) -*ga iku-to itteta. Anata-mo iku-ka* (refere-se à fala da situação I).

SITUAÇÃO I

- 1 — Os senhores vão falar com cada uma das seguintes pessoas:
 - a — seu pai
 - b — sua irmã mais velha
 - c — uma colega de serviço
 - d — um colega de serviço

- 2 — Os senhores devem passar o seguinte recado de telefone a cada uma das pessoas acima (o recado é sempre o mesmo, mudam apenas a pessoa que telefonou e a pessoa a quem será dado o recado).

1.1 — FULANO (amigo da pessoa com quem está falando) DISSE QUE VAI.

1.2 — VOCÊ TAMBÉM VAI?

SITUAÇÃO II

- 1 — Os senhores vão falar com a pessoa que lhe é imediatamente superior no trabalho (por exemplo, o chefe).

- 2 — Os senhores estão conversando com ele sobre uma pessoa que tem cargo semelhante ao dele (por exemplo, o chefe de outra seção).

2.1 — VOCÊ JÁ COMUNICOU/DISSE * A SICRANO? (a pessoa que ocupa cargo equivalente ao do seu superior imediato)

2.2 — EU JÁ TELEFONEI A SICRANO.

2.3 — SICRANO DISSE QUE VEM LOGO.

SITUAÇÃO III

- 1 — Os senhores vão falar com um cliente da empresa:
 - a — de idade mais ou menos igual à sua
 - b — mais jovem que os senhores
 - c — mais idoso que os senhores

3.1 — DESCULPE A DEMORA.

3.2 — ESSE É O SEU /DOCUMENTO/CARTÃO/*.

3.3 — VOU CHAMAR O CHEFE PARA EXPLICAR A VOCÊ.

SITUAÇÃO IV

1 — Os senhores vão falar ao telefone com seu(sua) melhor amigo(a).

4.1 — VOCÊ NÃO QUER VIR JANTAR EM CASA?

4.2 — ENCONTREI COM BELTRANO (amigo em comum dos dois) E ELE DISSE PARA IRMOS À CASA DELE.

4.3 — PAPAI MANDA LEMBRANÇAS A VOCÊ.

* Os senhores podem escolher, dentre as palavras que estão entre //, aquela que for mais fácil de utilizar.

Todas as situações prevêm o informante como emissor para verificar o uso do tratamento pelos descendentes japoneses e alguns fatores extra-lingüísticos que orientam tal uso, como segue:

1. na situação I, o fator *sexo* (pai vs. irmã, uma colega de serviço vs. um colega de serviço) e a *oposição exterioridade/interioridade* (pai, irmã vs. colegas de serviço);
2. na situação II, o fator *hierarquia* (informante vs. superior);
3. na situação III, o fator *idade* (cliente mais novo vs. cliente mais idoso);
4. na situação IV, o fator *intimidade* (o(a) melhor amigo(a)).

Temos nove interlocutores diferentes (o pai, a irmã, o colega e a colega de serviço, o chefe, três clientes de idades diferentes e o amigo) e, portanto, nove contextos de situação, onde foram estabelecidas as relações inter-individuais, com a atribuição de papéis ao informante (1ª pessoa), ao interlocutor (2ª pessoa) e a terceiros pessoas referidas no discurso.

Uma equipe de 6 pessoas, formada de alunas do Curso de Língua e Literatura Japonesa da USP e de pesquisadores do Centro de Estudos Japoneses, foi treinada para realizar as entrevistas que tiveram

lugar em salas cedidas pela empresa, para que pudéssemos obter os dados lingüísticos individualmente. Feitas as correções das falhas no preenchimento do questionário anteriormente distribuído, foram dadas as explicações gerais sobre o procedimento da entrevista. A fim de se quebrar o bloqueio que as pessoas normalmente têm por ocasião de uma entrevista e de preparar os informantes a se expressarem em japonês, esse primeiro contato foi feito, de preferência, em japonês.

Tomando-se a precaução para não predispor os 266 informantes da amostra a usos esmerados que não correspondam ao uso real do tratamento, as entrevistas foram realizadas e registradas em fitas magnéticas, no período de junho a julho de 1984 (com complementações posteriores) nos seguintes locais: sede da CAC em Jaguaré; entreposto de legumes, hortaliças e frutas no CEAGESP; entreposto da Cantareira; supermercado de Pinheiros; Distribuidora da Água Funda; Distribuidora de Pinheiros e Granja Moinho Velho (km 27 da Via Raposo Tavares).

De acordo com a pessoa a quem e por quem é atribuída uma expressão de tratamento, ela pode ser reconhecida como sendo de respeito ou de modéstia. Há, no entanto, vários graus de tratamento, desde a mais simples reverência até à mais alta demonstração de respeito que podem ser sentidos ou percebidos por quem ouve suas formas lingüísticas de expressões. A língua japonesa conta com um número limitado, porém extenso, dessas formas que podem ser combinadas de inúmeras maneiras e que, se podem ser interpretadas subjetivamente como a manifestação desta ou daquela consideração, não bastam para avaliar a correlação entre as variáveis lingüísticas e as sócio-culturais do tratamento. Diante da necessidade de se quantificar as expressões de tratamento observadas, K.K.K. procedeu à sua análise e classificação estabelecendo alguns parâmetros.

Para se estabelecer os graus de tratamento das formas registradas, K.K.K. não distinguiu as três categorias tradicionais do tratamento (*sonkeigo* “expressões de respeito”, *kenjôgo* “expressões de modéstia” e *teineigo* “expressões de polidez”), mas considerou-as em conjunto no discurso, enfocando seu grau de consideração ou de polidez *lato sensu*. Para tanto, deu-se maior atenção às formas apresentadas no final de cada discurso (Vide nota 1, p. 99) sem perder de vista a harmonia dos tratamentos apresentados, ou seja, uma forma de alta polidez só será assim considerada desde que, ou outras formas complementares que lhe sirvam de apoio estejam presentes, ou ainda, desde que não haja outras formas que se oponham a ela invalidando-a. Assim, por exemplo, discursos com *degozaimasu* (*teineigo* “expressões de polidez” mais elevada) só foram considerados da mais alta polidez desde que também apresentassem outras expressões de polidez como *masu* ou *desu*. Diante de tal perspectiva, os discursos registrados em 1972 foram classificados em cinco níveis de tratamento, numa ordem decrescente de grau de tratamento que vai do grau I (mais polido) ao grau V (menos polido).

As formas lingüísticas, embora sejam em número limitado, comportam inúmeras formas de combinatórias que tornam impossível medir o grau de tratamento por um critério fixo e único. Apresentamos, a seguir, as formas que serviram de critério de classificação desses graus nos discursos observados no Japão.

Grau I — foram assim classificados os discursos com:

1. *(de)gozaimasu*, exceto expressões padronizadas como *arigatô gozaimasu*;
Apesar de registrarem *degozaimasu*, se não houver nenhuma outra forma de polidez *masu* ou *desu*, passam ao grau II.
2. *desu* e *masu* conjugados;
3. *itadaku* + *masu* acompanhando *osoreirimasuga* ou *sumimasenga*;
4. *o* ~ *ninaru* combinados com *desu*, *masu*, *itadaku*, *irassharu*;
5. *o* ~ *dewanaidesuka*, *o* ~ *kudasaimasenka*.

Grau II — discursos com:

1. só *itadaku* + *masu* sem *osoreirimasuga* ou *sumimasenga*;
2. *osoreirimasuga* ou *sumimasenga* + *kudasaru*, *morau*, *yoroshii* acompanhados de *masu* ou *desu*;
3. *~te o* ~ *ninaru*, *~teorareru*, *~teirassharu*, *~teikareru* mais *desu* ou *masu*;
4. *o* ~ *ninattekudasai* (se houver, porém, outra expressão de polidez, passa ao grau I);
5. *~nasatta*, *~reru/rareru* mais *desu* ou *masu*;
6. *~tekudasaimasenka*, *mairimasu*, *o* ~ *itasu*;
7. *môshiageru* (sem outra expressão de polidez, passa para o grau III);
8. *watakushi*.

Grau III — discursos com:

1. *sumimasen* mais *kureru*, *hoshii*, *morau* acompanhado de *desu* ou *masu*;
 2. *sumimasen* mais *kudasai*;
- o* ~ *shita*, *desu*, *masu* combinados com *kudasai*, *itadakimasu*, *onegaishimasu* ou *tanomimasu*;

4. *o ~ desu, o ~ masu, o ~ kudasai, o ~ dekimasuka, o ~ negaimasu, itashimasu;*
5. apenas um *desu* ou *masu*, mas combinados com *~de, ~kedo, ~kara, ~ga;*
6. com mais de dois *masu* ou *desu*;
7. *yoroshiideshôka, dochiradeshôka.*

Grau IV — discursos com:

1. apenas um *desu* ou *masu*;
2. *kudasai, chôdai* sem *desu, masu*;
3. somente *sumimasen*;
4. *~ janaikashira, o ~ nasai, yokattara dôzo;*
5. *~reru/rareru, o ~* sem *desu* ou *masu*.

Grau V (menos polido) — discursos:

1. sem *desu* ou *masu*;
2. que começam com *sumimasenkedo, waruikedo*, mas que não apresentam *desu* ou *masu*.

Com relação às formas lingüísticas observadas no nosso levantamento (registradas em fitas magnéticas e transcritas em fichas), elas foram oralmente reproduzidas por uma pessoa da equipe para serem por nós classificadas. Em razão das diferenças do comportamento lingüístico dos entrevistados nos levantamentos feitos em Okazaki e em São Paulo, bem como dos contextos de situação apresentados, as formas lingüísticas utilizadas como critério de classificação nem sempre foram idênticas. Procuramos estabelecer um paralelo com a classificação estabelecida pelo K.K.K., como segue:

Grau I

a) formas também observadas no Japão:

1. *(de)gozaimasu*, acompanhado de outras expressões de polidez (*masu, desu*); quando não, passa ao grau II;
2. *masu* e *desu* conjugados;
3. *o ~ ninaru* combinados com *masu, desu*.

b) formas observadas apenas em São Paulo:

1. *o ~ teitadaku* acompanhado de outras expressões de polidez (*masu, desu*);

2. *~saseteitadaku* acompanhado de outras expressões de polidez (*masu, desu*);
3. *sumimasen + desu*, conjugado com *o ~ itashimasu*;
4. *dômo môshiwakearimasen* acompanhado de outras expressões de polidez (*masu, desu*).

Grau II

- a) formas observadas também no Japão:
 1. *irassharu, ossharu* acompanhadas de *masu*;
 2. *môshiageru*, acompanhado de *masu/desu*; sem outra expressão de polidez, passa ao grau III;
 3. *o ~ tekudasai* acompanhado de outras expressões de polidez;
 4. *~reru/rareru*, acompanhados de *masu* e/ou *desu*;
 5. *watakushi, otaku*;
 6. *mairimasu*.
- b) formas observadas apenas em São Paulo:
 1. *o ~ itasu* combinado com outras expressões de polidez;
 2. *môshiwakearimasen* com outras expressões de polidez.

Grau III

- a) formas observadas também no Japão:
 1. *sumimasen. + kudasai*;
 2. *itashimasu, itadakimasu, o ~ masu, o ~ desu, o ~ kudasai* sem outras expressões de polidez;
 3. apenas um *desu* ou *masu*, mas combinados com *~ ga, kedo, ~ kara*;
- b) formas observadas apenas em São Paulo:
 1. *irasshai*;
 2. *~reru/rareru + desu* ou *masu*, mas termina o discurso sem tratamento;

Grau IV

- a) formas observadas também no Japão:
 1. apenas um *masu* ou *desu*;
 2. *kudasai, chôdai* sem *masu* ou *desu*;

3. somente *sumimasen*;
4. *~reru/rareru* sem *desu* ou *masu*;

b) forma observada apenas em São Paulo:

uso de *masu* ou *desu* em outras partes do discurso, porém terminando com *tai* ou *takunai*.

Grau V

As mesmas formas observadas também no Japão:

1. sem *desu* ou *masu*;
2. só *sumimasen* sem apresentar outras formas de polidez.

De acordo com o registro das formas lingüísticas acima arroladas, cada discurso produzido pelos informantes foi classificado em um dos 5 graus, para que cada informante fosse classificado segundo seu grau de desempenho do tratamento, conforme veremos adiante (pp. 135-136). Assim, por exemplo, o discurso **Omatase-o ita shimashi ta... Kore-wa otaku-no techô-degozaimasu**. “Chefe”-o **otaku-ni setsumeisuruyô-ni yobimasu** (referente à situação III, cujo interlocutor é um cliente de idade equivalente à do informante — informante nº 60) recebeu grau I de tratamento porque:

1. registrou a forma *degozaimasu* (relativa ao grau I);
2. registrou outras formas de tratamento que a complementam: *o ~ itashimasu, otaku* (relativos ao grau II) e a expressão de polidez *masu* no fim do discurso.

Da mesma forma, foram considerados:

Grau II:

Kaichôsan-ni hôkokusaremashita-ka. *Boku-wa mô denwa-o iremashitakedo, kaichô-wa sugu korareru* só **desu** (referente à situação II — informante nº 313), porque registrou *re + masu, re + desu* (relativos ao grau II) e outras formas complementares de tratamento como *kaichôsan* e *masu*.

Grau III:

Sachikosan-ga ashita Expo Japão-Brasil-ni ikuyô-ni natteimasuga onêsan-mo ikimasuka (referente à situação I, na fala dirigida à irmã mais velha — informante nº 93), porque registrou *masu + ga* (relativo ao grau III), além de um outro *masu*.

Grau IV:

Katôsan-ga ikutte itta. Otôsan ikimasu-ka (referente à situação I, na fala dirigida ao pai — informante nº 79) por ter registrado apenas um *masu*.

Grau V:

Anata-wa uchi-ni tabe-ni kuru? Anô, Takano-ni “encontra” shita. Watashitachi-ni Takano-no ie-ni ikuyô-ni itta. “Papai”-ga yoroshiku itta (referentes à situação IV — informante nº 90), por não ter registrado nenhuma forma de tratamento.

2.2.2.2. Análise dos dados lingüísticos

Embora os discursos tenham sido elaborados com termos de uso corrente, registrou-se um fato particular ao Brasil, que é o emprego de termos do português nos discursos em japonês, fenômeno que encontramos mesmo entre os imigrantes. A incidência maior foi em nomes (chefe, papai, documento, você, o senhor etc.), seguidos de verbos (convidar, demorar, encontrar etc., usados em combinação com o verbo *suru* “fazer”: *convidasuru*, *encontrashita*, *demorashite* etc.), com alguns poucos advérbios e preposições (também, já, para etc.).

São três as formas de interferência do português que foram registradas:

1. presença de vocábulos do português dentro da estrutura sintática japonesa (a forma mais freqüente):

Kore-ga anata-no documento-desu “este é o seu documento”

Você-mo iku-no? “você também vai?”

Paulo-ni encontrashita “encontrei com Paulo”

2. apenas a estrutura sintática é japonesa, com a quase totalidade de vocábulos do léxico português:

Chefe-ga para o senhor explicasuru “o chefe explicará ao senhor”

3. tanto a estrutura sintática, quanto a maioria dos vocábulos empregados fazem parte do sistema da língua portuguesa, com inclusão de apenas um ou outro termo japonês:

Você também iku? “você também vai?”

Dado que o nosso objetivo é analisar o emprego do tratamento japonês, tais vocábulos foram considerados apenas na medida em que se relacionam com o tratamento. Não há diferença em termos de tratamento, por exemplo, entre “*explica*”*suru* e *setsumeisuru* “expli-

car” (na forma plana, sem tratamento), pois os verbos em português não têm formas correspondentes de tratamento, a não ser perífrases ou determinados tempos verbais (futuro do pretérito, em lugar do presente). Os verbos japoneses não comportam a noção de modo ou de tempo de maneira que, ao se servirem do verbo *suru* na formação de um termo híbrido, os imigrantes empregaram a forma que, na nossa opinião, lhes era mais familiar — a 3ª pessoa do singular do presente do indicativo — por ser a forma que mais comumente lhes era dirigida. Para os imigrantes, *explica* corresponde, portanto, à forma impessoal de expressar a idéia de “explicar”, havendo uma equivalência entre “*explica*”*suru* e *setmeisuru*, e assim em todas as formas verbais compostas de português + japonês. Foram, naturalmente, consideradas polidas as expressões a que se juntaram outras partículas de tratamento como em “*explica*”*sareru*, “*explica*”*shimasu* e outras.

Seguimos o mesmo critério com outros vocábulos observados, exceto *senhor* no seu emprego pronominal uma vez que, mesmo no português, constitui um pronome de tratamento. Assim, para classificar os graus de tratamento, não se levou em conta a presença ou não de vocábulos em português a não ser *senhor* que, conquanto não tivesse servido de critério principal, utilizamos como instrumento para medir o grau de tratamento de cada discurso. Assim, por exemplo, o registro de apenas um *masu* ou *desu* (“expressões de polidez”) equivale ao grupo IV; a presença de mais de uma expressão de polidez num único discurso corresponde ao grupo III. Nessa perspectiva, consideramos o registro de uma expressão de polidez conjugado ao uso de *senhor* equivalente à ocorrência de duas expressões de polidez, enquadrando tal discurso, portanto, no grupo III.

Para analisar a correlação entre as variáveis sócio-culturais e as lingüísticas, classificamos os informantes segundo o seu desempenho do tratamento (de que trataremos em seguida) em 5 grupos: primeiro grupo, de pessoas que distinguem e empregam os mais altos tratamentos, até o quinto grupo, dos que desconhecem ou que praticamente não usam o tratamento. A proporção do emprego do português aumenta à medida que decresce o uso ou a distinção do tratamento: 76,7% de informantes do primeiro grupo empregam o português, 85,4% do segundo grupo e 94,4% do terceiro, para atingir os 100% nos dois últimos grupos, isto é, todos os que têm fraco domínio do tratamento utilizam, de alguma forma (sintática ou lexicalmente), o português em seus discursos. Se considerarmos o termo *papai* como uma forma adquirida em criança e utilizada normalmente na vida cotidiana para se dirigir diretamente ao pai (situação I) ou a ele se referir em falas a pessoas íntimas (situação IV), e, portanto, já assimilado como um idioleto, houve três pessoas no primeiro grupo e dois no segundo que, quando utilizaram o português, fizeram-no através de *papai*. Subtraídos esses casos, a incidência de uso do português cai para 67% no primeiro grupo e para 81,8% no segundo.

Cumprе acrescentar que não só aumenta o número de pessoas que usam o português à medida que decresce o desempenho do tratamento, como também aumenta o número dos vocábulos em português empregados. Restrito a alguns poucos nomes (chefe, papai, você, documento, janta e senhor) e verbos (confirmar, convidar, demorar, encontrar e passear) no primeiro grupo, esse número triplica nos dois últimos grupos, onde são encontrados discursos em que apenas a estrutura frasal é japonesa, com quase a totalidade dos termos emprestados do português.

Outro fenômeno encontrado com freqüência entre os descendentes e mais difícil de ser visto no Japão foi a incapacidade de discernir o emprego de *kenjôgo* “expressões de modéstia”. A modéstia deve ser usada pelo locutor para a 1ª pessoa ou para as pessoas, coisas ou fatos do seu universo pessoal em oposição ao dos outros, mas registramos seu uso para terceiras pessoas superiores. Por exemplo: *Paulosan, Waltersan-ni hanashitekureta?* “Sr. Paulo, (você) telefonou ao sr. Walter?” (situação II, informante nº 119). O verbo auxiliar de benefício *tekureru* (*hanashitekureta*) implica que a ação é praticada *para mim*; não constitui um verbo de modéstia propriamente dito, mas conota a idéia de “alguém praticar uma ação em meu favor”. No caso, quem telefona é o superior imediato do locutor (ex: chefe), para uma terceira pessoa de mesma hierarquia (ex: chefe de outra seção), não cabendo, portanto, *tekureru* que faz com que *Paulosan* (superior) tenha telefonado, pelo emissor ou em nome do emissor (inferior), a *Waltersan*. Quando um superior pratica uma ação pelo emissor inferior, cabe a este recebê-la com reservas utilizando o auxiliar de benefício de modéstia *tekudasaru* em lugar de *tekureru*. De um modo geral, é mais complexo o uso das expressões de modéstia pois elas constituem uma forma indireta do emissor expressar o respeito por alguém, por intermédio de uma outra pessoa. Embora os descendentes do Brasil as reconheçam como uma forma respeitosa de tratamento, muitos as empregam erroneamente. O mau uso das expressões de modéstia foram computados como desvio de uso, aumentando a nota atribuída a cada discurso em 1 ponto, o que equivale a um decréscimo do grau de tratamento, como veremos a seguir. Cumprе notar que levamos em consideração não apenas o grau de tratamento utilizado (como no Japão), mas também o grau de conhecimento e discernimento do uso das formas de tratamento.

2.2.3. Associação entre as variáveis sócio-culturais e lingüísticas

Duas são as relações que a linguagem de tratamento pode ter com as variáveis sócio-culturais:

1. relação com as condições sociais ou culturais de seus usuários que concorrem para o uso do tratamento (ex.: se os homens usam melhor o tratamento do que as mulheres), que denominaremos *variáveis sócio-culturais do emissor*;

2. relação com os fatores sócio-culturais levados em consideração na atribuição de um tratamento, de acordo com o contexto em que se insere (ex.: se uma mesma pessoa distingue o tratamento a ser atribuído a homens e a mulheres), que denominaremos *variáveis contextuais do tratamento*.

Ocupar-nos-emos nesta parte do trabalho em verificar esses dois aspectos em contraste com o que se verificou no Japão, a partir da análise dos dados lingüísticos levantados, e extrair algumas conclusões sobre a interação língua e meio.

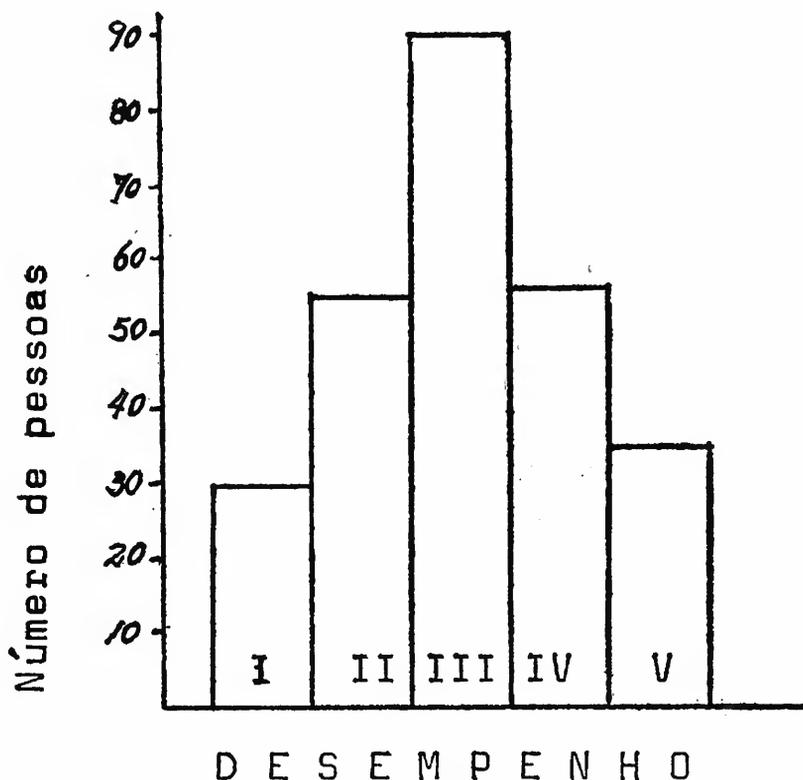
A fim de se estabelecer a associação entre as variáveis sócio-culturais e os dados lingüísticos, efetuamos uma classificação dos informantes segundo seu nível de desempenho do tratamento japonês de acordo com os valores atribuídos aos discursos de cada situação apresentada. Seguindo os critérios de que tratamos anteriormente (Vide pp. 129-131) atribuímos notas de 1 (melhor desempenho) a 5 (pior desempenho) a cada discurso ocorrido. O mínimo e o máximo de pontos previsíveis seriam, respectivamente, 9 (desde que o informante utilizasse formas do mais alto tratamento em todas as nove situações) e 45 pontos (desde que só se registrassem apenas formas sem tratamento). Os pontos totalizados, entretanto, variaram de 18 a 45 pontos⁽⁴⁾ em razão de situações que dispensam o tratamento (situação IV) ou que implicam tratamentos leves (situação I e situação III, na fala dirigida a clientes mais jovens que os informantes). De acordo com o total de pontos obtidos, os informantes foram classificados pela distribuição de frequência, em 5 grupos que assim podemos caracterizar:

1. Grupo I (30 pessoas: 18 a 22 pontos) — grupo daqueles que sabem usar tanto o tratamento do enunciado (respeito e modéstia) quanto o da enunciação (polidez); dentre os tratamentos do enunciado, utilizam o *respeito* com correção, embora nem sempre ocorra o mesmo com a *modéstia*;
2. Grupo II (55 pessoas: 23 a 29 pontos) — grupo dos que empregam algumas expressões de respeito e, mimimamente, o tratamento ao interlocutor (da enunciação) em todas as situações;
3. Grupo III (90 pessoas: 30 a 36 pontos) — grupo dos que sabem usar apenas a polidez ao interlocutor (tratamento da enunciação), embora nem sempre a empreguem;

(4) Seguindo o critério adotado pelo K.K.K., quando não pudemos obter do informante a forma lingüística relativa a determinada situação, substituímos pelo valor médio obtido por aquela situação em toda a amostra, para evitar que a atribuição da nota zero diminuísse a soma total de pontos, classificando-o num grupo de desempenho mais esmerado.

4. Grupo IV (56 pessoas: 37 a 42 pontos) — sabem usar a polidez, mas boa parte dos discursos se apresentam sem tratamento;
5. Grupo V (35 pessoas: 43 a 45 pontos) — grupo daqueles que praticamente desconhecem qualquer forma de tratamento e que apresentam, com freqüência, termos e até mesmo a sintaxe do português.

FIG. 3.1 — Distribuição de freqüência.



Assim classificados os informantes em cinco categorias conforme o grau de desempenho do tratamento, propomo-nos a analisar o nosso material em contraste com os resultados obtidos pelo K.K.K., associando os graus de desempenho às variáveis sócio-culturais do emissor e às variáveis contextuais do tratamento.

2.2.3.1. Variáveis sócio-culturais do emissor e o tratamento

Aplicado o teste de contingência à amostra obtida pelo K.K.K., sexo e escolaridade resultaram como os fatores que mais influem no tratamento. Contrariando a idéia corrente de que os jovens de hoje não sabem usar o tratamento, a idade resultou no fator menos significativo, embora apresente uma tendência geral a um melhor desempenho conforme aumente a faixa etária.

TABELA 3.1 — Média e distribuição de desempenho por sexo - Japão (5).

sexo	d e s e m p e n h o					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
masculino	9 (5,4)	23 (13,8)	40 (23,9)	45 (26,9)	50 (29,9)	167 (41,7)	3,62
feminino	36 (15,4)	63 (27,0)	81 (34,8)	37 (15,9)	16 (6,9)	233 (58,2)	2,72
Total	45 (11,2)	86 (21,5)	121 (30,2)	82 (20,5)	66 (16,5)	400 (100,0)	3,09

Calculada a média dos graus de desempenho por sexo ($\bar{X} = \frac{\Sigma X}{N}$),

a média obtida pelas mulheres (2,72) é inferior à média geral (3,09), enquanto os homens apresentam uma média (3,62) superior, não só em relação às mulheres, como também à média geral. As mulheres usam mais formas de tratamento do que os homens e sua linguagem é, portanto, mais polida e mais cuidada (6).

Conforme se verifica na Fig. 3.2, os homens e as mulheres se distribuem de formas totalmente diversas. As mulheres apresentam uma curva semelhante à da totalidade da amostra, com maior concentração no grupo médio de desempenho (34,8% no grupo III) e com uma freqüência superior à média geral nos grupos mais polidos (I e II) e inferior nos grupos menos polidos (IV e V). Em contrapartida, maior freqüência de homens se verifica no grupo com o menor uso de tratamento (grupo V = 26,9%), diminuindo à medida que se eleva o grau de desempenho, até chegar a apenas 5,4% no grupo I. As mulheres são, portanto, sempre mais polidas do que os homens.

(5) Os discursos foram classificados em cinco categorias, numa ordem crescente de numeração ou notas, à medida que diminuía a carga de tratamento (discurso 1 = discurso com a maior polidez *lato sensu*, discurso 5 = discurso sem tratamento). Ao classificar os informantes por grau de desempenho pela somatória das notas atribuídas, porém, K.K.K. inverteu a ordem, que ficou: grupo I = grupo dos que apresentam o grau mais fraco de desempenho e grupo V = grupo dos que melhor usam o tratamento. Mantivemos, entretanto, a seqüência obedecida na classificação dos discursos para seguir um critério único (números menores implicam melhor desempenho), de modo que a disposição das tabelas e os números apresentados pelo K.K.K. foram corrigidos.

(6) Uma vez que nas pesquisas do Japão não foi feita a distinção entre expressões de respeito (*sonkeigo*), de modéstia (*kenjôgo*) e de polidez (*teineigo*), usaremos *polidez* no seu sentido amplo de consideração ou de atenção no tratar as pessoas. Para se referir a *teineigo*, a forma lingüística que expressa o tratamento do enunciatador ao enunciatário, traduziremos por "expressão de polidez".

FIG. 3.2 — Distribuição por grau de desempenho e sexo - Japão.

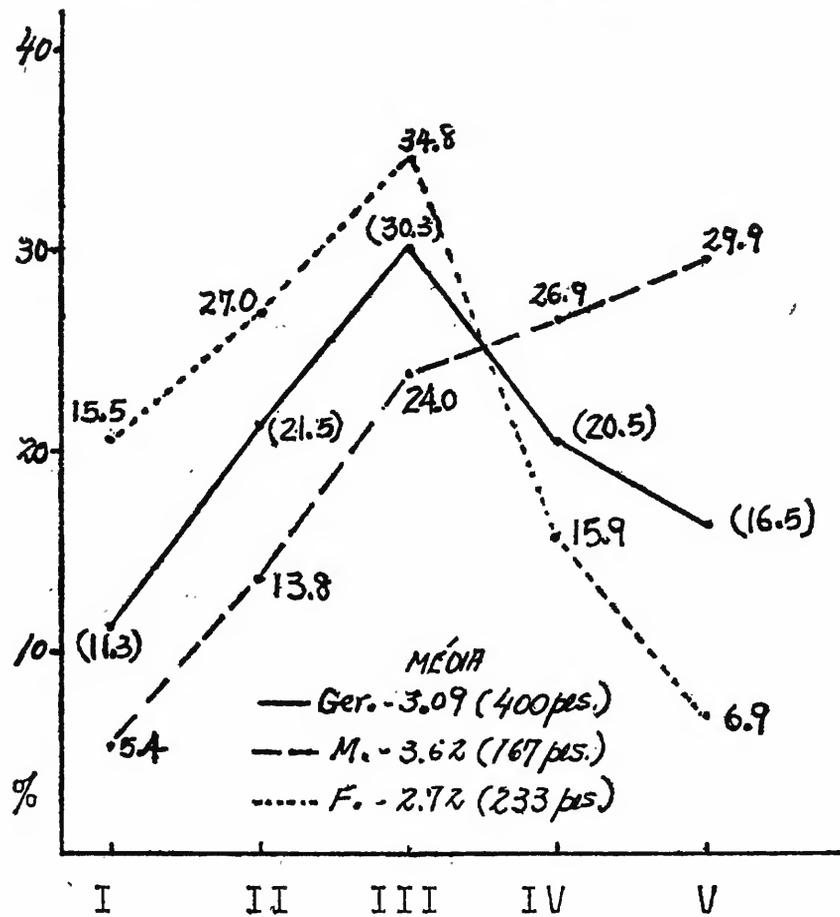


FIG. 3.3 — Distribuição por desempenho e escolaridade (homem) - Japão.

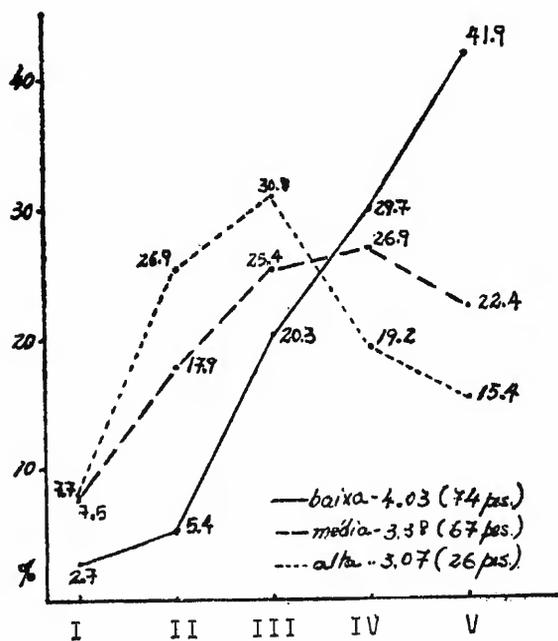


FIG. 3.4 — Distribuição por desempenho e escolaridade (mulher) - Japão.

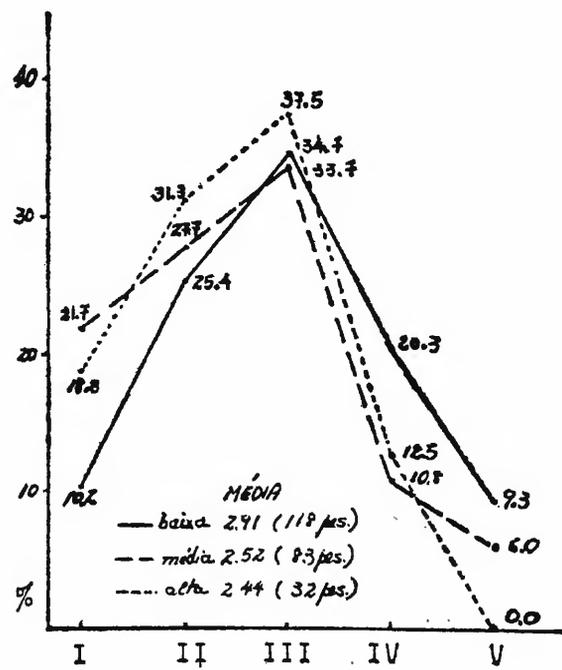


TABELA 3.2 — Média de desempenho por escolaridade e sexo - Japão.

escolaridade	s e x o		Geral
	masculino	feminino	
Baixa	4,03	2,91	3,35
Média	3,38	2,52	2,90
Alta	3,07	2,44	2,72

Em ambos os sexos, quanto maior a escolaridade, melhor é o uso do tratamento, com diferença mais acentuada entre os homens. A incidência muito reduzida de homens no grupo I (melhor desempenho: 2,7%) e muito elevado no grupo V (pior desempenho: 41,9%) influem sobremaneira na irregularidade da curva da figura 3.2. Em todos os níveis de escolaridade, as mulheres continuam sendo mais polidas em relação à média, e, os homens, sempre menos polidos.

TABELA 3.3 — Média de desempenho por faixa etária e sexo - Japão.

idade	s e x o		Geral
	masculino	feminino	
até 29	3,76	2,93	3,29
30 - 39	3,38	2,73	3,00
40 - 49	3,66	2,57	3,13
50 +	3,40	2,45	2,83

Com relação à *idade*, variável com menor grau de dependência com o bom uso do tratamento, a faixa mais jovem e a mais velha têm, respectivamente, o mais fraco e o melhor desempenho. No entanto, há uma inversão entre as faixas dos 30 a 39 anos e dos 40 e 49 anos de idade, resultando na sua distribuição anormal entre os homens. As mulheres obtiveram em todas as faixas etárias, médias melhores do que a média da amostra (3,09), confirmando os dados obtidos no tocante ao fator *sexo*, e com melhor desempenho à medida que avança a idade.

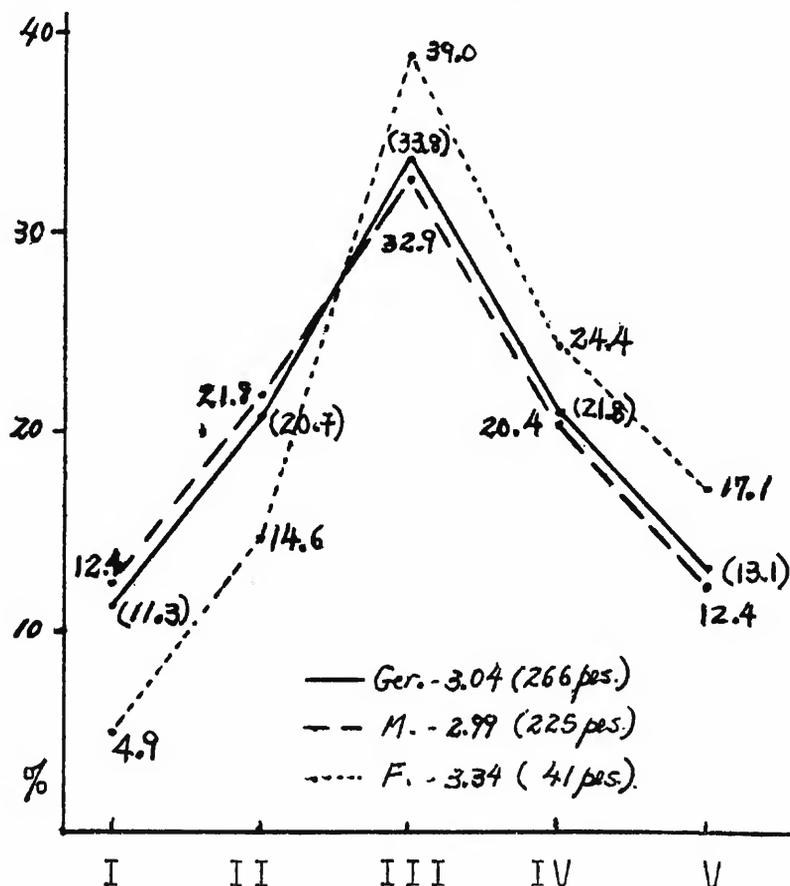
Comparando esses dados com os apresentados por nossa amostra, ao contrário do que ocorreu no Japão, os homens apresentam uma média de desempenho (2,99) inferior à média geral (3,04) e à das mulheres (3,34), isto é, utilizam melhor o tratamento do que as mulheres. No entanto, nada se pode afirmar com segurança a respeito da população de descendentes falantes da língua japonesa em

geral, uma vez que aplicado o teste de significância X^2 , sexo e grau de desempenho não resultaram variáveis dependentes. Com efeito, a amostra apresenta uma distribuição anormal de sexo, com uma grande maioria de homens (cerca de 84,6% contra 15,4% de mulheres; cf. p. 111), enquanto aumenta consideravelmente a proporção das mulheres na faixa até os 29 anos de idade (65,8% contra 21,8% de homens; cf. p. 116).

TABELA 3.4 — Distribuição e média de desempenho por sexo.

sexo	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
masculino	28 (12,4)	49 (21,8)	74 (32,9)	46 (20,4)	28 (12,4)	225 (84,6)	2,99
feminino	2 (4,9)	6 (14,6)	16 (39,0)	10 (24,4)	7 (17,1)	41 (15,4)	3,34
Total	30 (11,3)	55 (20,7)	90 (33,8)	56 (21,0)	35 (13,1)	266 (100,0)	3,04

FIG. 3.5 — Distribuição por desempenho e sexo.



Calculado o coeficiente de contingência V de Cramér, constituem variáveis dependentes do desempenho do tratamento, em ordem decrescente: *idade*, *leitura de livros e/ou revistas*, *uso do japonês* (no local de serviço, na associação e no local de moradia), *geração* e *escolaridade*. Excetuando-se as variáveis *leitura em japonês* e *uso da língua japonesa falada* — que não têm sentido de serem levantadas no Japão, uma vez que, em princípio, todos lêem e falam o japonês — e, *geração* — que só pode ser levantada junto à colônia japonesa no Brasil — *idade* e *escolaridade* figuram, respectivamente, como as variáveis mais e menos dependentes do desempenho do tratamento. Observa-se uma inversão com relação às variáveis sociais de significância verificadas no Japão, onde a *escolaridade* prevaleceu, seguindo de perto o *sexo* (o fator predominante, conforme vimos), figurando por último a *idade*.

Analisando-se essas variáveis dependentes do desempenho do tratamento, podemos destacar o que se segue.

TABELA 3.5 — Distribuição e média de desempenho por idade.

idade	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
até 29	2 (2,6)	5 (6,6)	25 (32,9)	25 (32,9)	19 (25,0)	76 (28,6)	3,71
30 - 39	6 (6,4)	23 (24,5)	34 (36,2)	18 (19,1)	13 (13,8)	94 (35,3)	3,09
40 - 49	13 (17,3)	24 (32,0)	27 (36,0)	9 (12,0)	2 (2,7)	75 (28,2)	2,51
50 +	9 (42,8)	3 (14,3)	4 (19,0)	4 (19,0)	1 (4,8)	21 (7,9)	2,28
Total	30 (11,3)	55 (20,7)	90 (33,8)	56 (21,0)	35 (13,1)	266 (100,0)	3,04

Observa-se um melhor desempenho do tratamento à medida que aumenta a idade: as pessoas até a faixa dos 39 anos discernem menos do que a média dos informantes o seu uso (médias de desempenho superior à média geral 3,04), passando a usá-lo gradativamente melhor a partir da faixa dos 40 anos. A proporção dos que distinguem e usam mais tratamentos lingüísticos (grupo I) entre as pessoas acima de 50 anos atinge um percentual bem superior (42,8%) à média deste grupo (11,3%). Em contrapartida, a concentração de pessoas que desconhecem o uso de qualquer de suas formas se dá na faixa até os 29 anos, diminuindo consideravelmente à medida que avança a idade. Observa-se, ainda, que todos os que têm mais de 50 anos de idade, bem como a quase totalidade dos que têm de 40 a 49 anos (90,7%) são *nisei*.

FIG. 3.6 — Distribuição do desempenho por idade.

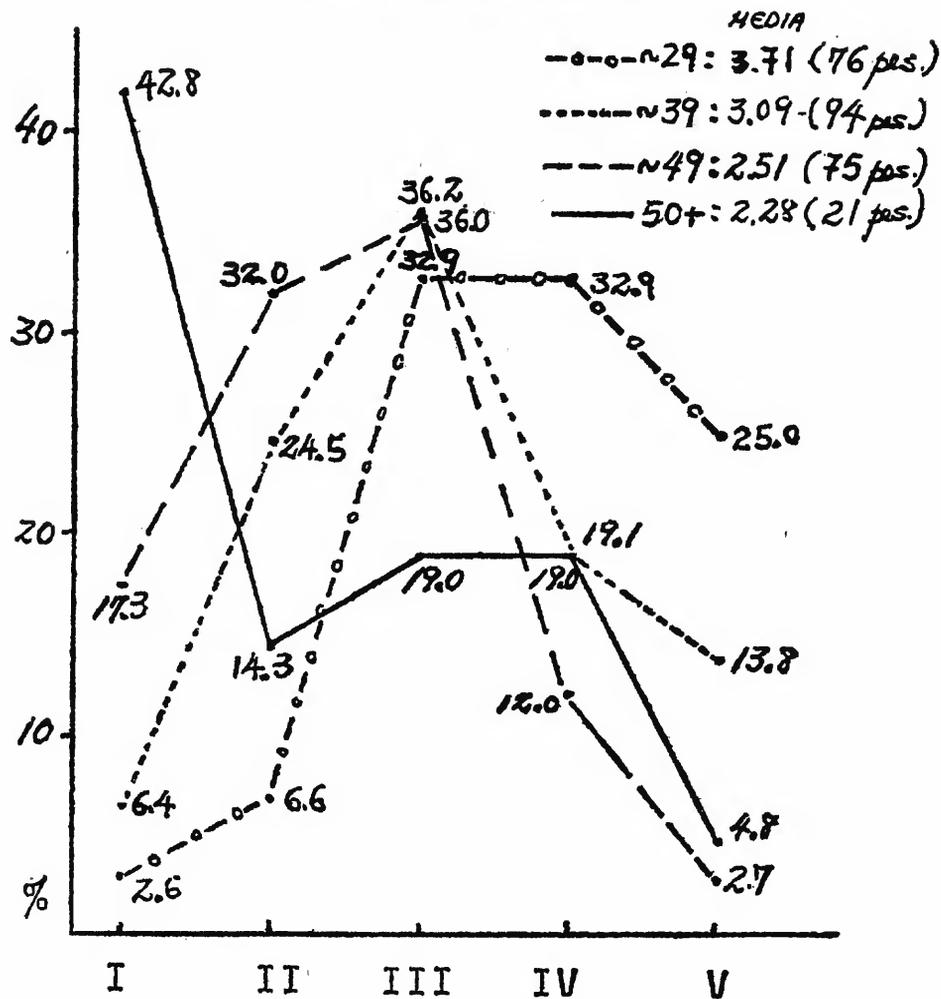


TABELA 3.6 — Distribuição e média de desempenho por leitura.

leitura	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
não	11 (7,4)	31 (20,8)	48 (32,2)	27 (18,1)	32 (21,5)	149 (56,0)	3,25
sim	19 (16,2)	24 (20,5)	42 (35,9)	29 (24,8)	3 (2,6)	117 (44,0)	2,77

TABELA 3.7 — Distribuição e média de desempenho por uso do japonês no serviço.

japonês	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
não	6 (6,3)	13 (13,7)	31 (32,6)	22 (23,1)	23 (24,2)	95 (35,7)	3,45
sim	24 (14,0)	42 (24,5)	59 (34,5)	34 (19,9)	12 (7,0)	171 (64,3)	2,81

TABELA 3.8 — Distribuição e média de desempenho por uso do japonês na associação.

japonês	d e s e m p e n h o					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
não	2 (6,1)	8 (24,2)	9 (27,3)	6 (18,2)	8 (24,2)	33 (28,7)	3,30
sim	15 (18,3)	21 (25,6)	26 (31,7)	18 (21,9)	2 (2,4)	82 (71,3)	2,65
Total	17 (14,8)	29 (25,2)	35 (30,4)	24 (20,9)	10 (8,7)	115 (100,0)	2,49

TABELA 3.9 — Distribuição e média de desempenho por uso do japonês na moradia.

japonês	d e s e m p e n h o					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
não	7 (6,2)	20 (17,7)	38 (33,6)	24 (21,2)	24 (21,2)	113 (42,5)	3,34
sim	23 (15,0)	35 (22,9)	52 (34,0)	32 (20,0)	11 (7,2)	153 (57,5)	2,92

Outro fator que surge com destaque é o contato com a língua: leitura de livros em japonês, uso do japonês no serviço e na vida associativa. Aqueles que lêem livros ou revistas em japonês apresentam uma média de desempenho melhor (2,77) do que os que não lêem (3,25), com uma proporção superior à da amostra no grupo de bom desempenho (16,2% no grupo I) e bem inferior no de fraco desempenho (2,5% no grupo V).

Com relação ao uso da língua japonesa falada, quem a utiliza cotidianamente (em casa, no local de serviço, na vida associativa de que participa) sempre sabe distinguir melhor o tratamento do que aqueles que utilizam somente o português. A média de desempenho dos que falam o japonês é inferior à média da amostra (e, portanto, têm melhor desempenho), com exceção dos que usam o japonês na associação que freqüentam, cuja média é inferior apenas em relação às pessoas que não falam o japonês. Da mesma forma, a proporção dos que falam o japonês no grupo I é sempre superior à da totalidade da amostra, como o é a proporção ds que não falam

o japonês entre os que se enquadram no grupo do mais fraco desempenho do tratamento (grupo V).

Esse quadro, conjugado ao que se observou na correlação entre *idade* e *desempenho*, confirma o fenômeno da aculturação lingüística a que nos referimos anteriormente (pp. 123-124), pois a amostra constata um melhor desempenho do tratamento à medida que aumenta a idade, e, como vimos, quanto maior a idade, maior o contato com a língua japonesa, seja na sua forma escrita, seja na falada.

TABELA 3.10 — Distribuição e média de desempenho por geração.

geração	d e s e m p e n h o					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
nisei I	26 (16,1)	40 (24,8)	57 (35,4)	23 (14,3)	15 (9,3)	161 (60,5)	2,76
nisei II/III	2 (5,4)	7 (18,9)	13 (35,1)	9 (24,3)	6 (16,2)	37 (13,9)	3,27
sansei/yonsei	2 (2,9)	8 (11,8)	20 (29,4)	24 (35,3)	14 (20,6)	68 (25,6)	3,59

Com relação à geração, *nisei* filhos de imigrantes chegados depois da idade escolar são os únicos que têm um desempenho acima da média, decrescendo progressivamente para *nisei* II/III (cujos pais, ou um deles, tenham chegado antes da idade escolar) e *sansei/yonsei* (filhos de pais, respectivamente, *nisei* e *sansei*). Comparando as médias de desempenho obtidas em cada geração, verificamos que a diferença entre *nisei* II/III e *sansei/yonsei* é menor do que entre *nisei* I e *nisei* II/III. Estes últimos não só apresentam um comportamento do tratamento mais próximo de *sansei/yonsei*, bem como suas distribuições por faixa etária configuram-se similares (p. 119): maior concentração nas faixas mais jovens, diminuindo à medida que aumenta a idade. Vale dizer que imigrantes chegados antes da idade escolar são, culturalmente falando, mais “*nisei*” do que propriamente “*issei*”. Seus filhos nascidos e criados no Brasil são mais identificados com descendentes da terceira geração (*sansei*) do que com aqueles que convencionamos denominar *nisei* I (filhos de pais imigrados depois da idade escolar). Considerando, portanto, *nisei* II/III e *sansei/yonsei* como um grupo, sua média de desempenho perfaz 3,48 contra 2,76 de *nisei* I. Assim distintos em duas categorias, a *geração* passa a ser a variável social que, depois da *idade*, mais fortemente influi no emprego do tratamento em nossa amostra, segundo o cálculo de contingência de Cramér.

FIG. 3.7 — Distribuição do desempenho por geração.

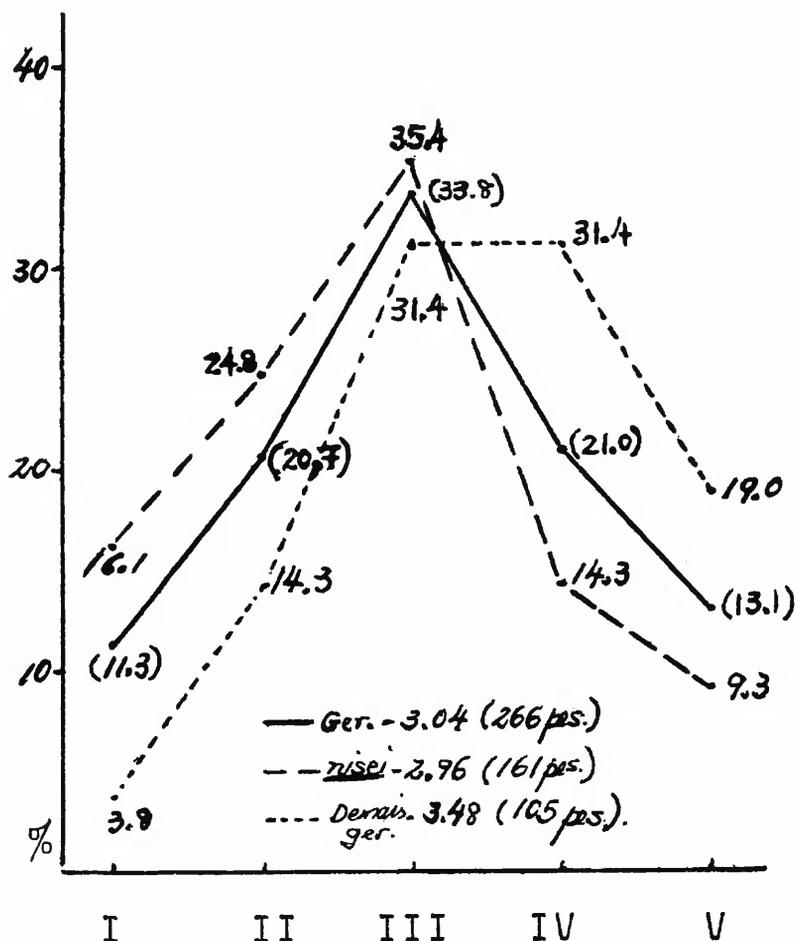


TABELA 3.11 — Distribuição e média de desempenho por escolaridade.

escolaridade	desempenho					Total	Média
	I	II	III	IV	V		
Baixa	12 (22,6)	14 (26,4)	18 (33,9)	7 (13,2)	2 (3,8)	53 (19,9)	2,49
Média	9 (9,9)	12 (13,2)	28 (30,7)	24 (26,3)	18 (19,8)	91 (34,2)	3,33
Alta	9 (7,4)	29 (23,8)	44 (36,0)	25 (20,5)	15 (12,3)	122 (45,9)	3,06

A escolaridade, ao contrário do que se verificou no Japão, é a variável que menos atua sobre o tratamento empregado pelos nossos informantes. Constatase que alta escolaridade implica melhor desempenho do que a média escolaridade, mas a baixa escolaridade apresenta o melhor desempenho de todas. Afigura-se-nos que isto se deve ao fato de que a grande maioria daqueles que só têm curso

primário se encontra na faixa etária superior a 40 anos (Vide pp. 117-118) onde se concentram, como vimos, pessoas que obtiveram melhor desempenho do tratamento (Vide pp. 141).

Dentre as condições sócio-culturais dos descendentes que falam a língua japonesa figura, segundo nossa amostra, a *idade* como a variável que mais se associa com o bom uso do tratamento. Geração e idade, entretanto, estão intimamente ligadas, pois, à medida que diminui a idade, as gerações são mais recentes. E com relação ao desempenho do tratamento, a geração aparece na nossa amostra como a segunda variável mais significativa, desde que se distinga os filhos de imigrantes que chegaram ao Brasil depois da idade escolar, daqueles cujos pais, ou vieram na idade pré-escolar, ou nasceram no Brasil.

Os imigrantes que chegaram na fase pré-escolar são mais aculturados do que aqueles que vieram depois da idade escolar e seus filhos têm um comportamento lingüístico semelhante ao dos filhos de *nisei* (filhos de imigrantes nascidos no Brasil). O distanciamento da língua dos pais ou dos avós aumenta à proporção que as gerações são mais recentes, configurando uma aculturação lingüística progressiva, como aliás, se constatou no uso da língua japonesa na vida cotidiana.

A esse respeito, não só o índice de pessoas de idade mais avançada aumenta à medida que se mantém o contato com a língua japonesa, mas também as gerações mais novas usam menos o japonês no seu dia-a-dia.

Assim vistas as condições sócio-culturais dos usuários do tratamento da língua japonesa, gostaríamos de ver, em seguida, quais as variáveis contextuais, isto é, quais os fatores extra-lingüísticos referentes ao interlocutor ou às terceiras pessoas referidas no discurso que levam o falante do japonês no Brasil a fazer uso diferenciado do tratamento.

2.2.3.2. Variáveis contextuais do tratamento

Com relação às variáveis contextuais do tratamento, K.K.K. realizou apenas um levantamento de opiniões, em forma de questionário, sobre o que os informantes julgavam ser necessário considerar no contexto para usar diferentes formas de expressões. Não procederam à análise de sua efetivação pelas formas lingüísticas observadas, porque as situações de discurso apresentadas não permitiam tal enfoque, uma vez que eram independentes uma das outras e não previam, muitas vezes, um interlocutor socialmente identificável. Por exemplo: pedia-se que indicassem a um desconhecido (sem determinar a idade, o sexo, a ocupação etc.) o caminho a um determinado local ou que se reclamasse de uma caixa de supermercado (determinando apenas o sexo feminino), o troco que fora dado por engano etc.

A opinião dos informantes no Japão é que a *hierarquia social* deve ser o fator social preponderante na atribuição de um tratamento, seguindo-se-lhe a *idade* e o *sexo*. Algumas das situações de discurso

apresentadas permitiram avaliar diferenças de uso por sexo e, pelo que se pôde constatar, ao contrário das variáveis sociais do comportamento do tratamento onde o sexo do emissor é o fator preponderante, o sexo do interlocutor não implicou tratamentos diferenciados.

De nossa parte, as situações foram elaboradas tendo em vista, não só sua aproximação à realidade de nossos informantes, mas também as diferenças contextuais que poderiam influir no uso das várias formas de tratamento.

Assim, foram previstas as seguintes variáveis nas situações que apresentamos à página 125 e seguintes:

1. *sexo*: na situação I, o mesmo recado de telefone deveria ser passado a homens (pai e um colega de serviço) e para mulheres (irmã e uma colega de serviço);
2. *hierarquia social*: para verificar se a hierarquia é relevante ou não na atribuição do tratamento, na situação II, o informante tem um superior na hierarquia interna da empresa como sujeito de ação (“você telefonou” e “Sicrano disse que vem”), a quem cabe, como regra, tratar com expressões de respeito em oposição ao próprio emissor como sujeito de ação (“eu já telefonei a Sicrano”), a quem cabe expressões de modéstia;
3. *oposição interioridade/ exterioridade*: além de sua inclusão na situação I (pai e irmã vs. colegas de serviço), esta oposição foi prevista na referência ao chefe do informante na situação II (interioridade) e na situação III (exterioridade); dentro do universo que é a empresa, as diferenças hierárquicas internas são mantidas e o chefe deve ser tratado com o devido respeito, mas, em relação ao mundo externo (o cliente), o mesmo chefe faz parte do universo pessoal do emissor e assim deve ser tratado com modéstia, ou minimamente, sem respeito;
4. *idade*: na situação III, os clientes são de idade inferior, equivalente ou superior ao do emissor;
5. *intimidade*: na situação IV, a intimidade do interlocutor (melhor amigo ou amiga) leva ao uso de expressões sem tratamento e, portanto, mais íntimas, em oposição aos colegas de serviço (situação I) a quem cabe expressões um pouco mais polidas.

Para a análise das variáveis sócio-culturais do emissor, apresentada anteriormente, embora não se tenha distinguido as expressões de tratamento em respeito, modéstia ou polidez, a carga global de tratamento nelas contida serviu de parâmetro para estabelecermos os graus de desempenho. Neste novo enfoque, levamos em consideração apenas as diferenças de registro das formas de tratamento independentemente do tipo de expressões de tratamento observado. Assim, por exemplo, se um dado informante utilizou expressões de polidez

à colega de serviço (*anata-mo ikimasu-ka* “você também vai?”) mas não ao colega (*anata-mo iku-no?* “você também vai?”), isto foi computado como diferença de registro por *sexo*. Da mesma forma, se foram empregadas expressões de respeito ao chefe enquanto sujeito de ação (*kachô-wa denwasaremashi taka* “o chefe (= você) telefonou?”), mas o mesmo chefe foi tratado com modéstia perante terceiros pessoas de fora do universo em que ambos se colocam (*kachô-ga setsu-me i itashi masu* “o chefe explicará (ao senhor)”), considerou-se diferença de registro por oposição *interioridade/ exterioridade*.

Computadas as diferenças de registro por situação, apenas 44,7% da amostra diferencia o tratamento de acordo com o interlocutor ou terceiros pessoas e a idade é o fator mais marcante na orientação do uso do tratamento, conforme mostram as tabelas:

TABELA 3.12 — Porcentagem dos que fizeram registro adequado do tratamento, segundo o grupo de desempenho.

nº de pessoas	d e s e m p e n h o					Total
	I	II	III	IV	V	
da amostra	30	55	90	56	35	266
com diferenças de registro	28 (93,3)	29 (52,7)	45 (50,0)	14 (25,0)	2 (5,7)	171 (44,7)

TABELA 3.13 — Distribuição das variáveis contextuais por grau de desempenho.

desempenho	v a r i á v e i s					Total
	sexo	hierarq.	idade	exterior. interioridade	intim.	
I	7 (12,5)	15 (26,8)	12 (21,4)	16 (28,6)	6 (1,1)	56 (32,5)
II	8 (19,0)	9 (21,4)	12 (28,6)	4 (9,5)	9 (21,4)	42 (24,4)
III	11 (19,0)	0 —	29 (50,0)	3 (5,2)	15 (25,9)	58 (33,7)
IV	0 —	1 (7,1)	12 (85,7)	1 (7,1)	0 —	14 (8,1)
V	0 —	0 —	2 (100,0)	0 —	0 —	2 (1,2)
Total	26 (15,1)	25 (14,5)	67 (38,9)	24 (13,9)	30 (17,4)	172 (100,0)

A quase totalidade das pessoas do grupo I de desempenho (93,3%) distingue os fatores pertinentes ao contexto, diminuindo à medida que cai o desempenho do tratamento, atingindo apenas 5,7% no grupo V (Cf. tabela 3.12). Constata-se, por outro lado, que no grupo I, prevalecem os fatores *interioridade/ exterioridade* e *hierarquia* (28,6% e 26,8%, respectivamente), seguidos da idade (21,4%). Nos demais grupos, entretanto, predomina o fator *idade*, resultando como a variável contextual subjacente à atribuição do tratamento predominante dentro do quadro geral (38,9%).

Comparado com os resultados obtidos pela pesquisa de opinião realizada pelo K.K.K., verificamos que o grupo de melhor desempenho (grupo I) considera os fatores levantados no Japão na mesma seqüência, isto é, *hierarquia* (26,8%), *idade* (21,4%) e também o *sexo* (12,5%), excluindo-se os fatores *interioridade/ exterioridade* e *intimidade*, respectivamente, os fatores mais e menos considerados por nossos informantes e que não foram cogitados no Japão.

No quadro geral, porém, inverte-se totalmente a posição, sendo a *hierarquia* e a oposição *interioridade/ exterioridade* os fatores menos considerados. Sobressai a *idade* do interlocutor ou das terceiras pessoas referidas, seguida de longe pela *intimidade*, *sexo*, *hierarquia* e *interioridade/ exterioridade*, com pequenas diferenças entre estes. Vale dizer que pessoas mais idosas são tratadas com maior respeito, bem como as pessoas que ocupam postos hierárquicos mais elevados e as que fazem parte do "outro" universo em relação ao do emissor; *intimidade*, ao contrário, leva ao uso de expressões sem tratamento, aproximando o emissor das pessoas consideradas no discurso.

As pessoas do grupo I, além de, na sua quase totalidade, discernirem as variáveis contextuais que orientam o uso de tratamentos diferenciados, a freqüência dessas variáveis obedece à seqüência constatada no Japão. Vimos, por outro lado, que o grupo I é constituído, em sua maioria, por pessoas que se encontram nas faixas etárias mais elevadas (acima de 40 anos: 73,3%). Assim, mais uma vez, pessoas mais idosas apresentam um comportamento do tratamento semelhante ao da população japonesa em geral.

Em contrapartida, à medida que decresce o desempenho do tratamento aumenta o número de pessoas mais jovens. Constata-se que os grupos de fraco desempenho do tratamento (IV e V) desconhecem ou quase desconhecem o mecanismo do fator *interioridade/ exterioridade*, bastante peculiar ao universo cultural japonês.

Excetuando-se os grupos IV e V, que raramente consideram as diferenças contextuais, as variáveis preponderantes nos grupos II e III são a *idade*, o *sexo* e a *intimidade*. Enquanto o grupo de melhor desempenho (grupo I), onde se concentram pessoas mais idosas, segue padrões de comportamento do tratamento observados no Japão, os grupos em que aumenta gradativamente a proporção de pessoas mais jovens, observam, em maior escala, valores culturais brasileiros.

Assim como no nosso meio se confere, em princípio, maiores atenções às pessoas mais idosas e às mulheres (ceder passagem, ceder

o lugar etc.), os descendentes fazem refletir tais valores no uso do tratamento da língua japonesa. Eles transpõem valores culturais subjacentes ao tratamento *lato sensu* do meio em que vivem (idade e sexo) para o tratamento de uma língua própria de outro meio. Com relação à intimidade, sua concepção difere no Japão e no Brasil. Em termos de tratamento, a intimidade tem, para nós, um valor positivo na medida em que ela traduz uma consideração afetuosa direta, aproximando as pessoas do emissor. No Japão, entretanto, a intimidade implica inserir as pessoas no seu universo pessoal e este deve ser tratado com modéstia em oposição ao universo pessoal dos outros. A intimidade, embora traduza uma consideração afetuosa, “rebaixa” as pessoas do universo exterior (tratado com respeito) ao universo interior (tratado com modéstia). Por essas razões, não encontramos com frequência, a intimidade como variável contextual do tratamento utilizado pelos japoneses, ao contrário do que se observou com os descendentes japoneses no Brasil.

Assim, enquanto gerações mais antigas, mais idosas e mais “japonesas” se encontram mais ligadas a padrões de comportamento do tratamento do Japão, gerações mais jovens, mais recentes e mais aculturadas, passam a seguir padrões de comportamento semelhantes aos do meio em que vivem, mesmo no uso diário do tratamento da língua japonesa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões de tratamento da língua japonesa que, à época de seus primeiros registros (séculos VII-VIII) constituíam formas linguísticas de expressão de veneração e respeito por seres divinos e sobrenaturais, inclusive o imperador, passaram a ser meios exclusivos de manifestação de respeito a pessoas que ocupavam os postos mais elevados da hierarquia social (família imperial e alta nobreza). A partir do século XII, apesar de ainda se observar o critério geral de respeito aos superiores e de modéstia aos inferiores, as situações contextuais passam a ser consideradas e o tratamento, atribuído de acordo. Hoje, no Japão, ainda são distinguidos os usos das expressões de respeito (*sonkeigo*), de modéstia (*kenjôgo*) e de polidez (*teimeigo*), mas não se revestem mais de carga de respeito, no sentido literal da palavra, constituindo mais formas de expressões de boas maneiras, de civilidade e de boa educação do emissor, não só em tratar os outros com a devida consideração, mas também em manter a elegância de suas palavras.

Contrariando a opinião corrente de que os jovens de hoje não sabem falar bem, de que sua linguagem é grosseira, estudos efetuados pelo *Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo* constataram que o fator *idade* é o que menos influi no uso do tratamento, não havendo diferenças significativas entre as faixas mais jovens e as mais idosas. O fator mais relevante é o sexo, com as mulheres sendo sempre mais polidas do que os homens, fato que remete à noção de *dansonjohi* “preponderância

dos homens sobre as mulheres”, existente desde longa data no Japão e pela qual a mulher deve respeito ao homem. Apesar da ocidentalização que teve início há cerca de um século e meio, certos valores antigos são mantidos e, embora muito se fale da igualdade entre homens e mulheres, esses valores aparecem lingüísticamente, como na linguagem de tratamento.

Por outro lado, a língua japonesa, trazida ao Brasil pelos imigrantes há cerca de oito décadas, continuou a ser utilizada no núcleo familiar e na comunicação entre os conterrâneos dentro da comunidade que aqui formaram — a chamada “colônia japonesa”. Formada inicialmente por imigrantes oriundos de várias regiões do Japão, com seus dialetos próprios, a colônia “cria” uma *língua geral* japonesa nascida das influências mútuas que se fizeram sentir dentro da comunidade e das influências da sociedade brasileira, à medida que se integravam ao meio.

Seus filhos nascidos no Brasil receberam a herança lingüística e a cultivaram ou cultivam, em meio a um processo de integração social cada vez maior. Realizado um levantamento para verificar o processo de interação língua e meio através de um dos aspectos dessa língua — a linguagem de tratamento utilizada pelos descendentes japoneses de S. Paulo — o primeiro dado que pudemos constatar foi que apenas cerca de 30% dos descendentes da empresa escolhida como campo de pesquisa falam, de maneira fluente ou não, a língua japonesa.

Esse número, bem como as características do comportamento do tratamento apresentado pelos descendentes da amostra, indica que a aculturação lingüística se processa *pari passu* com sua integração ao meio. Com relação às variáveis sócio-culturais do usuário, que implicam melhor distinção e emprego das formas de tratamento, as pessoas menos aculturadas apresentam os melhores graus de desempenho lingüístico, do tratamento no nosso caso em particular. Da mesma forma, pessoas menos aculturadas apresentam padrões de comportamento do tratamento semelhantes aos obtidos no Japão, quando se trata de variáveis contextuais referentes ao interlocutor ou às terceiras pessoas referidas no discurso que são consideradas na atribuição do tratamento em um contexto de situação.

O fator *idade* se encontra na base das demais variáveis sócio-culturais que se associam ao desempenho do tratamento. Pessoas mais idosas, pertencentes às gerações mais antigas e, portanto, mais em contato com a colônia menos aculturada, têm maior domínio do uso do tratamento que as gerações mais jovens e mais integradas ao meio em que vivem. Da mesma forma, os descendentes cujos pais são mais “japoneses” (isto é, que imigraram depois da idade escolar) vivenciaram mais diretamente o universo cultural japonês do que aqueles que nasceram de pais já brasileiros ou “quase *nisei*” (isto é, pessoas que, embora nascidas no Japão, chegaram ao Brasil na pri-

meira infância, antes de atingirem a idade escolar). Cumpre notar ainda que descendentes mais idosos cultivam mais a tradição lingüística herdada dos pais, utilizando em maior proporção que os jovens, a língua japonesa no seu dia-a-dia.

Com referência às variáveis contextuais do tratamento, as pessoas que distinguem maior número dessas variáveis e que, ao distingui-las, fazem-no seguindo o modelo vigente no Japão, são aquelas que também têm o melhor desempenho do tratamento: pessoas mais idosas, pertencentes às gerações mais antigas, em contato maior com a língua japonesa. Em contrapartida, descendentes mais jovens, pertencentes às gerações mais recentes e com menor contato com a língua japonesa, passam a adotar os padrões culturais brasileiros para o emprego do tratamento japonês, enquanto diminui seu conhecimento de valores culturais próprios à sociedade japonesa.

A aculturação lingüística dos descendentes se manifesta também nas expressões de tratamento por eles empregadas, na medida em que a grande maioria se atém ao uso de expressões de polidez (*teineigo*) que constituem as formas mais fáceis de serem empregadas, uma vez que se leva em consideração a maneira de se enunciar um discurso, independentemente da distância ou da relação de forças existentes entre as pessoas do discurso em um determinado contexto. O uso das expressões de tratamento do enunciado implica, porém, ponderações sobre as relações inter-individuais dos contextos de situação; dentre elas, as expressões de respeito (*sonkeigo*) são mais fáceis de serem empregadas, pois se atribui a consideração diretamente à pessoa enfocada, e são as que mais se observaram depois das expressões de polidez. Já as expressões de modéstia (*kenjôgo*) apresentam uma certa dificuldade, pois, para expressar a consideração por um pessoa, é preciso atribuir o tratamento a uma outra que se oponha àquela, isto é, implicam um mecanismo mais complexo porque há que se considerar, inicialmente, a relação inter-individual estabelecida no contexto e depois, atribuir o tratamento, não diretamente à pessoa enfocada, mas indiretamente, tratando com modéstia, diminuindo ou rebaixando, as pessoas que se contrapõem à pessoa em questão.

Nessa medida, não só foram raras as ocorrências de expressões de modéstia como, quando utilizadas, o foram por pessoas que apresentaram bom nível de desempenho e, mesmo assim, com freqüentes erros de emprego.

Cumpre ainda acrescentar que a interferência do português no uso da língua japonesa pelos descendentes é um fenômeno corriqueiro, sendo mais freqüente a inclusão de vocábulos (nomes e verbos, notadamente) do léxico português na estrutura sintática japonesa. Ainda em relação ao processo de aculturação lingüística, cumpre ressaltar que aumenta não só a freqüência como também o número de termos do português utilizados à medida que diminui o conhecimento das expressões de tratamento, vale dizer, à medida que diminui a faixa etária, que as gerações mais recentes se sucedem.

Assim como os descendentes vêm se integrando cada vez mais ao meio brasileiro em consequência do êxodo rural e, *pari passu*, da ascensão de *status* progressivos, também se processa a aculturação lingüística, pressupondo o desaparecimento gradual da língua japonesa como língua materna e com ela uma transformação do comportamento do tratamento japonês no Brasil: seu mecanismo de uso, os valores extralingüísticos subjacentes à atribuição e ao emprego do tratamento, concepção do tratamento em si. A integração dos descendentes ao seu meio traduz, de um lado, um afastamento dos padrões culturais japoneses antes adquiridos ou transmitidos no lar, e de outro, a assimilação de valores sociais e culturais do meio maior em que vivem, gerando novas visões de mundo, novo pensar que se refletem na linguagem de tratamento. Temos consciência de que este trabalho poderia ser sensivelmente melhorado, ampliando o estudo para outros segmentos da "colônia japonesa" no Brasil, bem como realizando um estudo diacrônico que pudesse dar conta de todos esses aspectos, o que poderia constituir um tema fecundo para novas reflexões sobre a interação indivíduo e sociedade, língua e indivíduo, língua e sociedade.

Para finalizar, ficam aqui expressos nossos sinceros agradecimentos à CAC — à sua diretoria que tão prontamente colocou seu quadro de funcionários à nossa disposição e a seus funcionários que, sempre solícitos, nos forneceram o material que tornou possível a realização deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. L. (1970). *Quand dire c'est faire* (Paris, Seuil).
- BENVENISTE, E. (1966) *Problèmes de Linguistique Générale* (Paris, Gallimard).
(1974) *Problèmes de Linguistique Générale II* (Paris, Gallimard).
- BRIGHT, W. (s.d.) "As dimensões da Sociolingüística". In: *Sociolingüística* (Rio de Janeiro, Eldorado), pp. 17-23.
- BÜHLER, K. (1979) *Teoria del Lenguaje* (Madrid, Revista de Occidente).
- FISHMAN, J. A. (1971) *Sociolinguistique* (Paris-Bruelas, Labor Natham).
- FURUTAKE, N. (1957) *Nihon-no Shakai* "A sociedade japonesa" (Tóquio Mainichi).
- HANDA, T. (1973) "O destino da língua japonesa no Brasil". In: *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil* — org.: por H. Saito e T. Maeyama (Petrópolis, Vozes).
- HAYASHI, S. (1963) "Shokugyôgo, Kaisôgô, Semmôgo" "Linguagem profissional, linguagem classista, linguagem técnica". In: *Kokubungaku* nº 8, v. 2 (Tóquio, Gakutôsha), pp. 35-39.
- KOKURITSU KOKUGO KENKYÛJO (The National Language Research Institute) —
(1957) *Keigo-to Keigoishiki* "O Tratamento: seu Uso e sua Concepção" (Tóquio, Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo);
(1983) *Keigo-to Keigoishiki - Okazaki-ni Okeru 20nenmae-tono Hikaku* "O Tratamento: seu Uso e sua Concepção - em Comparação a Okazaki de 20 Anos atrás" (Tóquio, Sanseidô).
- LABOV, W. (1976) *Sociolinguistique* (Paris, Minuit).

- LEVIN, J. (1978) *Estatística Aplicada a Ciências Humanas* (São Paulo, Harbra).
- MINAMI, F. (1979) "*Kaisōsa-to Taigūhyōgen*" "Classes sociais e expressões de tratamento". In: *Gengo Seikatsu* 328 (Tóquio, Chikuma), pp. 18-27.
- MIYAJI, Y. (1981) "*Keigoshiron*" "História das expressões de tratamento". In: *Nihon-gogaku* 9 (Tóquio, Meijishoin).
- MORRIS, C. W. (1976) *Fundamentos da Teoria dos Signos* (Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca).
- MULLER, C. (1973) *Initiation aux méthodes de la statistique linguistique* (Paris, Hachette).
- NAKAMAKI, H. (1985) "A Nacionalização e a multinacionalização das Religiões Multinacionais Japonesas no Brasil". In: *Novas Religiões Japonesas no Brasil - Anuário IX* (São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros), pp. 57-98.
- NAKANE, C. (1974) *Tateshakai-no Ningen Kankei* "A Relação Humana numa Sociedade Vertical" (Tóquio, Kōdansha).
- NOGUEIRA, A. R. (1984) *Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil* (São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros).
- NOMOTO, K. (1957) "*Keigo-no Tsukaiwake-no Nōryoku*" "Habilidade para distinguir o uso do tratamento". In: *Gengo Seikatsu* 70 (Tóquio, Chikuma), pp. 12-23.
(1978) "*Keigo-no Dankai*" "Graus de tratamento". In: *Nihongo Kyōiku* 35 (Tóquio, Nihon Kyōiku Gakkai), pp. 12-20.
- PAIS, C. T. (1978) "Structuration du signifié: de l'analyse conceptuelle à la lexemisation". In: *Acta Semiotica et Linguistica* v. 2, n° 1 (São Paulo, HUCITEC);
(1980) "Systèmes de Signes et Systèmes de Signification au-delà du Structuralisme". In: *Acta Semiotica et Linguistica*, v. 4 (São Paulo, Global);
(1984) *Ensaio Semiótico-Linguístico* (São Paulo, Global) 2ª ed.
- SAITO, H. (org.) (1980) "Participação, mobilidade e identidade". In: *A Presença Japonesa no Brasil* (São Paulo, Queros e Edusp).
- SEARLE, J. R. (1972) *Les Actes de Langage* (Paris, Herman).
- SUZUKI, T. (1969) *The Japanese Immigrant in Brazil - Narrative Part* (Tóquio, Univ. of Tokyo Press).
- WATANABE, M. (1971) *Kokugo Kōbunron* "Sintaxe da Língua Japonesa". (Tóquio, Haniwa Shobō).

COMPOSTO E IMPRESSO NA
GRAFICA SANGIRARD LTDA.
RUA BOM PASTOR, 2472
FONE: 63-7870 — SAO PAULO

